

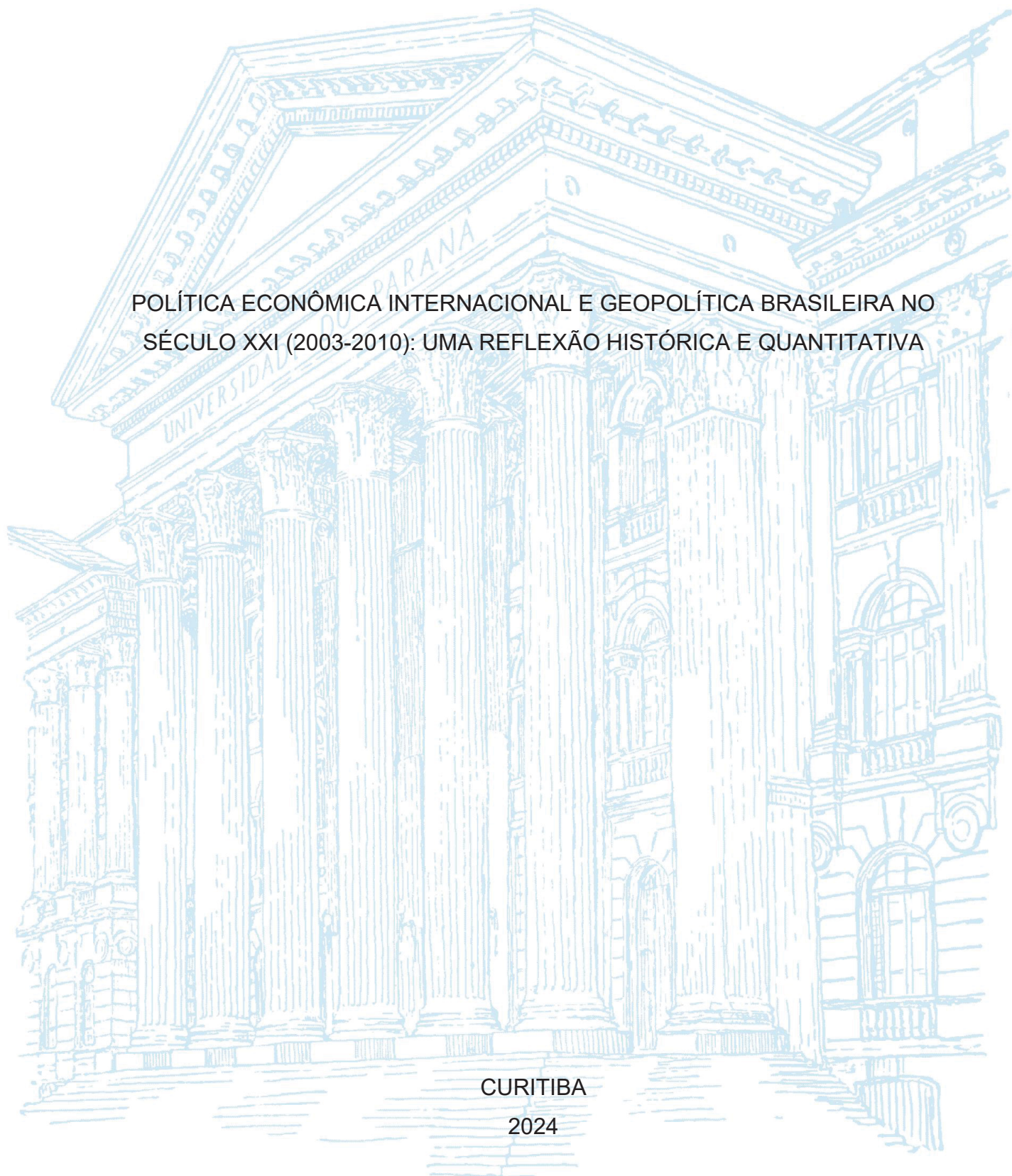
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FILIPE GARCIA GONÇALVES DE ALFARO

POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI (2003-2010): UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E QUANTITATIVA

CURITIBA

2024



FILIFE GARCIA GONÇALVES DE ALFARO

POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI (2003-2010): UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E QUANTITATIVA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Alfaro, Filipe Garcia Gonçalves de
Política econômica internacional e geopolítica brasileira no
século XXI (2003-2010) : uma reflexão histórica e quantitativa /
Filipe Garcia Gonçalves de Alfaro. – Curitiba, 2024.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Econômico.
Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão.

1. Relações econômicas internacionais. 2. Brasil - Política e
governo - 2003-2010. 3. Diplomacia. 4. Geopolítica. I. Salomão,
Ivan Colangelo. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FILIPE GARCIA GONÇALVES DE ALFARO** intitulada: **POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI (2003-2010): UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E QUANTITATIVA**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN COLANGELO SALOMÃO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Fevereiro de 2024.

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 14:15:01.0

IVAN COLANGELO SALOMÃO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 15:14:54.0

VICTOR NUNES LEAL CRUZ E SILVA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 15:23:07.0

MAURICIO ANDRADE WEISS

Avaliador Externo (UNIVER. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha família, à minha parceira e aos contribuintes brasileiros que, indiretamente, colaboraram com meus estudos em universidades públicas de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida, me propiciado saúde e grandes oportunidades na vida. Aos meus pais, Maria e Nilson, por todo apoio que me deram mesmo nos momentos mais difíceis e por terem me incentivado a crescer pessoalmente e profissionalmente, espero honrar meus pais e que eles tenham orgulho daquilo que me tornei.

Agradeço aos demais membros da minha família, sendo a tia Ana e a avó Helena, por todos os conselhos e pelas palavras de carinho, ao meu avô Antônio, ao Matheus, Diego e Tatiana por serem tão importantes para a nossa família e por terem ajudado a moldar meu caráter.

Agradeço a minha parceira, e também pesquisadora, Giulia por ter me apoiado na pesquisa acadêmica a todo momento, por não me deixar desistir dos meus sonhos e por fazer meu dia a dia cada vez mais feliz. Aos meus amigos pelas risadas e bons momentos que fizeram este caminho ser mais leve, divertido e interessante.

Agradeço ao meu orientador Ivan Salomão por ter me dado a oportunidade de trabalhar junto a ele e por me auxiliar durante todo meu projeto de pesquisa e dissertação. Agradeço a orientadora da minha monografia, Carmen Gelinski, por ter lançado a fagulha que despertou meu interesse pela vida acadêmica ao me aceitar como seu monitor no curso de Ciências Econômicas da UFSC.

Sou grato pelos demais professores que me ensinaram tudo que hoje sei, desde a pré-escola até a pós-graduação, com destaque para os professores Maurício e Júnior do PPGDE/UFPR e para os professores Roberto e Solange da UFSC.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Ministério da Educação por terem financiado meus estudos tanto no mestrado quanto na graduação, respectivamente.

E principalmente ao pagador de impostos, o qual colaborou indiretamente com a minha educação, custeando meus estudos acadêmicos e me proporcionando uma bolsa de estudos na pós-graduação. Farei o possível para justificar o investimento dos contribuintes em minha formação acadêmica e espero que através de meus estudos e dedicação possa os devolver, mesmo que parcialmente, o benefício que me deram.

“No Brasil, até o passado é incerto.”

(Pedro Malan)

RESUMO

A presente dissertação busca analisar os governos petistas dos anos 2000, no que tange a diplomacia internacional e acordos multilaterais assinados com parceiros comerciais de grande relevância ao país, como a ampliação do MERCOSUL, a fundação do BRICS e a manutenção das relações internacionais com os Estados Unidos da América, a União Europeia e o Japão. Também será feito o dimensionamento dos avanços brasileiros nos pactos geopolíticos junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e no bloco G20. A metodologia do trabalho conta com uma abordagem qualitativa baseada na dialética hegeliana acerca da condução diplomática entre o Brasil e os países parceiros, além da análise de acordos e pactos comerciais outorgados pelos mesmos atores. O método quantitativo será utilizado para quantificar os fluxos comerciais entre o país e as nações parceiras, como os fluxos de importações e exportações no que tange aos produtos comercializados. A partir dos dados abordados, pode-se perceber a pretensão brasileira em participar dos blocos de integração econômica globais, assim como da obtenção de um assento permanente no mais importante conselho das Nações Unidas. Constata-se o fortalecimento das relações sino-brasileiras no mesmo período, em detrimento da queda da participação norte-americana sobre a pauta exportadora nacional. Conclui-se que o Governo Lula fundamentou uma maior inserção brasileira nos fluxos comerciais internacionais, promovendo um reposicionamento nacional nos fóruns globais, muito pela relação estrita com a República Popular da China que promoveu o “boom das commodities” e levou o Brasil, uma nação destacada no comércio internacional por sua vantagem comparativa no setor da agropecuária, à robustos superávits comerciais e a saldos positivos nas transações anuais com seus maiores parceiros.

Palavras-chave: Governo Lula; Relações Internacionais; Economia Internacional; Geopolítica.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze the PT governments of the 2000s, with regard to international diplomacy and multilateral agreements signed with commercial partners of great relevance to the country, such as the expansion of MERCOSUR, the foundation of BRICS and the maintenance of international relations with the United States of America, the European Union and Japan. The scale of Brazilian advances in geopolitical pacts with the United Nations Security Council and the G20 bloc will also be done. The methodology of the work relies on a qualitative approach based on Hegelian dialectics regarding diplomatic conduct between Brazil and partner countries, in addition to the analysis of commercial agreements and pacts granted by the same players. The quantitative method will be used to quantify trade flows between the country and partner nations, such as import and export flows in relation to traded products between the years from 2003 and 2010. From the data addressed, one can see the Brazilian intention to participate in the global economic integration blocs, as well as to obtain a permanent seat on the most important council of the United Nations. There was a strengthening of Sino-Brazilian relations in the same period, to the detriment of the decline in North American participation in the national export basket. It is concluded that the PT governments based a greater Brazilian insertion in international trade flows, promoting a national repositioning in global forums, largely due to the strict relationship with the Popular Republic of China that promoted the "commodities boom" and took Brazil, a nation highlighted in international trade for its comparative advantage in the primary sector, to robust trade surpluses and positive balances in annual transactions with its largest partners.

Keywords: Lula government; International affairs; International economics; Geopolitics.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Balança Comercial: África do Sul (2003-2010)	68
GRÁFICO 2 – Balança Comercial: Namíbia (2003-2010)	69
GRÁFICO 3 – Exportações: Botsuana, Lesoto e Essuatíni (2003-2010).....	70
GRÁFICO 4 – Balança Comercial: Índia (2003-2010).....	71
GRÁFICO 5 – Balança Comercial: Israel (2003-2010).....	72
GRÁFICO 6 – Balança Comercial: Egito (2003-2010)	73
GRÁFICO 7 – Balança Comercial: Cuba (2003-2010).....	74
GRÁFICO 8 – Balança Comercial: Colômbia (2003-2010)	76
GRÁFICO 9 – Balança Comercial: Equador (2003-2010)	77
GRÁFICO 10 – Balança Comercial: Peru (2003-2010).....	78
GRÁFICO 11 – Balança Comercial: Canadá (2003-2010).....	79
GRÁFICO 12 – Balança Comercial: Argentina (2003-2010)	81
GRÁFICO 13 – Exportações: Venezuela, Paraguai e Uruguai (2003-2010)	83
GRÁFICO 14 – Importações: Venezuela, Paraguai e Uruguai (2003-2010).....	84
GRÁFICO 15 – Balança Comercial: México (2003-2010)	85
GRÁFICO 16 – Balança Comercial: Chile (2003-2010)	86
GRÁFICO 17 – Balança Comercial: Japão (2003-2010).....	87
GRÁFICO 18 – Balança Comercial: Maiores parceiros da União Europeia (2003- 2010).....	90
GRÁFICO 19 – Balança Comercial: União Europeia (2003-2010).....	91
GRÁFICO 20 – Balança Comercial: Estados Unidos (2003-2010)	93
GRÁFICO 21 – Balança Comercial: China (2003-2010)	96
GRÁFICO 22 – Balança Comercial (2003-2010).....	99

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACE	- Acordo de Complementação Econômica
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
AGNU	- Assembleia Geral das Nações Unidas
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	- Brasil, Rússia, China e África do Sul
CAN	- Comunidade Andina de Nações
CSNU	- Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	- Estados Unidos da América
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FOCEM	- Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL
GATT	- General Agreement on Tariffs and Trade
IBAS	- Índia, Brasil e África do Sul
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ONU	- Organização das Nações Unidas
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCC	- Partido Comunista da China
PT	- Partido dos Trabalhadores
PSI	- Processo de Substituição de Importações
SACU	- Southern Africa Customs Union
TLC	- Tratado de Livre-Comércio
UE	- União Europeia
UNASUL	- União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DIPLOMACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE	20
2.1	BREVE INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL ...	20
2.2	A GUINADA SOBERANA.....	24
2.3	AS RELAÇÕES SUL-SUL.....	33
2.3.1	Laços de Confiança – Itamaraty na América Latina	34
2.3.2	Conexão Brasil-África.....	46
2.4	BRASIL NOS FÓRUNS INTERNACIONAIS.....	47
2.4.1	Fórum de diálogo Brasil, Índia e África do Sul (IBAS)	47
2.4.2	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).....	50
2.4.3	Organização das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional	52
3	ACORDOS COMERCIAIS: PARA ALÉM DO DISCURSO	55
3.1	ACORDOS DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA: PERU, COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES E CUBA	55
3.1.1	Acordo Comunidade Andina de Nações – Mercado Comum do Sul.....	55
3.1.2	Acordo Peru – Mercado Comum do Sul	57
3.1.3	Acordo Cuba – Mercado Comum do Sul	59
3.2	ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL: EGITO E ISRAEL.....	60
3.2.1	Acordo Israel – Mercado Comum do Sul	60
3.2.2	Acordo Egito – Mercado Comum do Sul.....	62
3.3	ACORDOS DE COMÉRCIO PREFERENCIAL: SACU E ÍNDIA	63
3.3.1	Acordo SACU – Mercado Comum do Sul	63
3.3.2	Acordo Índia – Mercado Comum do Sul	65
4	FLUXOS COMERCIAIS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES	67
4.1	A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO COM AS NAÇÕES OUTORGANTES	67
4.1.1	África Austral	67
4.1.2	Índia.....	70
4.1.3	Israel e Egito.....	72
4.1.4	Cuba	74
4.1.5	Comunidade Andina de Nações e Peru.....	75
4.1.6	Canadá	78
4.2	A TRAJETÓRIA COMERCIAL COM OS MAIORES PARCEIROS	80

4.2.1	Mercado Comum do Sul.....	80
4.2.2	Chile, México e Japão	85
4.2.3	União Europeia.....	88
4.2.4	Estados Unidos da América	92
4.2.5	China	95
4.3	A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais de 2002 marcaram uma virada importante na política nacional, que a partir de então teria um chefe do Poder Executivo à esquerda do espectro político, algo que não acontecia desde a retirada de João Goulart do poder na década de 1960. Apesar de poucos meses anteriores à eleição, Lula ter assinado a “Carta ao povo brasileiro”, com tom apaziguador e aberto a aceitar a política econômica de seu antecessor, há de se notar uma ruptura no *status quo* da política nacional.

O presidente eleito permaneceu no poder até o final de seu segundo mandato, contando com aprovação recorde e elegendo sua sucessora, Dilma Rousseff, com certa facilidade. Os tempos foram positivos, o Brasil gozava do “boom das commodities” e havia ampliado sua pauta exportadora significativamente, com a manutenção do tripé macroeconômico de FHC e com as contas públicas equilibradas, além da superação tranquila de uma crise financeira global em 2008.

O mandato de Lula foi repleto de viagens e acordos bilaterais com nações parceiras, como os vizinho sul-americanos e com os BRICS, além de visitas aos Estados Unidos da América e a União Europeia. Estreitando laços comerciais e diplomáticos com nossos principais parceiros, o governo ampliou a participação do país nos fluxos de comércio internacional, colocando o Brasil em uma posição significativa nos encontros internacionais, sendo um dos maiores produtores da agricultura e da pecuária global.

A pretensão de inserir a nação nos blocos econômicos e fóruns globais levou o país a por vezes investir no ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de criar um bloco geopolítico entre as nações subdesenvolvidas (ou emergentes), com a Rússia, China, Índia e África do Sul, cada qual crescente e que vinha recebendo destaque regional devido ao seu crescimento pungente. Sendo a China e a Índia as detentoras das maiores populações globais e com amplo mercado interno, a Rússia resgatando o protagonismo que outrora pertencera a URSS sob sua região do leste-europeu e a África do Sul que tem uma das maiores economias africanas.

No subcontinente sul-americano o Brasil preocupou-se em manter sua posição de principaleconomia e com o maior fluxo de capitais, além de se esforçar pela elaboração de acordos comerciais com as nações andinas e com o ingresso da

Venezuela no bloco MERCOSUL. O início dos anos 2000 foi caracterizado pela ascensão de diversos líderes progressistas na região, como Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile e com a manutenção do *Partido Justicialista* (peronista) na Argentina.

A consolidação progressista nos anos seguintes na América do Sul foi bem-sucedida, com os bons ventos econômicos para países intensivos na produção agropecuária ou extrativista, os países sul-americanos obtiveram relativo sucesso em suas economias internas, lhes garantindo novos mandatos e aprovação popular nos anos seguintes.

Os anos de governos petistas, sob a ótica internacionalista, foram de significativa importância para o status diplomático brasileiro atual, com a criação de acordos de liberalização econômica e união aduaneira com alguns dos países associados ao MERCOSUL, como o Peru, Colômbia, Equador e Venezuela. A importante elaboração de um bloco entre os emergentes também aconteceu no mesmo período, promovendo um diálogo multilateral com nações regionalmente dominantes, os BRICS.

A ambição brasileira de participar com maior altivez e independência das grandes potências globais colocou o país em destaque nas discussões diplomáticas por meio do esforço do Chanceler Celso Amorim e do Presidente Lula em exigir um “lugar à mesa” no mais importante conselho internacional, o Conselho de Segurança da ONU, este esforço seria representado pelas visitas da comitiva brasileira a países de menor significância no debate diplomático, como as nações africanas, latino-americanas e caribenhas, a fim de angariar apoio para suas ambições junto às Nações Unidas.

A linha ideológica do PT possibilitou uma significativa aproximação do Brasil aos países em desenvolvimento e com governos autocratas, com Vladimir Putin na Rússia, com o Partido Comunista da China (PCC) e com Hugo Chávez da Venezuela. Fundamentando a expansão dos acordos multilaterais do BRICS e com a inclusão da nação bolivariana ao bloco econômico sul-americano, presença essa que começou em 2003 e perdurou até a retirada do PT da presidência da República e do partido peronista na Argentina.

O século XXI remodelou o mundo como conhecia-se anteriormente, com a ascensão da China na geopolítica internacional e com a derrocada do poderio

econômico soviético de outrora, o Ocidente viveu um novo momento nas relações diplomáticas e no comércio internacional. Tendo isso em vista, o presente trabalho buscará analisar como o Brasil se comportou nesse cenário global, através de uma metodologia quantitativa e qualitativa, podendo postular como o mandato de Lula e a gestão de Celso Amorim (Ministro das Relações Exteriores) colocaram o país numa posição dominante no hemisfério Sul sob o ponto de vista geopolítico e acerca dos pactos comerciais firmados com nações ultramarinas e reafirmando seu domínio econômico sobre a América Latina.

Utilizar-se-á de métodos reconhecidos da pesquisa econômica, o Histórico, e o Comparativo; sendo o histórico utilizado para a análise dos cientistas sociais anteriores que produziram argumentos e análises sobre o Governo Lula no que tange às relações exteriores, além da reflexão sobre a contextualização política das nações parceiras do Brasil (PRODANOV E FREITAS, 2013). Utilizar-se-á de fatos estilizados para tratar os dados comerciais sobre a pauta exportadora e importadora brasileira quando relacionada aos maiores parceiros, como China, EUA, MERCOSUL, EU e Japão, assim como daqueles países com quem o Brasil, através do MERCOSUL, promoveu acordos de liberalização comercial e de complementação econômica.

No segundo capítulo decorrerá uma análise contextualizada da diplomacia presidencial e do Itamaraty no período 2003-2010, no qual serão realçadas as movimentações geopolíticas do país junto aos fóruns internacionais e as pretensões ideológico-partidárias que guiam os interesses de Lula e de sua legenda.

As visitas internacionais a chefes de Estado assim como o recebimento de muitos deles aopaís, resultaram acordos e tratados comerciais que serão debatidos no terceiro capítulo por meio da ótica de vantagens recebidas e vantagens concedidas aos parceiros comerciais.

Os acordos do MERCOSUL com as nações da América do Sul serão analisados e discutidos os benefícios da integração econômica com estes países de menor porte, também debater-se-á a aproximação diplomática da China e de países em desenvolvimento do Sul Global.

No quarto capítulo serão abordados os dados sobre os fluxos de comércio com os maiores parceiros nacionais no período, através da utilização da base de dados do Comex Stat vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e

Serviços do Brasil. Nesse capítulo será possível promover uma avaliação das exportações e importações envolvendo o Brasil e seus parceiros de primeira ordem, assim como dos demais parceiros com quem o país celebrou acordos de liberalização econômica no período 2003-2010.

O levantamento histórico e político no segundo e terceiro capítulo junto à estimativa quantitativa no quarto capítulo permitirão a construção de uma análise sólida acerca da condução econômica internacional do Brasil sob o Governo Lula e a gestão Amorim.

Teria uma guinada à esquerda auxiliado na mudança dos principais parceiros comerciais do país, possibilitando o avanço de pactos diplomáticos e comerciais junto a China e a líderes populistas da América Latina? O Governo Lula teria adotado uma posição ativa e auxiliado na mudança do perfil da pauta exportadora do Brasil, assim tornando os produtos brasileiros intensivos em tecnologia mais atrativos no mercado internacional? São questões a serem abordadas nas páginas seguintes, através do levantamento e da análise de dados e informações que marcaram a diplomacia brasileira neste período, tais como acordos bilaterais outorgados e políticas diplomáticas que envolveram o Brasil.

2 DIPLOMACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE

2.1 BREVE INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

A diplomacia brasileira, institucionalmente, fica a cargo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que tem sede no Palácio do Itamaraty em Brasília (DF). Sua criação data do início do século XIX, ainda no Brasil Império, quando em 13 de novembro de 1823 é decretada a separação da Secretaria de Estados dos Negócios do Império da Secretaria de Negócios Estrangeiros (CASTRO, 2009).

A modernização do Itamaraty e de seu palácio foi consolidada pelo chanceler Barão do Rio Branco, que aumentou o tamanho e o alcance do Ministério para além de reformar a sede do mesmo (CASTRO, 2009). O êxito do chanceler foi importante para o Brasil dos dias atuais, sendo em seu mandato que as fronteiras internacionais com os países vizinhos foram definidas terminantemente, a partir da dissolução da disputa do Acre com a Bolívia, algo que lhe rendeu a homenagem de seu nome como a capital do estado, Rio Branco (AC).

A Segunda Guerra Mundial promoveu uma mudança significativa nas estruturas institucionais brasileiras, as quais precisaram se modernizar devido aos efeitos da guerra e das disputas políticas contemporâneas, e não foi diferente com o MRE, o qual sob o comando do chanceler Oswaldo Aranha, ampliou suas capacidades de negociação com as nações estrangeiras, quando houve o pacto de colaboração com os Aliados, algo que rendeu ao Brasil a Companhia Siderúrgica Nacional e prestígio internacional junto ao Ocidente (CASTRO, 2009).

De acordo com Castro (2009), Aranha teria alcançado um patamar internacional notório, quando promovera acordos entre Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, culminando em 1943 quando recebera o presidente americano em Natal, local no qual as bases americanas eram sediadas e o país ainda ofertava borracha extraída do Acre aos Aliados. O chanceler brasileiro teria ainda sido convidado a presidir a Assembleia Geral da ONU em 1947, sendo uma importante figura na consolidação do Estado de Israel e na divisão da Palestina, resolvendo por ora a questão judaica.

O fracasso do desenvolvimentismo baseado em endividamento público durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a aceleração inflacionária culminou na pressão popular pela retirada do governo ditatorial e pela implementação de uma

nova república. A eleição de Tancredo Neves e sua morte precoce levaram José Sarney ao cargo mais alto do país, no qual difíceis obstáculos estavam a sua frente, como a crise inflacionária, o endividamento público e a insegurança jurídica causada por um novo regime.

Em meio ao conturbado momento, Sarney vira-se para o mercado, começando a flertar com as demandas do capital, como a liberalização econômica e a desregulamentação do mercado, assim como na tentativa (fracassada) de controle inflacionário, algo característico do período em diversas nações e chamado por Friedman (1981) como Reaganomics, em alusão ao presidente americano à época.

A escolha de Sarney para o MRE em 1985 foi do maior acionista do Banco Itaú e um dos maiores banqueiros do país, Olavo Setúbal. O chanceler foi uma das figuras centrais na aproximação do Brasil da Argentina, que culminou na Declaração de Iguazu no mesmo ano. Esta declaração conjunta é vista como o primeiro passo rumo ao que seria o Mercado Comum do Sul, e, segundo Mariano (2007), esta declaração conjunta entre as nações marcava um pacto de integração sub-regional, desenvolvimento social e de colaboração mútua nas defesas de seus países, que passavam por processos de redemocratização.

O pleito presidencial de 1989 foi responsável pela eleição de Fernando Collor que derrotou Lula da Silva com vantagem superior a 3 milhões de votos. Este pleito pode ser visto como uma escolha entre políticas liberais e o sindicalismo ou progressismo, tendo como vencedor o liberalismo que estava em voga internacionalmente, sendo refletido aqui no Brasil.

O período de Collor na Presidência da República foi curto, contudo, culminou na Ata de Buenos Aires (1990), um acordo de união aduaneira com a Argentina de Carlos Menen. Este documento é tido por Mariano (2007) como a abertura econômica nacional, voltando-se para acordos de liberalização do mercado com um processo de regionalismo aberto.

Ainda durante o mandato de Collor e a gestão de Francisco Rezek junto ao Itamaraty, o Brasil assinou o Tratado de Assunção em 1991, no qual Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina criariam um bloco econômico do Cone Sul, o MERCOSUL. Com o intuito de promover a união aduaneira e a livre circulação de bens e pessoas, o pacto marcou mais um momento de abertura comercial sul-americana e de integração econômica entre os signatários (BRASIL, 1991).

Voltando-se ao liberalismo e a tarifas de importação reduzidas em poucos anos, o tratado acabaria por abandonar o processo de substituição de importações (PSI), o qual teria ficado em voga durante anos no país (MARIANO, 2007). Esta adoção de um novo processo e um novo manejo com as importações de países ricos e subdesenvolvidos colocou o Brasil em uma posição de abertura extrema, tendo indústrias e setores fragilizados e alguns indo à falência devido a impossibilidade de competição com a escala de produção de outros países.

Devido ao escândalo de corrupção envolvendo Collor, a crise inflacionária e ao fiasco do confisco das poupanças por Zélia Cardoso, o processo de impeachment é instaurado e depõe o presidente da República, levando o vice-presidente, Itamar Franco, ao cargo de mandatário.

O mandato de Itamar teve participação importante na transformação do MERCOSUL atual, através da assinatura do Protocolo de Ouro Preto (1994), quando foram construídas as bases para a instituição atual como as comissões e secretarias do bloco. O protocolo é mais cauteloso que o tratado inicial e se propõe a discutir as controvérsias do Tratado de Assunção relativas as diferentes estruturas multinacionais, anteriormente a adoção definitiva de um sistema tributário único de importações (BRASIL, 1996).

O sucesso do Plano Real ao final do ano de 1994, quando o Brasil terminantemente resolvera seu caos hiperinflacionário, levou o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao Palácio da Alvorada. FHC que tinha sido chanceler brasileiro ainda nos anos de 1992-1993, tinha grande experiência nas relações exteriores brasileiras, e tomara para si alta relevância nas negociações com o MERCOSUL, algo comum se tratando da diplomacia internacional, mas incomum na nova república (MARIANO, 2007).

A era de FHC e Luiz Felipe Lampreia junto ao Itamaraty teve grandes percalços devido à inovação constituída por um bloco de união aduaneira com os países vizinhos e a fragilidade econômica internacional. Segundo Mariano (2007), a adoção da Tarifa Externa Comum no modelo de integração regional começou em 1995, continuada pelo anseio do mandatário brasileiro de expandir seu bloco econômico, ao ponto que um ano depois, Lampreia estava em avançadas negociações para promover acordos de livre comércio com a Colômbia, o Equador, a Venezuela e o Peru. O autor ainda aponta para a preocupação comercial única

dos atores brasileiros, esvaziando as demandas sociais e de desenvolvimento que estavam previstas para o bloco.

Visentini (2005) argumenta sobre as dificuldades envoltas na consolidação do bloco, que passava pela iminente substituição do mesmo pelo ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), elaborada pelo presidente americano George Bush em 1994. Embora houvesse pressão americana pelo apoio ao projeto e acordos firmados por Menem (Argentina) com os norte-americanos, o bloco MERCOSUL logrou êxito em seus primeiros anos, gerando um significativo crescimento no comércio intrazona.

Fernando Henrique é reeleito em 1998, contudo a crise da moratória russa viria a abalar o status do capital no país, uma vez que houve fuga massiva de capitais das nações em subdesenvolvimento, como México, Argentina e Brasil, o que geraria a crise cambial de 1999 e a desvalorização do Real. Como dito por Mariano (2007), o status do MERCOSUL é resultado da situação presente de Argentina e Brasil, seus dois agentes de grande importância, uma vez que o Brasil enfrentará uma grande crise cambial e a Argentina também passava por problemas em seu balanço de pagamentos devido a fuga de dólares, o bloco econômico sofreria duros impactos que só viriam a ser recuperados na gestão Lula.

O maior aliado brasileiro, a Argentina, após entrar numa espiral de crise econômica e com a substituição de Carlos Menem por Fernando de la Rúa (opositor de Menem e membro do Partido Justicialista) viria a modificar as relações bilaterais, que passavam agora por uma forte oposição do Ministro da Fazenda argentino (VISENTINI, 2005) que viria a criticar abertamente a adoção da tarifa externa comum e seus impactos gerados a instável economia de seu país. A situação diplomática e o enfraquecimento do bloco MERCOSUL perdurariam até a eleição de Lula em 2002.

Seguindo os passos de FHC à frente das negociações do Itamaraty, com uma diplomacia presidencial (diplomacia protagonizada pelo líder do Poder Executivo), Lula assume o poder em 2003 e alçaria o embaixador do Brasil em Londres, Celso Amorim, ao mais alto posto da chancelaria nacional.

2.2 A GUINADA SOBERANA

Sob o comando de Amorim, o Itamaraty se tornou muito mais participativo, e protagonista em certos momentos, no que tange às reuniões com o MERCOSUL, com os demais países sul-americanos (associados), com os Estados Unidos, a União Europeia e com a Assembleia Geral das Nações Unidas em comparação com seu antecessor, o chanceler Lampreia (ALMEIDA, 2004).

Logo nos primeiros meses à frente do poder executivo nacional, uma crise era posta no cenário diplomático, a Guerra do Iraque, com isso Lula e Amorim decidem tomar uma medida contrária aos aliados do ocidente. Em março de 2003 os líderes George W. Bush (Presidente dos EUA), Tony Blair (Primeiro-Ministro britânico), José Maria Aznar (Primeiro-Ministro espanhol) e Durão Barroso (Primeiro-Ministro português) encontraram-se nos Açores em Portugal, reunião essa que teve como conclusão o início da ação militar no Iraque (AMORIM, 2013). Este ataque contra uma nação soberana viria a ocorrer à revelia do Conselho de Segurança da ONU, que não aprovava uma ação militar no Oriente Médio devido à ausência de provas sobre a existência de armas nucleares no país (BBC, 2023).

De acordo com Amorim (2013), o chanceler francês Dominique de Villepin, o chanceler russo Igor Ivánov e ele mesmo, fizeram forte oposição a invasão do Iraque, por vezes reunindo-se com Kofi Annan (Secretário Geral da ONU) e com Colin Powell, Secretário de Estado dos EUA (equivalente ao posto de Ministro da Relações Exteriores no Brasil), contudo esta tentativa de costurar um acordo de paz com os norte-americanos a fim de evitar uma guerra no Iraque foi fracassada.

Lula foi membro de uma reunião com os líderes do poder executivo francês e alemão em Davos (em decorrência do Fórum Econômico Mundial) para conjecturarem os danos à diplomacia internacional advindos do conflito iraquiano, emitindo declarações contrárias a invasão mesmo sendo países historicamente aliados dos americanos, entretanto a inevitabilidade do conflito tomava forma e perduraria por mais de oito anos, culminando na execução do presidente Saddam Hussein (AMORIM, 2013).

De acordo com Fares (2007), o mandatário brasileiro teria se encontrado com os líderes do Oriente Médio no final de 2003, para confabular os rumos que as relações brasileiras com a região tomariam após este choque exógeno, sendo um

dos primeiros movimentos na aproximação Sul-Sul que o Brasil desempenharia com as nações do sul global (América Latina, África e Ásia meridional e central).

A oposição do Brasil a uma potência militar e econômica e aliada de longa data do país, marcara um novo momento nas relações internacionais brasileiras, as quais passariam a agir de forma mais independente durante o período Amorim.

Esta política ativa do Brasil acontecia simultaneamente a invasão do Iraque, com as discussões sobre a implementação da ALCA já ao final de 2004. Amorim e o Governo eram contrários a condução desta área de livre-comércio, uma vez que a mesma seria muito mais benéfica aos EUA do que aos países latino-americanos, os quais não viam as suas demandas sobre a liberalização comercial de seus produtos (agropecuários) caminharem, enquanto as pautas de Washington eram aceitas pelos associados menores. Segundo Amorim (2013), a chancelaria brasileira agiu para garantir os interesses nacionais neste acordo de livre-comércio, construindo uma oposição junto ao presidente Duhalde (Argentina), os quais ansiavam pela rediscussão das condições do acordo multilateral, alegando isonomia no tratado.

Kume e Piani (2004) a serviço do IPEA produzem um relatório sobre a interação comercial Brasil-EUA caso houvesse a aprovação da ALCA, neste relatório fica claro que o país conseguiria benefícios de sua inclusão nesta área de livre-comércio com seu maior parceiro econômico, com as exportações sendo lideradas neste cenário hipotético pelo açúcar, suco de laranja e a metalurgia/siderurgia, com um incremento de mais de US\$ 1,22 bilhão (em US\$ de 2003) na balança comercial brasileira, porém as importações seriam expandidas em US\$ 2,23 bilhões (em US\$ de 2003). Esta discrepância entre os ganhos e perdas na balança comercial brasileira associado a possibilidade da não inclusão dos bens primários no acordo de liberalização, fundamentavam a posição do governo brasileiro em rechaçar este tratado comercial.

Corroborando com a análise anterior, o economista associado ao PT, Batista Júnior (2003) argumentava que a consolidação de qualquer acordo liberalizante com os EUA seria prejudicial para o Brasil, o qual desistiria de qualquer ambição desenvolvimentista, levando o setor industrial brasileiro à falência e impedindo a mudança estrutural necessária para a economia nacional. O autor desenvolvimentista vai de encontro a gestão Bush, que segundo o próprio, teria criado o acordo para beneficiar somente a si ao mesmo tempo que endossava medidas protecionistas contra nações estrangeiras, como o Brasil.

De acordo com Amorim (2013), o ALCA teve seu fim na IV Cúpula das Américas em 2005, quando Venezuela, Argentina e Brasil se opuseram definitivamente ao acordo, o qual teria sido elaborado tão somente para visar os interesses econômicos norte-americanos e “demarcava nitidamente uma área de hegemonia dos EUA”.

Um dos pilares da política externa brasileira na era Lula/Amorim era tornar o país um agente global de primeira ordem nas relações internacionais, através da sua participação ativa nos debates diplomáticos e na participação dos fóruns globais de maior importância, como o G-20, o BRICS e eventualmente do Conselho de Segurança da ONU (RICUPERO, 2010).

O ambicioso projeto brasileiro teve sua guinada independente, segundo Ricupero (2010), pela contestação da ordem internacional posta, opondo-se aos interesses dos Aliados (II GM) por muitas vezes, assim como na questão Iraque, na qual o chanceler Amorim tentara por diversas vezes intervir para evitar um conflito armado na região à contragosto dos norte-americanos e britânicos.

O posicionamento independente do Itamaraty se faria presente em outras importantes ocasiões, como no movimento à la Charles de Gaulle, quando o país tentara criar uma zona de influência regional excluindo a participação dos EUA, o que se refletiria no fracasso da ALCA e no fortalecimento das relações do MERCOSUL e na criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

De acordo com um artigo do chanceler Amorim (2010), a política externa brasileira teria seus momentos de maior independência da influência anglo-americana na aproximação da China, Rússia e Índia, nos esforços por um resultado positivo na Rodada de Doha para as demandas brasileiras (opostas as demandas das nações desenvolvidas) e na tentativa de intermediar acordos de paz e tratativas multilaterais, como na Declaração de Teerã.

A animosidade internacional com o fato de o Irã estar desenvolvendo um programa nuclear em meados de 2009 gerava insatisfação dos membros do CSNU, pois temiam que o enriquecimento de urânio que o país árabe estava desenvolvendo tivesse fins militares, como na produção de armas de destruição em massa numa região de muitas disputas étnicas e religiosas como o Oriente Médio (AMORIM, 2015).

As especulações acerca da existência de armamento nuclear no Iraque já haviam sido suficientes para um conflito que gerou muitas baixas em ambos os

lados, portanto a comunidade internacional tentaria movimentar-se a fim de evitar que um novo conflito armado ocorresse na região. Os ânimos acalorados do Aiatolá Ali Khamenei, líder religioso xiita (minoridade no islamismo) e político do Irã, contrários a proliferação das tradições ocidentais no país também corroboraram com a pressão americana sobre a resolução da questão iraniana (AMORIM, 2015).

A Agência Internacional de Energia Atômica, vinculada às Nações Unidas, foi acionada à época pelos membros do CSNU e da Alemanha para a investigação sobre a proliferação de armamento nuclear no país asiático, as quais eram negadas pelas autoridades iranianas. Mediante esse contexto, Turquia e Brasil somam esforços para mediar um acordo em que o Irã aceitasse todas as demandas do CSNU, como a produção de energia atômica somente para fins científicos e tecnológicos (VIDAL, 2013).

De acordo com Amorim (2015), a política externa brasileira se baseava em ações ativas e pelo princípio da não-indiferença, na qual o país não passaria inerte ou com um comportamento passivo por uma crise internacional, cabendo ao Itamaraty e ao Governo Federal uma ação que estivesse à altura do Brasil no cenário internacional, como um grande país na economia teria de ser também uma influente nação no debate diplomático.

A somatória do empenho de Amorim, Lula e Erdogan (premiê turco), culminaria na assinatura da Declaração de Teerã, na qual o Irã aceitaria todas as condições impostas por EUA, China, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha no que se refere ao seu programa nuclear. De acordo com Vidal (2013), os membros do Conselho de Segurança não teriam aceitado o documento por desconfiar das intenções do país asiático e tão logo se propuseram a impor sanções econômicas e de recursos ao Irã.

Por mais que a tentativa de conciliação pacífica na resolução da questão Teerã tenha fracassado, os esforços brasileiros não foram em vão, pois colocaram o Brasil no debate internacional como um *player* de significativa importância junto à Turquia, talvez não no patamar ufanista que fosse almejado por alguns membros do Itamaraty, do governo petista e da mídia nacional, mas o catapultou para um patamar internacionalista inédito para o Brasil, assim como fortaleceu a relação do país com a nação xiita e com a Turquia de Erdogan (SILVA E LEÃES, 2014).

A Rodada de Doha seria uma das principais demonstrações de posicionamento autônomo do Brasil em relação às potências ocidentais. O comércio

internacional é regido, historicamente e institucionalmente, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo que a mesma organiza periodicamente encontros internacionais para discutir a favor de liberalizações comerciais no mercado global, a fim de facilitar o fluxo de produtos pelo mundo e fomentar uma economia mais pungente.

De acordo com Jank e Araújo (2003), o formato do comércio internacional é inspirado no acordo do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) assinado ao final da II GM em 1947, quando diversos países ocidentais ratificaram um acordo de liberalização comercial, a partir da flexibilização de importações e reduções alfandegárias. Este acordo de 1947 não incluía as *commodities* e bens de origem agrícola e pecuária, esta distorção potencializava os interesses das potências industriais, uma vez que detinham vantagens comparativas nas áreas relacionadas ao segundo setor e teriam acesso facilitado para seus produtos no estrangeiro, como o Reino Unido, a União Europeia e os EUA.

As distorções que este acordo comercial propiciou só viriam a ser discutidas no âmbito da Rodada do Uruguai nos anos 1990, quando países intensivos em agropecuária e extrativismo pressionaram as nações desenvolvidas pela inclusão de seus produtos nos acordos liberalizantes e conseguiram a assinatura do “Acordo sobre a Agricultura”, no qual os países outorgantes se comprometem a reduzir os subsídios a exportação com tratamento diferenciado para as nações em desenvolvimento, as quais teriam mais tempo para se adequar à nova realidade comercial e objetivos na redução de subsídios muito inferiores às nações desenvolvidas, além da definitiva inclusão do setor agrícola nas normas do GATT, que agora viria se chamar OMC (JANK E ARAÚJO, 2003).

Segundo Carvalho (2008), a Rodada de Doha teria começado na esteira dos acontecimentos da Rodada do Uruguai, com a substituição de Bill Clinton por George W. Bush e em meio a pressão da França para a resolução de um acordo comercial que lhe protegesse no comércio internacional.

A França, comandada em 2001 por Jacques Chirac, tem histórico contrário a liberalização comercial agrícola, sendo que no passado recente havia suspendido um acordo comercial entre os EUA e a Comunidade Europeia entre 1992-1993 por alegar desvantagens comerciais neste processo, segundo Trebilcock e Howse (2000 apud CARVALHO, 2008).

Institucionalmente, o Brasil faz parte do Grupo de Cairns, o qual é composto por dezenove nações intensivas no primeiro setor que objetivam a liberalização comercial de seus produtos junto às entidades comerciais internacionais. O grupo articula junto à OMC a resolução de um acordo da Rodada de Doha que seja favorável a seus interesses, com a eliminação de subsídios agrícolas nas nações desenvolvidas e na redução tarifária sobre os bens de origem primária no comércio internacional (THE CAIRNS GROUP, 2023).

Amorim (2015) argumenta sobre o impasse nas negociações, que já perduram há mais de 10 anos e ainda não obtiveram qualquer desfecho, a posição do Itamaraty era sustentada pelo Grupo de Cairns e por nações em desenvolvimento como China, Índia e Rússia.

O mundo havia acabado de passar pelas crises econômicas asiáticas e russa, além do começo da “Guerra ao Terror” quando os EUA e seus Aliados responderiam ferozmente aos atentados em território americano em 11 de Setembro de 2001. O conturbado cenário político e a animosidade no cenário internacional, com a ascensão chinesa como uma das potências comerciais globais, era terreno fértil para o posicionamento protecionista das nações desenvolvidas, em meio ao complexo panorama principia-se uma rodada da OMC com o intuito de liberalizar áreas “estratégicas” para países desenvolvidos com intensa produção agrícola, como os norte-americanos, a França, a Alemanha e o Japão.

De acordo com César e Sato (2012) há um descompasso na posição do Governo Lula em relação ao comércio internacional, uma vez que o discurso sobre industrialização e reestruturação do país é muito presente na retórica do presidente e do partido, as posições do Brasil na OMC visam a perpetuação do país como potência agrícola, sugerindo a eliminação de subsídios a exportação e reduções tarifárias junto às potências industriais.

Por outro lado, Gurgel (2006) faz uma estimativa, via modelo de equilíbrio geral computável, para analisar os possíveis ganhos do país na concretização de um acordo liberalizante junto à OMC durante a Rodada de Doha, seus resultados indicam que a eliminação às tarifas agrícolas abriria um grande mercado para o país no exterior, sendo muito mais positivo do que a exclusão dos subsídios agrícolas das nações desenvolvidas, concluindo que o foco comercial do Brasil na Rodada de Doha deveria ser a eliminação de tarifas comerciais e a liberalização do comércio

internacional em detrimento do espinhoso tema da retirada dos subsídios do primeiro setor.

Quando comparado ao posicionamento brasileiro na Rodada Uruguai, o Itamaraty tem importância muito maior em Doha, uma vez que lhe é concedido o direito de “advogar” pelo país em questões econômicas nos fóruns internacionais, esta permissão concedida pelo Congresso Federal a partir de 1995 deu novos contornos as decisões do Ministério das Relações Exteriores, o qual atuaria com maior significância junto ao Grupo de Cairns e à OMC pela resolução de um acordo liberalizante que lhe propiciasse melhores resultados econômicos. O chanceler Amorim e o presidente Lula se comprometem com a resolução de um acordo comercial favorável para o Brasil em reuniões com entidades governamentais e privadas quando na CAMEX (Câmara de Comércio Exterior), na qual discutem o rumo das negociações internacionais e o posicionamento do governo na Rodada de Doha, agindo com o aval do Ministro do Desenvolvimento Agrário e do Ministro da Fazenda, ambos membros de longa data do Partido dos Trabalhadores (RAMANZI JÚNIOR, 2012).

Amorim (2015) argumenta que o Brasil apoiou a criação e a consolidação do grupo G-20 no início do século XXI, “sucessor natural” do G-7, grupo diplomático que une somente países desenvolvidos do norte global, o G-20 era de maior abrangência, com 13 nações em desenvolvimento participando das negociações interministeriais. Impulsionado pelo Itamaraty que visava ter maior apoio nos fóruns internacionais com a consolidação de um grupo comercial forte e de significância no debate global, o que seria visto como uma “obra-prima da diplomacia”, já que pode criar oposição aos EUA e à União Europeia com a simples inserção de países em desenvolvimento (similares ao Brasil no que tange às suas demandas) neste bloco internacional, de acordo com Groser (2004 apud LESSA, 2016).

Motivado pelas aspirações do PT e de seus ministros, o Governo Federal pressiona o Itamaraty por resultados favoráveis na Rodada de Doha em meio à uma crise financeira global em 2008. Tão logo, a OMC envia uma proposta para a resolução da rodada que é prontamente aceita pelo Brasil, mas rejeitada por importantes líderes do Grupo de Cairns, China e Índia que discordam com a proposta norte-americana de criar um “dispositivo de proteção contra importações”, sendo a ‘pá de cal’ da rodada que agora encontraria uma resistência multilateral às proposições da OMC (LESSA, 2016).

O que pode ser visto por alguns analistas como uma derrota do MRE e do chanceler, assim como na questão Iraque, também pode ser visto como um reposicionamento diplomático do Brasil, colocando-o como um agente de alta significância no debate global, e um dos principais representantes das nações em desenvolvimento junto à China e a Índia, retirando parcialmente o protagonismo dos países desenvolvidos e trazendo à tona as demandas dos países ao sul global.

A aproximação do Brasil com Pequim é notória na era Lula/ Amorim, sua escalada se deu em meio ao aumento das relações comerciais entre os países, impulsionada pelo crescimento vertiginoso da China no cenário econômico internacional. A parceria com a nação asiática se reflete na assinatura de nove atos bilaterais até 2010, sob os quais o Brasil via na China um impulsionador para seu crescimento econômico e para suas demandas diplomáticas (BERRINGER E BELASQUES, 2020).

Esta estreita relação com o governo do PCC levantou questões dentro do Partido dos Trabalhadores e para economistas brasileiros, que viam o país como um simples fornecedor de commodities e bens primários assim como os demais países sul-americanos e africanos que “serviam” a China. A resposta do Poder Executivo foi a criação da Agenda China, um documento elaborado entre o Estado e grandes empresas do setor privado que visava a exportação de produtos com maior valor agregado para a China e o equilíbrio da balança comercial entre os países tanto quantitativamente quanto qualitativamente (BERRINGER E BELASQUES, 2020).

A agenda tem caráter retórico, como uma carta de intenção, na qual o Governo Federal manifesta seus interesses comerciais com o país comunista, este documento é vasto e relata item a item da pauta exportadora brasileira que poderia ser explorado junto à China, assim como confabula sobre possíveis pactos comerciais e científicos que poderiam resultar da parceria sino-brasileira.

De acordo com Oliveira (2004), o Brasil já vinha dando preferência maior à China do que ao Japão desde a era FHC e fora continuada no Governo Lula, que passou a visitar com maior frequência o território chinês do que o nipônico, assim como fomentou acordos de ampliação comercial com o novo parceiro asiático.

A parceria com a China é crescente na gestão Amorim, sob a qual as exportações de commodities impulsionariam o crescimento econômico experimentado durante o período 2003-2010, puxado pelas exportações de produtos do primeiro setor à China que foram 18 vezes maiores em 2009 do que o número do

início do século XXI (ANDERSON, 2011). O autor argumenta sobre o boom comercial introduzido pela China no cenário internacional e aponta que o Brasil teria sido o maior beneficiário desta ascensão do país sínico no comércio global, viabilizando programas sociais e pautando a balança comercial do Brasil.

A contraparte da aproximação diplomática com a China seria o afastamento internacional do Japão e dos EUA, parceiros de longa data do país, mas em decorrência da ascensão econômica da nação comunista, intensiva no setor industrial e superpopuloso, seria inconcebível imaginar uma não aproximação de um país que é abundante na produção de soja, minério de ferro e petróleo.

O Japão que havia experimentado seu crescimento econômico nas décadas de 1980-1990 vivia no período Lula/Amorim um momento desacelerado no que tange ao seu crescimento, esta relativa estagnação causaria um esfriamento das relações diplomáticas nipo-brasileiras. Contudo, de acordo com Leite e Dantas (2013), a cooperação técnica e o investimento japonês no país continuaram elevadas, mesmo que houvesse a predileção pelo outro gigante asiático, a parceria em projetos bilaterais continuava significativa para as relações internacionais do Brasil, que via no Japão um grande aliado na consolidação de seus projetos e na execução de sua política diplomática.

Segundo Silva (2015), esta cooperação técnica conjunta atuava nas áreas tecnológicas, comerciais e de investimento, para além disso o Itamaraty tinha no Japão um importante parceiro em suas pretensões de participar do CSNU, quando em 2004 lançaram a iniciativa G-4, na qual Brasil, Alemanha, Japão e Índia visavam ascender ao mais importante conselho das Nações Unidas, embora este grupo tenha sido dividido pois os nipônicos retiraram seu apoio ao projeto em 2006, em meados do ano seguinte já estaria retornando ao distinto grupo.

Como supracitado, a ALCA havia falhado e o projeto principiado por George H. W. Bush (pai) seria enterrado por George W. Bush (filho), com isso a iniciativa para as Américas dos EUA via seu fim em meados de 2005, com Brasil, Argentina e Venezuela sendo seus principais opositores. Casarões (2012) argumenta que esta oposição a uma resolução do acordo liberalizante teria sido negativa para as relações Brasil-EUA, que embora os veículos midiáticos tivessem atuado de forma favorável a este acordo, a posição forte do Itamaraty e do chanceler Amorim se mantiveram intactas, o que culminou na não aceitação americana dos termos propostos pelos sul-americanos.

Nas negociações da Rodada Doha e dos acordos de liberalização comercial propostos pelos EUA via OMC a posição do chanceler continuou a mesma, sendo um opositor de acordos que somente beneficiariam as nações setentrionais e manteriam certo controle sob os países austrais, esta posição tornou Amorim um dos mais duros negociadores às propostas americanas entre os diplomatas (ANDERSON, 2011).

A malsucedida Declaração de Teerã e as moções de repúdio a invasão do Iraque na “Guerra ao Terror” marcaram o processo de afastamento brasileiro das posições internacionalistas americanas, contudo, Visentini (2012) aponta que o posicionamento do Itamaraty não distanciou o país da posição de aliado militar americano, muito menos na área comercial, sendo apenas uma “mudança de rota” da política externa nacional que passaria a objetivar, em primeiro plano, a aproximação com as nações em desenvolvimento e a aproximação Sul-Sul.

2.3 AS RELAÇÕES SUL-SUL

A política externa “ativa e altiva” do Brasil na era Lula/Amorim tinha em um de seus pilares a criação de laços de confiança com os países ao sul global, essa aproximação foi viabilizada por visitas de Estado aos países de maior importância como Argentina, Venezuela, Chile e também em países de pouca relevância no cenário internacional, como os situados na África Subsaariana. O êxito dessa empreitada do Itamaraty e do Governo Federal possibilitou o aprofundamento das relações sul-americanas com a consolidação do MERCOSUL e sua expansão no que tange aos acordos extrabloco, assim como gerou maior confiabilidade do país no cenário internacional quando na criação da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

Ademais, a aproximação austral ocorreu com a criação do fórum de diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) em 2003, gerando muita discussão sobre a possibilidade de uma real união entre os países emergentes (ou em desenvolvimento). Esta união viria já ao final da era Amorim no comando do MRE, quando em 2009 fora criada a organização intergovernamental BRICS, enfim consolidando a ideia do PT de criar um bloco internacionalista de relevância diplomática composto somente por países em desenvolvimento.

A seguir, elucidar-se-á a aproximação do Brasil dos países sul-americanos e latinos, será analisada a consolidação e expansão do Mercado Comum do Sul, já em um terceiro momento discutir-se-á a criação do fórum IBAS e do bloco BRICS com os países em desenvolvimento.

2.3.1 Laços de Confiança – Itamaraty na América Latina

As relações internacionais argentinas são regidas pela *Cancilleria*, sediada no Palácio de San Martín em Buenos Aires, assim como os seus homólogos brasileiros, são conhecidos pelo nome do palácio que os sedia.

A parceira Brasil-Argentina remonta a meados do século XIX quando os brasileiros se uniram ao esforço de guerra platino e formaram a Tríplice Aliança junto com o Uruguai e derrotaram o beligerante Paraguai. Já em tempos modernos, a relação com os vizinhos ao sul foi expandida pela amizade de Raúl Alfonsín e José Sarney, ambos líderes de Estado, que protagonizaram a assinatura da Declaração do Iguazu em 1985, na qual os países se comprometem a cooperar em uma coalizão do Cone Sul, com desenvolvimento econômico e parcerias militares e tecnológicas (LEME, 2006).

Já nos anos 1990, Fernando Collor de Mello e Carlos Menem assinam um acordo de integração alfandegária completa entre ambos, a Ata de Buenos Aires, sendo um precursor do que viria a ser o MERCOSUL nos anos seguintes (AMORIM, 2022).

No ano seguinte, 1991, é assinado o Tratado de Assunção, no qual Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil criam o MERCOSUL e dão início ao processo de união alfandegária regional, criando o bloco econômico do Cone Sul. A adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) seria um complicador na relação brasileira com os demais países do bloco, tarifa esta que seria cobrada na importação de bens de origem extrabloco. Os ministros de Menem (Partido Justicialista) viam com maus olhos esta tarifação comum, em especial o chanceler Guido di Tella e Domingo Cavallo (Ministro da Fazenda), pois uma tarifa baixa seria prejudicial às pretensões argentinas e *justicialistas* de desenvolver a economia platina por meio da estratégia cepalina (AMORIM, 2022).

Evidentemente, o Governo Menem acabou ainda na década de 1990 e Cavallo foi retirado da posição de ministro de Estado, com isso a ideia da

aproximação alfandegária platino-brasileira foi continuada. Quando Lula e Amorim ascenderem ao poder em 2003, o representante argentino era Néstor Kirchner, também do *Partido Justicialista*, sendo o sucessor de Eduardo Duhalde.

O San Martín era ocupado por Rafael Bielsa que via em Amorim um parceiro na integração econômica sul-americana. O primeiro passo dessa relação viria ainda em 2003, quando o Brasil apoiaria a indicação do ex-presidente Duhalde para uma posição de liderança no MERCOSUL, como presidente do Conselho de Representantes do bloco, a resposta argentina a esta decisão brasileira seria o anúncio público de apoio à candidatura do Brasil no Conselho de Segurança da ONU (AMORIM, 2022).

Amorim (2013) relata que a Argentina fora um parceiro desde o princípio do Governo Lula e do Itamaraty, com o apoio às pretensões brasileiras na Rodada de Doha e no posicionamento internacionalista, como a entrada junto ao Brasil no G-20. Vale dizer que o apoio argentino na rodada da OMC era esperado, pois um país que tem sua pauta exportadora ligada ao primeiro setor não negaria a melhora de condições comerciais para suas exportações no além-mar.

Embora o relacionamento Itamaraty - San Martín fosse de excelência, a relação dos chefes de Estado não era tão próxima, com certa tensão nas discussões entre Kirchner e Lula mesmo que suas pretensões para a região fossem semelhantes, com uma “visão desenvolvimentista e de forte conteúdo social”. Um ponto apaziguador dessas relações foi em 2004 na Ata de Copacabana, sob a qual o Brasil e Argentina firmam esforços nas negociações do MERCOSUL com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e dão sequência a criação de um fórum de debate regional, intitulado Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a predecessora da UNASUL. De acordo com Amorim (2022), este acordo poderia colocar o Brasil e Argentina como protagonistas na integração sul-americana, assim como foram Alemanha e França para a aproximação europeia.

A liderança do Brasil no processo de integração regional era vista como um certo problema por setores políticos argentinos em 2005, que viam uma hegemonia brasileira frente ao MERCOSUL e aos demais países associados. Esse temor quanto a liderança do país é visto como uma ressalva a influência que o Brasil poderia exercer sobre seus vizinhos, como os EUA fazem no NAFTA ou a Alemanha na União Europeia, sendo o principal *player* político, o maior comprador, o maior PIB e o com maior poder diplomático.

De acordo com Amorim (2022), ao final do ano de 2005, a relação entre os líderes Kirchner e Lula havia encontrado seu ponto máximo, ao celebrarem os 20 anos da Ata de Iguazu que deu o pontapé no relacionamento Brasil-Argentina, e reafirmando a boa relação entre os vizinhos, aproveitaram para assinar vinte e quatro acordos comerciais e tecnológicos neste momento, com a convergência das ideias políticas no que tange ao bloco econômico e à CASA, marcava também o capítulo final do chanceler Bielsa à frente do San Martín, sendo substituído por Jorge Taiana.

Em 2006 estoura a *Crise de las Papeleras*, na qual Argentina e Uruguai discordam sobre a instalação de indústrias madeireiras na Cisplatina à beira do Rio Uruguai, devido a um estatuto prévio no qual ambos os países haviam de acordar sobre investimentos e obras de grande porte que pudessem afetar o meio ambiente local, a Argentina de Kirchner recusa qualquer discussão acerca de um acordo com o Uruguai e o MERCOSUL se vê obrigado a intervir neste conflito (DUARTE, 2010).

A eleição de Tabaré Vázquez (2005) no Uruguai teria sido o ponto de partida do interesse nacional na indústria do papel, pois ao contrário de seu antecessor, Vázquez incentivava a instalação de fábricas visando ganhos econômicos para a região e com baixo custo ambiental para o Rio Uruguai.

De acordo com Duarte (2010), a questão se agravou perante o cenário político da época, no qual Kirchner envolveu-se para garantir popularidade e para fazer seu sucessor na presidência, enquanto Vázquez e os líderes da Frente Ampla (partido de centro-esquerda uruguaio) visavam retornos econômicos e empregos em uma área que sofria com a falta de oportunidades, a região de Fray Bentos. Mediante tal cenário, no qual nenhum dos líderes tinha a intenção de retroceder, as relações do Cone-Sul ficariam abaladas momentaneamente com a derrota argentina que não conseguira vitória perante o MERCOSUL a fim de inviabilizar a instalação das *papeleras* no país soberano vizinho e muito menos sobre o Banco Mundial que em 2006 autorizaria a concessão de empréstimos para a instalação das fábricas de celulose na beira do Rio Uruguai.

Amorim (2022) fala de encontros do Presidente Lula com Bush nos EUA, com a intenção de e promover a resolução da Rodada de Doha, na qual o Brasil havia sido protagonista junto aos países em desenvolvimento. Nestes encontros em 2007, os EUA buscam uma solução que não agradasse a ambos os lados completamente, como um meio termo, mas Lula e Amorim sinalizam que países sul-

americanos como a Argentina e a Venezuela não tinham interesse em um acordo que não atendesse plenamente suas demandas comerciais. Neste momento a Argentina teria sido atraída pelo petróleo de Chávez e aproximou-se de seu posicionamento geopolítico, mais contundente e que não retrocederia aos interesses norte-americanos.

Com grande popularidade doméstica, Néstor e o PJ conseguem eleger Cristina em 2007, esposa de Kirchner e senadora por Buenos Aires, assumiria agora o mais alto posto da política argentina. Já nos primeiros meses de Cristina Kirchner à frente do poder executivo e com a manutenção de Taiana no San Martín, ocorreria a última reunião da OMC para um consenso sobre a Rodada de Doha em 2008.

O fracasso da rodada como supracitado teria sido, em parte, pela não flexibilidade argentina, venezuelana e asiática em aceitar um acordo incompleto para suas demandas comerciais, assim como o não retroceder do Norte Global, na figura da França, EUA e União Europeia para atender a todos os pedidos dos países em desenvolvimento, como a liberalização comercial dos bens de origem agroextrativista e com a retirada dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos (AMORIM, 2015).

Em 2009, o Itamaraty e o Governo Lula possibilitaram a assinatura de convênios comerciais com a Argentina, sob os quais empréstimos argentinos poderiam ser feitos em reais, assim como os pagamentos poderiam ser efetuados em moeda local (AMORIM, 2022).

O FOCEM (Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL) criado em 2004 e ampliado durante o mandato Lula, foi concebido para solucionar as assimetrias que envolviam os membros do bloco econômico. Desde Cavallo, Ministro da Fazenda de Menem, havia a preocupação com a integração comercial ao Brasil devido às disparidades econômicas e estruturais que o país possuía quando comparado aos demais sócios. Visando solucionar esta questão, fora proposto um acordo financeiro aos moldes do que ocorrera na UE para dissolver as assimetrias dentro do bloco econômico. Nesse acordo, o Brasil seria o maior destinador de recursos (70%), enquanto a Argentina enviaria 27% e Paraguai e Uruguai ficariam com as menores contribuições, após a arrecadação destes fundos monetários ficaria destinado 48% dos recursos ao Paraguai, 32% ao Uruguai e 10% para o Brasil e para Argentina (TESSARI, 2012).

Perante o cenário do envio monetário dos países mais estruturados para os menos e com a necessidade de anuência de todos os membros do MERCOSUL para a aprovação do envio de recursos para cada projeto que os países apresentassem, pequenas “vinganças” poderiam ser aplicadas. Uma vez que o caráter apartidário e impessoal, característico do mercado de crédito, não seria aplicado, a Argentina faria oposição a destinação de recursos do FOCEM ao Uruguai em 2009, devido a rugas que Cristina Kirchner mantinha com Vázquez pela não aprovação de seu marido na Secretaria-Geral da UNASUL, assim como no âmbito da crise das *Papeleiras* (AMORIM, 2022). A dissolução da crise dentro do MERCOSUL viria a partir da posse de José Mujica em 2010 que aprovaria a nomeação de Néstor Kirchner na UNASUL e os recursos seriam liberados para o Uruguai.

Por sua vez, o Uruguai representaria maiores problemas aos anseios integracionistas de Amorim, em 2003 Jorge Batlle era o líder do poder executivo uruguaio, membro do Partido Colorado (centro-direita), não era favorável a integração sul-americana e não desejava ampliar as relações com o MERCOSUL, enquanto o chanceler Didier Operti já teria certo apreço a aproximação austral (AMORIM, 2022). O relacionamento do Itamaraty com o vizinho ao sul seria regido por três pontos fundamentais: a correção das assimetrias dentro do bloco econômico, a ampliação do bloco através de acordos com a CAN e o desenrolar das negociações com os EUA pelo ALCA.

Havia forte inclinação de Batlle em firmar acordos liberalizantes com países do Norte Global, devido a sua pequena produção e reduzida a bens primários. Já quanto aos pactos com a CAN haveria restrições do lado uruguaio que não ansiava em negociar com países de menor expressão e poder de compra (AMORIM, 2013).

Ainda em 2003, o Brasil caminhava em direção a uma aproximação diplomática com os países andinos, o que gerava reprimendas de Montevideú que se mantinha firme nos interesses pela ALCA e não por um acordo com a CAN, o que levaria ao adiamento de reuniões decisivas para os pactos com os andinos. Diante desse cenário conturbado, houve a eleição para a cadeira à frente da OMC, que seria disputada por Pascal Lamy (francês) e por um candidato uruguaio, Pérez del Castillo. A fim de executar uma retaliação ao posicionamento uruguaio perante a integração ao sul do Equador, o Itamaraty resolve lançar um candidato próprio, o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Mesmo sabendo da impossibilidade de

vencer a concorrência, o Brasil optara por um “anticandidato” somente para irritar o país vizinho e fomentar discussões que destravariam as negociações sul-americanas (AMORIM, 2022).

Em meados de 2005, Tabaré Vázquez ascende ao poder e escolhe Reinaldo Gargano para a chancelaria uruguaia, ambos de tradição à esquerda e com certo apreço a aproximação sulista, negociaram com o Itamaraty a retirada do candidato brasileiro pelo apoio às pretensões brasileiras no âmbito da CASA, no MERCOSUL e no CSNU, prontamente aceito pelo presidente Lula que ainda declarou apoio ao candidato Castillo. Logo em contrapartida, o Uruguai anunciara publicamente o suporte ao Brasil e ao G-4 no Conselho de Segurança (AMORIM, 2022).

Havia persistente preocupação do Uruguai com os interesses do MERCOSUL, assim como certa desconfiança nas intenções venezuelanas de adentrar ao bloco. Com isso a Venezuela, anteriormente a sua entrada no grupo, acatou medidas de liberalização com o Uruguai e adotou a TEC em suas importações. De acordo com Amorim (2022), o Brasil como o grande *player* do bloco teria criado uma espécie de “new deal” para auxiliar o Uruguai e o Paraguai em um processo de desenvolvimentismo e estruturalismo local através do financiamento do BNDES e do FOCEM, seu foco seria permitir o fomento do dinamismo econômico destes países para que pudessem atender melhor as demandas importadoras nacionais.

Após o fracasso da ALCA em 2005, os EUA e o Uruguai passariam a discutir um acordo bilateral entre os países. Este tratado de livre comércio seria tratado à parte do MERCOSUL, algo incompatível com as diretrizes do bloco econômico que garantem a necessidade de todos os membros participarem do acordo liberalizante. Vázquez teria em Danilo Astori, seu Ministro da Fazenda, o maior defensor do TLC entre Montevideu e Washington, revelando inclusive em 2006 que o tratado estava em vias de ser assinado por Bush, mas ainda teria de ser reanalisado por Vázquez. (AMORIM, 2022). Prontamente, o chanceler brasileiro rechaçou este acordo bilateral, alegando incompatibilidade com o MERCOSUL e vetando o TLC imediatamente, o qual viria a ser cancelado menos de um ano depois, devido às demandas infundas dos EUA e garantindo o fracasso de Astori.

Por sua vez, o Ministro da Fazenda uruguaio se mostraria um empecilho para as pretensões de integração do Cone Sul, sendo um grande crítico e alegando disparidades e deficiências do bloco econômico.

O Brasil também tinha problemas, pois a burocracia existente por vezes atrapalharia o processo de integração, quando ainda em 2007 produtos alimentícios eram impedidos de entrar no Brasil devido as barreiras sanitárias, sendo estes mesmos exportados para a Comunidade Europeia, o que geraria um atrito nas relações Brasil-Uruguai e seria necessário empenho tanto do Itamaraty quanto das autoridades sanitárias para que fosse desbloqueado este fluxo de importação junto ao Uruguai (AMORIM, 2022). Este episódio demonstra que os esforços de integração sul-sul iam para além do Poder Executivo e do MRE, sendo necessária uma dedicação conjunta do setor privado, da Receita Federal, da ANVISA e do Congresso Nacional para que fosse bem-sucedida a aproximação sul-americana e a definitiva consolidação do Mercado Comum do Sul.

Em meados de 2008 a Rodada de Doha já se encontrava em seus últimos momentos, e membros externos ao G-20 como Uruguai e Paraguai não aceitavam as demandas da Indonésia, Índia e China que almejavam acordos liberalizantes para o primeiro setor só que com mecanismos de protecionismo em determinadas áreas. Nesse ponto, o Brasil que era um dos protagonistas de Doha via-se em uma encruzilhada, pois qualquer posicionamento seu o colocaria em atrito com outros parceiros do Sul Global e tão logo a rodada seria travada e fracassada (AMORIM, 2015).

Já no final do Governo Lula, José Mujica (Frente Ampla) subiria ao poder no Uruguai em 2010, e assinaria acordos militares e tecnológicos com o Brasil ao final do mesmo ano e acatando as demandas do Uruguai e do Paraguai, o MERCOSUL eliminaria a cobrança em duplicidade da TEC e desbloquearia os recursos do FOCEM para os projetos requisitados (AMORIM, 2022).

Ao início de 2003, o Presidente do Paraguai era Nicanor Duarte (Partido Colorado), tido como um membro do partido conservador paraguaio, o líder do executivo tinha aspirações semelhantes às uruguaias, sob as quais tentava se aproximar dos EUA e demais nações de grande poderio financeiro com acordos de livre comércio. Apesar disso, o Itamaraty sob a égide de Amorim tentava convencer ambos a avançarem na integração sul-americana, vide este fato, Amorim (2022) argumenta que os avanços nos acordos comerciais com a Venezuela e a CAN tinham como objetivo dar benefícios, principalmente, ao Paraguai, o elo mais fraco do MERCOSUL e a economia mais desestruturada do bloco.

A iniciativa dos EUA para a América do Sul não se limitava somente ao ALCA, quando na época da Guerra ao Terror, Bush virava-se para o subcontinente austral e propunha um grupo de discussão Mecanismo 3+1 para articular uma área de proteção norte-americana no Paraguai para combater células terroristas na região (AMORIM, 2022).

A chanceler paraguaia no Governo Duarte era Leila Rachid, próxima de Amorim e das ambições brasileiras para o subcontinente, Rachid seria receptiva as demandas do Itamaraty e uma importante parceira na integração sul-americana. Em meados do ano de 2005 seria criado o FOCEM, no qual o Brasil e a Argentina “financiarium” projetos estruturais aos sócios menores do bloco MERCOSUL, sendo o Paraguai o grande beneficiário do fundo que seria revertido em projetos energéticos na região (AMORIM, 2022).

De acordo com Amorim (2022), Brasil e Paraguai são sócios desde 1984 na Usina Hidrelétrica de Itaipu, as demandas de Assunção quanto a compensação financeira na sociedade comercial se mantinha ainda no século XXI, ao final de 2005 foi anunciado que o Brasil passaria a aumentar o ressarcimento da energia tomada pelo país em US\$ 21 milhões ao ano, sendo o maior reajuste já efetuado nesta sociedade de partes iguais.

Havia rechaço por parte da mídia paraguaia às aproximações do Itamaraty, devido ao contexto histórico e ao massacre liderado pelo próprio Brasil junto à Tríplice Aliança imposto aos paraguaios, e o Tratado de Itaipu não ajudava nesta aproximação, uma vez que teria sido cunhado com o intuito de promover maiores benefícios energéticos ao Brasil e colocar Assunção sob a influência política de Brasília.

Em 2008, Fernando Lugo, líder religioso e de centro-esquerda, é eleito ao posto mais alto da política paraguaia, naturalmente mais próximo do governo petista, Lugo escolheria Alejandro Hamed como seu chanceler. A perene insatisfação paraguaia com os acordos junto ao Brasil se manifestaria também no âmbito do MERCOSUL voltando-se ao FOCEM, com isso Amorim e Lula aceitam uma dotação de US\$ 70 milhões (2008) ao fundo com o intuito de beneficiar Assunção (AMORIM, 2022).

De acordo com Amorim (2022), Hamed e Lugo ansiavam por uma modificação no Tratado de Assunção, sob o qual gostariam de incluir a participação

de sua agência nacional de energia elétrica na comercialização e distribuição energética dentro do solo brasileiro, tomando parte do mercado da Eletrobras.

A contrarresposta brasileira viria sob um pagamento recorde na cessão de energia, alcançando a marca de aproximadamente US\$ 240 milhões em 2009 e abrindo negociações para um acordo de financiamento (público e privado) bilionário para as linhas de transmissão paraguaias (AMORIM, 2022).

A contraproposta do Itamaraty foi bem recebida por Lugo, que enfrentava naquele momento um escândalo de paternidade, algo problemático já que Lugo era bispo católico emérito. Ainda fora concedida parte do mercado da Eletrobras aos paraguaios e uma empresa parceira do Governo Federal, a Camargo Corrêa anunciaria uma nova fábrica de cimento no Paraguai, no valor de US\$ 100 milhões, tornando-se o maior investimento estrangeiro privado no país até então (BBC, 2009).

O delicado relacionamento entre os vizinhos seria protagonizado pelas concessões brasileiras que envolviam a destinação de verbas e o financiamento público-privado nacional, culminando no anúncio público de Assunção em apoiar as pretensões do Itamaraty de ingressar no CSNU (AMORIM, 2022).

O quinto membro do MERCOSUL viria a se tornar a Venezuela, país importante para a Comunidade Andina de Nações e para a América Central, que contava com a ambição de seu líder para promover o protagonismo de seu país no subcontinente.

A República Bolivariana da Venezuela foi um dos países sul-americanos com maior destaque midiático nos últimos 30 anos. O país protagonizou consecutivos golpes de Estado, medidas autoritárias, repressões das liberdades individuais e mudanças constitucionais.

A controversa figura de Hugo Chávez, líder revolucionário e militar aposentado, no mais alto posto da política venezuelana seria explicada por um malfadado Golpe Militar em 1992 de sua autoria, com uma sucessiva ascensão ao debate público na década de 1990, que o levaria ao poder ainda no ano de 1999. Em 2002, apoiado pelos EUA, elites burguesas e venezuelanos de classe média tentariam sua destituição do poder através de outro golpe, novamente malsucedido, e Chávez e o bolivarianismo mantiveram-se no Poder Executivo (VILLA, 2005).

O contexto das relações internacionais venezuelanas era conturbado, com desavenças com Washington e Bogotá por terem protagonizado um golpe de Estado contra seu líder e reconhecido a legitimidade do ato, respectivamente. A subida de

Lula ao poder junto ao PT seria um alento para a figura de Chávez, o qual deixaria de estar isolado ideologicamente na América do Sul.

De acordo com Amorim (2013), Lula teria protagonizado a criação do Grupo de Amigos da Venezuela em 2003. Tratava-se de um grupo diplomático elaborado para reestabelecer a democracia e pacificar a ferrenha disputa entre oposição e governistas de Chávez. Vale dizer que o grupo não tinha cunho partidário, muito menos governista, explicitado em sua composição com EUA, Brasil, México, Chile, Portugal e Espanha, com o primeiro e o último tendo, abertamente, apoiado a destituição do bolivariano do poder.

Apesar de incômoda ao governo local, o Grupo de Amigos obteve êxito e tranquilizou o povo venezuelano, restituindo a democracia através de um referendo revocatório para a confirmação de Hugo Chávez no Poder Executivo com mais de 58% dos votos pró-governo (DIPLOMATIQUE, 2004).

A atuação do Itamaraty teria sido decisiva no âmbito da crise venezuelana, sendo elogiada pelo próprio Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, colocando o Brasil e Celso Amorim em posição de destaque na diplomacia americana (AMORIM, 2022).

Como supracitado, as negociações da ALCA não foram bem-sucedidas para os EUA. Isso se deve, em grande medida, à implacável oposição de Chávez a qualquer acordo de liberalização comercial, principalmente com os estadunidenses. Ainda em 2004, Lula rascunharia a adesão da Venezuela ao bloco MERCOSUL, prontamente aceita pelo líder venezuelano, mas que teria sua adesão prolongada.

Segundo Amorim (2022), as tensões entre Colômbia e Venezuela seriam mantidas no período, quando em 2005 um líder das FARC teria sido apreendido no lado venezuelano da fronteira por agentes colombianos, causando um enorme alvoroço por parte das entidades venezuelanas, que viam neste ato um desrespeito a sua soberania e um ato ofensivo. Nesse momento, Álvaro Uribe (Presidente da Colômbia) e Hugo Chávez digladiavam sobre a validade deste ato e suas repercussões nos fóruns internacionais de direito, cabendo novamente ao Itamaraty o papel de mediador na resolução da questão a partir de uma reunião tripartite, alçando o Brasil ao posto de conciliador de conflitos e de potência diplomática, assim como no caso das *Papeleras*.

O chanceler venezuelano em 2005 era Alí Rodríguez, guerrilheiro bolivariano, que havia saído diretamente do conflito armado para a política

doméstica na década de 1990. Sua visão de integração sul-americana era alinhada à visão de Chávez, na qual a condução do processo deveria ser executada pelo Estado, através do fomento de obras estruturais e na utilização de empresas públicas, como a PDVSA e Petrobras, para promover a conexão entre os países parceiros. Esta visão conflitava com os interesses do Itamaraty, o qual por meio do MERCOSUL, visava promover a integração através da iniciativa privada, com a redução de tributos de importação e normas comerciais mais flexíveis pela liberalização comercial. Rodríguez viria a ser crítico dessa posição “neoliberal” do Brasil, por não crer que um líder sindical de esquerda estaria sujeito aos pactos comerciais liberalizantes, com Amorim explicando a diferença dos regimes, no qual o Brasil adotara políticas de forte cunho social, mas sem renunciar ao capitalismo na economia (AMORIM, 2022).

O espírito democrático de Hugo Chávez era controverso. Em reunião da Cúpula ASPA (América do Sul – Países Árabes) em 2005, o líder venezuelano demandou uma declaração conjunta que condenasse a retirada do autocrata Saddam Hussein do poder no Iraque: rechaçado pela maioria dos participantes, acabou não sendo efetuada. Contudo, a figura bolivariana era por vezes útil ao Itamaraty, quando no âmbito da Carta Democrática da OEA, na qual os EUA ansiavam por maior participação nas democracias latino-americanas, coube ao Brasil e a Chávez recusarem essa intromissão nas soberanias nacionais do subcontinente (AMORIM, 2022).

O venezuelano tentara ignorar ou dificultar a liberalização comercial na região por mais de uma vez, algo que dificultava sua aprovação como membro pleno do MERCOSUL, o presidente defendia a integração sul-americana a partir de uma forte retórica e com projetos faraônicos como o Grande Gasoduto do Sul e o Banco do Sul, longe de se tornarem realidade, mas dificultava projetos de fácil adaptação, como a adoção da Tarifa Externa Comum e a livre circulação de mercadorias intrabloco.

Em 2006, a partir de uma reunião ministerial do MERCOSUL, foi protocolada a adesão da Venezuela ao bloco econômico, com desgravações tributárias contínuas e com a previsão de liberalização tarifária para 2012, com o ingresso da Venezuela no ACE-18 (MERCOSUL, 2006).

Apesar de alcançar seu objetivo, os comentários chavistas eram incessantes, ainda em 2006 e em plena Assembleia Geral da ONU, Chávez

chamava Bush de “demônio” e alegara que o ambiente fedia a enxofre (BBC, 2006), algo inédito em reuniões internacionalistas e que prejudicava ainda mais, a já prejudicada, imagem do autocrata venezuelano.

Em 2007, seria Chávez junto ao Itamaraty um dos principais fomentadores da união das repúblicas sul-americanas, mudando o nome de CASA para UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). O tratado constitutivo seria assinado por todos os países sul-americanos independentes.

A situação de Chávez com o Poder Legislativo brasileiro era conturbada, muitos líderes do Senado Federal não viam no bolivariano uma figura democrática, ainda mais quando decidira fechar a maior rede de televisão do país, a RCTV, opositora do governo e golpista (segundo Chávez). O Senado que ainda julgaria o mérito da adesão da Venezuela ao MERCOSUL emitira uma nota contrária a decisão de Chávez, que por sua vez chamaria os senadores brasileiros de “papagaios de Washington” (G1, 2007).

As atitudes autoritárias de Chávez seriam reprimidas por meio de um referendo na Venezuela, ao final de 2007, quando a maioria da população não permitiu o aumento dos poderes de seu líder do executivo e tornar a eleição de 2012 facultativa (AMORIM, 2022).

A posição de Chávez como amigo ou desavença do Itamaraty era muito volátil, por vezes aparecia como um facilitador para os projetos brasileiros junto à comunidade sul-americana, e, em outros momentos, desferia insultos a instituições brasileiras. Em 2008, o Presidente do Equador, Rafael Corrêa, havia expulsado a Odebrecht de seu país, a qual executava obras de infraestrutura com capital advindo do BNDES, com valor superior a US\$ 240 milhões (G1, 2008) e Chávez, por meio de sua imprevisibilidade, apoiara o calote equatoriano ao banco brasileiro. Por mais que o venezuelano fosse amigo pessoal de Lula, não era clara sua posição para o MRE, que o via como um sujeito imprevisível e inexplicável (AMORIM, 2022).

Apesar da oposição do presidente do Senado, José Sarney, e do ex-presidente e senador Fernando Collor, o Senado Federal aprovaria no final de 2009 o protocolo de adesão da Venezuela ao bloco econômico sul-americano (SENADO FEDERAL, 2009), uma grande vitória no processo de integração regional e na ampliação do MERCOSUL por parte do Itamaraty.

2.3.2 Conexão Brasil-África

A relação do Brasil com o continente localizado do outro lado do Oceano Atlântico data de meados do século XVI, quando milhares de africanos passaram a ser escravizados e comercializados com portugueses que os levavam para seu território ultramar, o Brasil.

Ao assumir o poder em 2003, Lula discursara por uma aproximação diplomática com a África, prioritariamente aos países lusófonos e a África do Sul, essa última que era tida pelo presidente como um dos maiores países em desenvolvimento, assim como Brasil, Rússia, Índia e China (VISENTINI E PEREIRA, 2008).

A aproximação do Itamaraty ao continente foi significativa, com diversas visitas presidenciais ou diplomáticas (do chanceler) aos países africanos ainda no primeiro mandato de Lula.

O MRE e o presidente passaram a ter uma visão favorável do continente africano, como uma terra para além da evidente pobreza, mas também como um local de oportunidade, repleto de riquezas minerais e com grande mão de obra disponível. Essa percepção não seria isolada, pois a Índia também avançaria sobre o continente africano, com grandes pretensões comerciais, levando o Itamaraty a criar um fórum de discussão com as partes interessadas, Índia e África do Sul, o fórum IBAS (VISENTINI E PEREIRA, 2008).

A cooperação sul-sul, objetivada por Amorim e pela cúpula petista, tinha na África dois grandes objetivos: melhorar a imagem internacional do país, divulgando a cultura e os costumes luso-brasileiros, e angariar apoio diplomático dessas nações em apoio às pretensões brasileiras, como o assento permanente no CSNU (AMORIM, 2013). O apoio de um vasto continente em desenvolvimento, com mais de 50 países membros da Organização das Nações Unidas, seria fundamental para os objetivos do Itamaraty.

A aproximação com as nações africanas ocorreria, para além de eventos culturais e na abertura de embaixadas, por investimentos via Petrobras e financiamento do BNDES a obras de infraestrutura no continente. De acordo com Visentini (2010), somente a Petrobras tinha formalizado alguns focos de investimento na região, no Moçambique, Líbia, Senegal, Tanzânia e Nigéria. E

houve empréstimos do BNDES para ações no continente, junto às grandes construtoras brasileiras, na Angola e em Moçambique.

Ribeiro (2008) vê como positiva a investida do Brasil no continente alémmar, argumentando que essa aproximação poderia dar grandes retornos econômicos ao país, que via seu fluxo de comércio aumentando significativamente com os países parceiros, como Nigéria e Angola. De acordo com o autor, essa conexão entre as regiões traria benefícios mútuos, maximizando o comércio internacional e fomentando o conhecimento através do desenvolvimento de novas tecnologias através desta parceria.

2.4 BRASIL NOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

Adotando uma diversificação de estratégias para melhorar a imagem do Brasil no cenário exterior, o Itamaraty construiu fóruns de diálogo e de integração econômica com alguns países, assim como aprimorou as relações com as organizações multinacionais que já integrava.

Nesta seção abordar-se-á a criação e a participação do MRE nos fóruns IBAS e BRICS, tal qual a crescente importância do Brasil no Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional e G-20.

2.4.1 Fórum de diálogo Brasil, Índia e África do Sul (IBAS)

Anteriormente ao interesse do Brasil e da Índia pelo potencial africano, havia uma crise sanitária na África do Sul, devido a graves problemas de saúde pública, oriundos de um surto de HIV na região. Esse fator levou as instituições sul-africanas a legislarem favoravelmente à uma quebra de patentes na área farmacêutica, que os permitiria adquirir medicamentos genéricos sem a autorização dos donos das patentes retrovirais, as farmacêuticas norte-americanas.

Os medicamentos paralelos seriam adquiridos de empresas indianas, que em sua legislação permitem a produção de medicamentos sem a patente, o que causaria revolta nos EUA e induziria Washington a retaliar este processo internacional de quebra de patentes ainda em 1997 (OLIVEIRA, 2005).

Como o problema não conseguiu ser resolvido pelos Democratas, as grandes farmacêuticas dos EUA decidiram apoiar em peso a campanha de George

W. Bush à Casa Branca. Com a subida do Republicano ao poder, havia uma dívida a ser paga com os financiadores da campanha e Bush começou uma nova batalha judicial contra os quebradores de patentes.

De acordo com Oliveira (2005), o Brasil teria sido processado e investigado pelos EUA em 2001, pois também adquiria medicamentos retrovirais genéricos da Índia, assim como os sul-africanos. Rapidamente, o MRE se aproximou da Índia e da África do Sul, com o intuito de vencer essa batalha comercial, e obteve êxito com a continuidade da comercialização de medicamentos similares e de princípios ativos para o estudo e pesquisa de medicamentos nacionais.

A aliança entre os três continentes por uma causa humanitária, despertou nos agentes internacionais o potencial dessa aliança e o poder desse grupo em debates comerciais, quer seja por sua diversificação produtiva e grande massa trabalhadora, quer seja por sua representatividade intercontinental. E principiada por FHC, a ideia de um fórum entre os membros desta aliança seria concretizada no começo do Governo Lula, em Junho de 2003.

O IBAS foi criado para promover a aproximação sul-sul e a cooperação multilateral em muitas áreas, como na tecnologia, desenvolvimento e comércio internacional. O aprofundamento das relações no IBAS foi objetivado por Lula/Amorim com o intuito de suprir as necessidades estruturais e de desenvolvimento (pesquisa) brasileiras, com os responsáveis vendo nestes países uma possibilidade de aparar as arestas tecnológicas e industriais que desfavoreciam o Brasil e demais países globais no comércio exterior (FARIA *et al.*, 2012).

No IBAS, haveria consonância em objetivos nos fóruns internacionais, como a liberalização comercial em produtos de origem agropecuária, e no protecionismo a setores estratégicos regionais, como a extração petrolífera e mineral. Representativos para as economias em desenvolvimento, o IBAS serviu como um alerta aos países desenvolvidos sobre as demandas comerciais das nações emergentes, as quais representavam pouco menos de 50% dos fluxos de comércio do Norte Global (FARIA *et al.*, 2012).

De acordo com Amorim (2013), a empreitada IBAS foi elaborada com o intuito de promover as relações Sul-Sul e reforçar a cooperação intercontinental. O embrião do fórum teria ocorrido ainda nos primeiros dias da Gestão Amorim à frente do MRE, quando em um encontro com a chanceler sul-africana, Nkosazana Zuma, Amorim sugeriu a criação de fórum de diálogo com a África do Sul e com a Índia,

devido a sua semelhança na adoção de processos democráticos e com índices socioeconômicos similares.

Havia também uma preocupação geopolítica, pois essa parceria com os indianos viabilizaria o acesso das forças militares brasileiras ao Oceano Índico (norte), possibilitando ao Brasil aumentar seu raio de ação e de influência militar. Culminando em operações marítimas conjuntas, com as marinhas nacionais realizando exercícios de defesa coordenados.

No âmbito da criação do IBAS, em Junho de 2003, houve conversas sobre a possibilidade de inclusão de mais dois países em desenvolvimento ao fórum, sendo uma das origens do BRICS (AMORIM, 2013).

Atores globais e entidades multinacionais percebiam nessa união intercontinental uma modificação do *status quo* geopolítico, com o fortalecimento do diálogo entre nações distantes, porém com grandes semelhanças históricas, com recentes processos de democratização e com economias pujantes em desenvolvimento.

Segundo Amorim (2013), a distinção do BRICS e do IBAS se dá pela intransigência de China e Rússia em acatarem temas mais sensíveis aos seus governos, como o processo democrático pleno e o respeito aos direitos humanos. Algo que Brasil, Índia e África do Sul tem em consonância, devido a processos democráticos concretizados, com o Estado democrático de direito, com pleno gozo das liberdades individuais e com a validação dos direitos do ser humano, quer sejam religiosos ou físicos.

O restrito apoio que China e Rússia dão às ambições brasileiras e indianas de ingressarem no CSNU, fortaleceu as relações do fórum IBAS em detrimento de um resfriamento no diálogo entre os BRICS. Uma antiga rivalidade é travada entre os chineses e os indianos, assim como entre a China e o Japão, o que dificulta o apoio irrestrito ao G-4 que entende ser necessária a reforma do CSNU, que levaria os atuais membros do Conselho a perder parte da exclusividade no poder de veto e nos debates geopolíticos e militares (AMORIM, 2013).

A altivez do IBAS na diplomacia internacional seria demonstrada em sua participação na Rodada de Doha e na tentativa de pacificação do Oriente Médio, marcada pelas declarações conjuntas e tratativas multinacionais de promover um acordo entre Israel e a Autoridade Palestina por Jerusalém e territórios disputados em solo israelense (AMORIM, 2015).

2.4.2 Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul (BRICS)

A virada do milênio em 2000 possibilitou que analistas econômicos observassem mais atentamente os países em desenvolvimento, que assim como o Japão e os Tigres Asiáticos nas décadas de 1980 e 1990, poderiam alcançar maiores patamares produtivos e maior participação na economia global.

O'Neil (2001), economista-chefe do Goldman Sachs, publicou o relatório *Building Better Global Economics BRICs*, no qual foram estimados quatro cenários possíveis para estes quatro países e demais membros do G-20 nos próximos 10 anos.

No cenário A, o autor projetou o mesmo nível de crescimento do PIB ao final de 2000 para todos os demais anos da década, levando o bloco BRIC ao patamar de 12% na participação da produção global. No cenário B, tido como o mais pessimista, a participação do bloco chegaria à 9%.

No terceiro cenário foi adotado que o crescimento do BRIC seria superior ao crescimento do G-7, elevando a participação do bloco à 14,2%. O otimismo seria revelado no último cenário, quando foi adotado um crescimento econômico ajustado e diferenciais de inflação para gerar um PIB PPC, nesta análise o *share* do BRIC superaria os 27%.

Esse *Working Paper* foi fundamental para os analistas de mercado e os agentes públicos perceberem que o crescimento do BRICs poderia superar as expectativas e realinhar a economia global ao final da década. O cenário D se mostraria mais factível ao final de 2010, com a China alcançando 13,61% na participação do PIB PPC global, a Rússia 3,41%, a Índia 5,72% e o Brasil 3,1%, totalizando aproximadamente 26% do PIB global com estas quatro economias em desenvolvimento (FMI, 2023).

Importante ressaltar que a inclusão da África do Sul no bloco BRIC ocorreu somente em 2011, devido a sua economia pouco dinâmica não ter sido analisada pelo economista do Goldman Sachs.

Segundo Silva (2013), a elaboração do relatório econômico e suas projeções motivaram os agentes governamentais a buscarem um entendimento por um bloco que fomentasse a união entre as quatro nações e promovesse crescimento econômico. De acordo com o autor, o entendimento entre o Brasil e os asiáticos foi facilitado pela consonância que existia entre seus mandatários de produzir uma nova

ordem global, agora multipolar e não centrada somente nas economias do ocidente e Norte Global.

Por outro lado, o Brasil já se aproximava da nação hindu e da África do Sul desde 2003, como supracitado, através da construção do IBAS, no qual também fora especulado a inclusão de mais dois países em desenvolvimento ao fórum, algo que seria concluído em 2011 no âmbito da inclusão da nação africana no bloco BRICS.

O primeiro passo rumo ao BRICs ocorreu na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, na qual os chanceleres das quatro nações concordaram em promover o diálogo e realizar estudos sobre a viabilidade da organização intergovernamental.

A concretização da organização BRICS veio três anos depois, em Junho de 2009, em Ecaterimburgo (Rússia), quando os líderes Lula, Medvedev, Singh e Hu Jintao uniram-se para oficializar a 1ª Cúpula dos BRICS.

Dentre alguns argumentos que justificam a integração do Brasil com o Oriente, é destacada a razão econômica, com amplo mercado exportador e regulamentado, o qual poderia se abrir aos produtos brasileiros após a concretização da organização, assim como uma razão geopolítica, sob a qual o Itamaraty em união com os demais teria mais influência diplomática e por conseguinte, maior respaldo em suas decisões e atitudes à frente da comunidade internacional (SILVA, 2013).

Lima (2013) aponta para as diferenças internas do bloco, que tem por elas grandes desafios a serem contornados ou superados: a Rússia tem graves problemas demográficos, com população envelhecida e expectativa de vida em queda, assim como corrupção endêmica, governo autocrata e conflitos regionais; a China vive um regime autoritário, com conflitos regionais e sérios problemas ambientais; a Índia tem graves índices de miséria, enfrenta problemas de alfabetização na sua população adulta e possui conflitos geopolíticos com a China e Paquistão.

Embora existam grandes problemas internos, o BRICS seria uma saída para as pressões internas que alguns líderes sofrem, já que a internacionalização poderia produzir benefícios comerciais e produtivos a todos os lados, aumentar o dinamismo econômico e promover a união intercontinental com o estabelecimento de atividades produtivas em países além-mar.

Há certa consonância no pensamento internacionalista que o BRICS é um acerto da política internacional do Itamaraty e de Celso Amorim, gerando multipolaridade à ordem global e alinhando a política de aproximação Sul-Sul preconizada por Amorim (2011).

As discussões e os anos que antecederam a concretização do bloco foram marcados pelo aumento do comércio intrabloco e a expansão das exportações brasileiras para o continente asiático, claramente impulsionada pelo crescimento chinês e o aumento de suas importações.

2.4.3 Organização das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional

O FMI é uma importante instituição internacional que gozou de grande prestígio nos anos 1980 a 2000, conduzindo as políticas macroeconômicas dos países pobres e subdesenvolvidos. O Brasil necessitou de voluptuosos empréstimos do FMI desde o colapso do Governo Militar, não sendo quitados até o Governo FHC, que manteve a dívida com o FMI em detrimento da política de estabilização monetária.

Ao começo do Governo Lula, havia a preocupação do mercado com uma gestão radical e desenvolvimentista do petista, que pudesse descontrolar as contas públicas e a balança comercial. Contudo, Lula optou por uma política similar à de FHC, com a continuidade do tripé-macroeconômico e com o convite de Henrique Meirelles (PSDB) para ocupar o posto de Armínio Fraga Neto à frente do Banco Central. Lula e Amorim priorizaram um discurso de apaziguamento com o FMI no começo do mandato, culminando inclusive em um novo empréstimo de US\$ 3 bilhões para investimento em infraestrutura no país.

A partir de 2005, Lula e o chanceler começaram a discursar contrariamente ao FMI, alegando uma não renovação dos empréstimos com o fundo ao final do mandato, que precisariam ser quitados em um curto período. Tude e Milani (2013) alegam que os acalorados discursos do petista contrários à parceria com o FMI tinham um caráter político, à medida que as eleições de 2006 se aproximavam, com o eleitorado petista sendo veementemente contra a interferência estrangeira na economia brasileira, algo propagado historicamente por líderes políticos à esquerda e nacionalistas no Brasil.

De acordo com Tude e Milani (2013), o Governo Federal passou a quitar a dívida externa no final de 2005, com o pagamento de US\$ 15 bilhões ao FMI. Esta medida seria controversa, uma vez que os juros praticados pelo fundo internacional eram baixos, aproximadamente 4% ao ano, e o juros praticado por instituições bancárias internacionais era acima de 8% ao ano, assim como os juros internos eram superiores à 18% (Taxa Selic).

Em contrapartida, a quitação dos empréstimos externos em dólares e o endividamento interno em reais permitia maior estabilidade aos gestores da dívida pública brasileira, a qual deveria ser paga na moeda oficial do Brasil, sujeita a emissão junto a Casa da Moeda, eventualmente podendo ser paga através de emissão monetária e expandindo a base monetária nacional.

A polêmica decisão do Governo Lula seria oficializada ao público em Janeiro de 2006, com o anúncio em cadeia nacional da quitação da dívida externa junto ao FMI. De acordo com Lula da Silva (2006) se tratava de uma economia brasileira que seria revertida em investimentos no país e possibilitaria ao Brasil andar “com as próprias pernas” e sem a interferência estrangeira.

O discurso em tom eleitoral seria mantido até o final do mandato, segundo Tude e Milani (2013), com o líder petista repetindo mais de 25 vezes em discursos oficiais a quitação dos empréstimos, a independência externa e a não permanência do Brasil nos acordos com o FMI.

O mantra de Lula seria mantido mesmo após a sua reeleição, repetindo sobre a independência internacional e o pagamento antecipado dos empréstimos ao FMI, discursos estes crescentes à medida que o 2º mandato de Lula ia acabando, alcançando a marca de 67 vezes em 2010 (TUDE E MILANI, 2013). Percebe-se que o pagamento ao FMI, embora não tenha trazido vantagens econômicas devido à substituição por juros ainda maiores, trouxe grande capital político ao petismo e a Lula, os quais se beneficiariam da publicidade gerada pela quitação dos empréstimos, angariando ainda mais votos e apelo popular.

O anseio da política externa petista em promover a reforma do CSNU já foi supracitado, contudo, a participação do Brasil na Organização das Nações Unidas vai além, com uma intensa colaboração nos fóruns de combate à fome e com um protagonismo, dentre os países do Sul Global, na Assembleia Geral da ONU (PEREIRA, 2011).

Tomando a dianteira nos discursos na AGNU, Lula exerceu a diplomacia presidencial com discursos arrojados que tratavam o Sul Global como um bloco sólido e unido, reafirmando os interesses na Rodada de Doha desde o primeiro ano de mandato.

De acordo com Oliveria (2022), na AGNU de 2003, Lula discursava sobre os programas sociais que vinha implementando no Brasil, como o Fome Zero, e advogava favoravelmente ao desenvolvimento econômico alinhado com a inclusão social.

O discurso do petista se repetiria na AGNU de 2005, que debatera a implementação das Metas do Milênio das Nações Unidas, corroborando com a tese de seu governo no Brasil que o combate à fome e a pobreza devem ser assuntos prioritários, tal qual o crescimento econômico (OLIVEIRA, 2022).

Em meio à crise financeira de 2008, houve outra importante participação do Brasil, que durante reunião da FAO (*Food and Agriculture Organization*), adotou tecnicidade em seu discurso perante os demais líderes mundiais, reafirmando os investimentos em pesquisa e tecnologia para o fomento das agências de Agricultura e Pecuária nacionais (EMBRAPA) e também delatando a inoperância da ONU diante dos problemas alimentares, assim como a inércia dos líderes mundiais no combate à fome, que oficialmente acordavam com os termos dos acordos alimentares, mas *a posteriori* nada faziam pela melhora das condições nutritivas de sua população (OLIVEIRA, 2022).

A participação final do Brasil, no Governo Lula, perante a ONU viria em 2010, após Lula ter recebido o Prêmio de Estadista Global no Fórum Econômico em Davos. Nesse discurso, o chanceler Amorim faria um apanhado do Governo Lula, reiterando a retirada de 20 milhões de brasileiros da pobreza, ressaltando as políticas públicas de renda e alimentares, assim como os programas sociais e o investimento público que geraram empregos e renda para os brasileiros (AMORIM, 2011).

No discurso final de Amorim à frente da chancelaria brasileira, o autor relatava a inoperância dos países desenvolvidos em promover mudanças reais nas condições socioeconômicas globais, alegando falta de empenho destes na promoção da Rodada de Doha e na consolidação dos compromissos ambientais que haviam sido acordados ainda no Protocolo de Quioto em 1997 (AMORIM, 2011).

3 ACORDOS COMERCIAIS: PARA ALÉM DO DISCURSO

Durante a Gestão Amorim, o Itamaraty promoveu alguns acordos de complementação econômica, liberalização comercial e preferências comerciais com nações parceiras através do bloco econômico MERCOSUL.

Os acordos com a União Aduaneira da África do Sul (ou *Southern Africa Customs Union* - SACU) em 2008 e com a Índia (2004) se referem ao comércio preferencial, já a promoção de liberalização comercial se deu com o Egito (2010) e com Israel (2007). Os ACE (Acordo de Complementação Econômica) foram assinados junto ao Peru (2005), Comunidade Andina de Nações (2004) e Cuba (2006).

Os acordos serão analisados a seguir, refletindo sobre os ganhos e concessões promovidos pelo Brasil, assim como sua abrangência e benefícios a integração da América do Sul.

3.1 ACORDOS DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA: PERU, COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES E CUBA

A aproximação dos países do MERCOSUL se refletiu em acordos comerciais promovidos com as nações latino-americanas, o Brasil e o Itamaraty tomaram para si o protagonismo nestes acordos e promoveram a cooperação sul-sul para além dos discursos.

3.1.1 Acordo Comunidade Andina de Nações - Mercado Comum do Sul

A Comunidade Andina de Nações é um bloco econômico sul-americano criado em 1969, aos moldes do MERCOSUL, e que também possui, portanto, uma Tarifa Externa Comum e União Aduaneira. A composição do bloco em meados dos anos 2000 era Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia, entretanto, o acordo outorgado junto ao MERCOSUL contava somente com três países da CAN: Colômbia, Equador e Venezuela (SISCOMEX, 2022).

Ainda no primeiro ano da Gestão Amorim, o chanceler já se aproximava do empresariado equatoriano a fim de viabilizar um acordo comercial com a nação

andina. Havia resistência por parte da Colômbia, que por vezes recuava em um acordo com o Brasil e demais países pertencentes ao bloco (AMORIM, 2022).

A aproximação com o líder venezuelano, Hugo Chávez, facilitou o empenho do Itamaraty e do MERCOSUL, devido a sua importância econômica na região, e aos ambiciosos planos que Chávez possuía para as nações vizinhas. Outro facilitador para a integração econômica sul-americana foi a criação da UNASUL, que idealizava um fórum de diálogo entre as nações americanas meridionais, e possibilitou uma aproximação do Brasil e do chanceler aos gestores equatorianos e colombianos (AMORIM, 2022).

Assinado em 18 de Outubro de 2004 e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em Janeiro de 2005, o Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 59 passou a reger a integração econômica do cone sul e dos países andinos (SISCOMEX, 2022).

De acordo com o texto original, o ACE 59 tem como objetivo promover a liberalização comercial gradativa entre a CAN e o MERCOSUL para produtos originários e procedentes dos países signatários. Essa desgravação teve prazo de até 15 (quinze) anos, a partir de 2004, para ser finalizada, concluindo-se que atualmente há uma área de livre-comércio para produtos originários entre o MERCOSUL e o Equador (SISCOMEX, 2022)

A Venezuela e a Colômbia saíram do acordo pois celebraram acordos individuais com o MERCOSUL *a posteriori*, com o ACE 69 (2012) e com o ACE 72 (2017) respectivamente.

Segundo o Anexo II do ACE 59, no qual consta o cronograma de desgravação tarifária entre os países outorgantes, o Brasil concedeu 100% de desgravação a partir de 2011 para o Equador, Venezuela e Colômbia, tendo recebido a preferência tarifária de 100% destes a partir de Janeiro de 2015.

Outra preferência assinada entre Brasil e Equador se trata da desgravação tarifária de produtos automotivos não originários e não procedentes 100% dos países signatários. Neste quesito, o Brasil concede 100% para máquinas agrícolas e de uso rodoviário e de 55 a 100% para autopeças e produtos automotivos. Em contrapartida, o Brasil recebe uma preferência tarifária menor, que varia entre 20 e 100% para autopeças e produtos automotivos e 67 a 100% para maquinário (SISCOMEX, 2022).

Dentre pequenas ressalvas que não possuem desgravação tarifária completa, 95,6% das linhas tarifárias entre o MERCOSUL e o Equador estão em livre-comércio nos dias atuais (SISCOMEX, 2022a).

Sendo um grande passo na integração econômica do subcontinente, que avançou na liberalização comercial desde o segundo ano do Governo Lula, o que poderia surpreender populares que apoiaram e rejeitaram Lula durante as Eleições de 2002, esperando que o líder e a cúpula petista isolassem o Brasil com maiores impostos de importação.

3.1.2 Acordo Peru - Mercado Comum do Sul

O Peru gozava de uma boa relação com a cúpula petista, a presença do presidente peruano, Alejandro Toledo, e do chanceler Allan Wagner na posse presidencial de Lula em 2003 era reflexo dessa proximidade (AMORIM, 2022)

Toledo era um líder de centro-direita, que comandava o poder após anos de governos alinhados ao autoritarismo e à direita nacionalista, representada por Alberto Fujimori (1990-2000), o que gerava maior semelhança entre os líderes de Brasil e Peru.

Ainda no âmbito da posse presidencial, Toledo e Wagner já manifestavam o interesse de promover uma integração comercial com o Peru, assim como aprofundar as relações com o Cone-Sul e com o MERCOSUL. As discussões para um possível acordo econômico entre as partes já começaram no primeiro ano do Governo Lula, paralelamente às discussões do acordo com a CAN (AMORIM, 2022).

Embora houvesse resistência dos ministros paraguaios e uruguaios em aceitar um acordo comercial com a nação andina, o acordo de preferências tarifárias entre o Peru e MERCOSUL obteve êxito.

O ACE 58 seria outorgado em Novembro de 2005, entrando no ordenamento jurídico brasileiro a partir de Dezembro do mesmo ano (SISCOMEX, 2022b). Como supracitado, o Peru optara por promover um acordo comercial individual com o MERCOSUL, embora integrasse a Comunidade Andina de Nações.

O Artigo 1º do Acordo estabelece os objetivos e o alcance acordados, sendo a livre circulação de mercadorias e de prestação de serviço, assim como promover uma área de livre-comércio entre os outorgantes, com a eliminação de tarifas e de barreiras (não-tarifárias) ao comércio exterior (ALADI, 2005).

A liberalização comercial com o Peru foi quase total, com 99,8% do universo tarifário tendo desgravação completa de tributos de importação, com pequenas ressalvas para alguns itens sensíveis aos signatários: Álcool, açúcar, materiais têxteis e pneus automotivos (SISCOMEX, 2022b).

De acordo com o 2º Protocolo Adicional do ACE 58, as preferências tarifárias para produtos originários das “zonas francas ou de áreas aduaneiras especiais” passaram a ter tributos reduzidos, porém não chegam ao patamar de livre circulação de mercadorias (ALADI, 2002).

Conforme consta em SISCOMEX (2022b), o Brasil concedeu preferências tarifárias somente em 24% do universo tarifário para produtos oriundos de zona franca peruana e recebeu a concessão de 21% do Peru.

Essa exceção na liberalização comercial deve-se a isenção tarifária de que as zonas francas gozam, como a Zona Franca de Manaus, que possui regime tarifário próprio, além de incentivos fiscais para a sua produção, como a restituição de 55% a 100% do ICMS que incide sobre produtos fabricados na zona franca (ELETROS, 2023).

Uma produção e comercialização com tributos reduzidos (ou nulos) pode causar distorção no comércio exterior, uma vez que o produto oriundo da zona franca terá um preço mais acessível que o similar produzido em outro polo industrial, o que causaria uma distorção comercial, exaurindo a concorrência que paga tributos por completo, por isso existe a preocupação dos gestores públicos em promover um protocolo adicional que regulamente um regime próprio para produtos originários de zonas francas.

De acordo com o Anexo II do ACE 58, Programa de Liberalização Comercial, o cronograma de desgravação tarifária do MERCOSUL para o Peru atingiria 100% até Janeiro de 2012 ou em sete anos da assinatura do acordo, já a desgravação tarifária do Peru para os membros austrais seria completada em até quatorze anos (SISCOMEX, 2022b).

Desde 2019 há liberalização comercial para 99,8% dos itens do universo tarifário, salvo a exceção das zonas francas e dos produtos acima mencionados. Novamente, Lula e Amorim dão mais um passo pela integração sul-americana, promovendo mais uma área de livre circulação de mercadorias e serviços, promovendo uma área de livre-comércio do Brasil com quase todos os países do

subcontinente, com a ressalva das guianas, que possuem apenas acordos de liberalização parcial.

3.1.3 Acordo Cuba - Mercado Comum do Sul

A relação de Lula com Fidel Castro sempre foi boa, com elogios por parte do brasileiro ao autocrata cubano. Logo no primeiro mês de mandato, Lula já condenava a política de embargos econômicos à ilha caribenha. Mesmo com a violação de direitos humanos, com o assassinato de adversários políticos em Havana, o Brasil optara por uma política neutra, na qual não apoiava e muito menos rechaçava a repressão política cubana (NUNES, 2019).

Ainda no primeiro ano de governo, o Brasil já anunciava um pacote de medidas para apoiar a economia cubana, com investimentos via BNDES para o setor de infraestrutura, educação e turismo, numa soma superior a US\$ 200 milhões (em dólares de 2004) (BANDEIRA, 2004).

A aproximação diplomática de Lula com a ilha cubana se seguiu nos demais anos de governo, com o anúncio da parceria Petrobras e Cupet (Companhia Cubana de Petróleo) para mensurar e gerenciar as reservas petrolíferas da ilha a partir de uma cooperação multilateral. De acordo com Nunes (2019), esta parceria entre as estatais possibilitaria ao Brasil alcançar o Golfo do México, região petrolífera até então dominada pelos norte-americanos.

Outro ponto da relação diplomática entre Cuba e o MRE brasileiro foi a aprovação dos empréstimos para a construção do Porto de Mariel em 2009, obra executada pela Odebrecht via BNDES a partir de um empréstimo de aproximadamente 1 bilhão de dólares (US\$ 2009) (BRUNOW, 2013).

A consolidação das relações Cuba-Cone Sul veio no âmbito da aprovação do ACE 62 em julho de 2006, entrando ao ordenamento jurídico brasileiro em Março de 2007. De acordo com o SISCOMEX (2022c), o acordo visa a redução tarifária em importações, assim como a retirada de restrições não financeiras ao comércio bilateral.

O Brasil concede a desgravação de impostos de apenas 18% do universo tarifário, com ênfase a itens de alimentação, bebidas, higiene pessoal e a materiais utilizados no setor industrial e automotivo, como peças metálicas, plásticos e compostos químicos (SISCOMEX, 2022c).

Em contrapartida, o Brasil recebe de Cuba as preferências de 41% do universo tarifário, muito superior a preferência outorgada pelo Brasil, com ênfase a animais vivos, composto químicos (polímeros) e fármacos, assim como máquinas movidas a eletricidade, produtos oriundos de extrativismo mineral, tabaco e charutos (SISCOMEX, 2022c).

No Anexo III do acordo encontra-se o cronograma de desgravação tarifária, os países acordaram em promover a liberalização comercial nos produtos supracitados até janeiro de 2011, sem distinção das partes, com ambas sendo regidas pelo mesmo cronograma (SISCOMEX, 2022c).

Embora pareça controverso, Cuba propusera maior desgravação tarifária para os produtos oriundos do MERCOSUL do que o contrário, dando um sensível passo em sua abertura comercial para os produtos da América do Sul e abrindo-se para o comércio internacional.

Lula e Amorim continuavam em sua campanha de aproximação comercial com os parceiros latino-americanos, criando uma linha de comércio preferencial (com isenção tarifária) para muitos produtos brasileiros na ilha socialista de Fidel Castro.

3.2 ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL: EGITO E ISRAEL

Como citado anteriormente, o Itamaraty avançou em pautas internacionais além-mar através de sua política ativa e altiva, como no episódio do reconhecimento da Palestina (2010) e nas moções de apoio as nações afetadas pelas guerras no Oriente Médio, como Iraque e Afeganistão, combatidas pela Guerra ao Terror de Bush-Obama.

Além de moções e reconhecimentos, Lula e Amorim promoveram acordos multilaterais com países do Mar Mediterrâneo, resultando nos acordos de liberalização comercial do MERCOSUL com Israel e Egito, ambos firmados em 2010.

3.2.1 Acordo Israel - Mercado Comum do Sul

As relações do Brasil com o povo judaico no cenário diplomático datam de 1947, quando a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi presidida pelo

ex-chanceler brasileiro, Osvaldo Aranha. Como citado anteriormente, nesta reunião a ONU concedeu o território de Israel ao povo judaico e um território palestino aos povos islâmicos residentes na região.

Logo após o reconhecimento do Estado de Israel, começou uma série de conflitos com os vizinhos árabes que culminaria em uma sangrenta guerra civil e em batalhas que não lograram paz definitiva até os dias atuais.

Segundo Santos (2014), o Brasil e o Itamaraty sempre tomaram posições parciais nos conflitos do Oriente Médio, ora apoiando Israel, ora apoiando os povos árabes, mas sempre advogando favoravelmente à uma paz definitiva, com a cessão de terras e o reconhecimento dos Estados.

A pedido dos países árabes (AMORIM, 2011), o Itamaraty promoveria esforços em torno de uma coalizão comercial com os países árabes do Oriente Médio, resultando na Cúpula ASPA (América do Sul e Países Árabes), formada pelos membros da UNASUL e da Liga Árabe em 2005.

Em outro ponto, o Brasil viria a criar um Escritório de Representação do país em Ramalá (2004), capital da Autoridade Nacional Palestina e reconheceria o Estado Palestino com as fronteiras de 1967, compostas pela Cisjordânia e Faixa de Gaza, a pedido do Presidente Palestino, Mahmoud Abbas em 2010 (BBC, 2010).

A questão da Palestina foi ponto focal na relação do Brasil com Israel no Governo Lula, pois embora o petista tenha acenado favoravelmente às ambições palestinas, a relação com Israel não foi desgastada e culminaria pragmaticamente em um acordo de liberalização comercial entre os agentes.

O Acordo de Livre Comércio com Israel foi o primeiro a ser sancionado com algum país fora do subcontinente, assinado em dezembro de 2007 e internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro em abril de 2010 (SISCOMEX, 2022d).

Nesse acordo, o MERCOSUL estabelece com Israel uma linha de livre comércio (isenta de impostos de importação), um grande passo na liberalização comercial brasileira, que se abriu para um país com grau de industrialização tão alto quanto ou maior do que o nacional.

De acordo com o SISCOMEX (2022d), o Brasil concedeu isenção de impostos para 95,9% do universo tarifário, com demais linhas tendo tributos reduzidos em 30%. Já Israel concedeu benefício menor aos sul-americanos, com a isenção de aproximadamente 76,6% do universo tarifário e com linhas em preferência comercial reduzida.

Segundo o Artigo 3 do acordo, o cronograma de desgravação tarifária seria gradativo, atingindo sua plena desgravação em até 10 anos subsequentes a assinatura do documento, ou seja, desde 2017 o Brasil e o MERCOSUL estão em situação de livre-comércio com Israel.

Um grande passo para a economia brasileira e para a política econômica do país, que historicamente sempre optou por políticas de altas tarifas de importação e barreiras alfandegárias, e encontrava em Collor de Melo, FHC e Lula, líderes que abririam o país para o exterior, através da liberalização comercial e com a facilitação do comércio exterior através de pactos diplomáticos.

3.2.2 Acordo Egito - Mercado Comum do Sul

O Egito é um dos membros da Liga Árabe, citada anteriormente, e faz parte da cúpula ASPA juntamente com o MERCOSUL. As relações Brasil-Egito datam de 1924, quando o país africano conquistara sua independência do Império Britânico (MRE, 2014).

As relações entre os países eram desaquecidas no período anterior ao Governo Lula, com somente uma menção durante o Governo FHC sobre a assinatura de um memorando sobre Turismo em 1996. A diplomacia entre a nação árabe e o Brasil tomou novos contornos na Gestão Amorim, com visitas do chanceler ao país em 2003, 2004, 2005 e 2009, assim como na assinatura de entendimentos sobre isenção de vistos e de acordos nas áreas de cultura e educação (MRE, 2014).

Amorim (2011) argumenta que os países árabes incitaram o Brasil a ter maior participação nos debates da região, sendo convidado pelo líder egípcio, Hosni Mubarak, para as reuniões da Liga Árabe em 2004.

Naturalmente, houve uma aproximação das relações entre Lula e Mubarak, que eram líderes populistas e à esquerda no espectro político. Mubarak era um líder autoritário que já governava o país há décadas, assim como Muammar Gaddafi na Líbia, que também tinha proximidade com o presidente Lula, inclusive doando US\$ 1 milhão para sua campanha presidencial de 2002 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

A convite de Mubarak, Lula visitou o país africano em 2003, sendo o primeiro líder do Poder Executivo brasileiro a visitar o Egito desde Dom Pedro II em 1876 (BBC, 2003).

A aproximação dos líderes e de seus ministérios de relações exteriores permitiram a celebração de um acordo comercial significativo entre Egito e MERCOSUL, assinado em 2010 e internalizado no ordenamento jurídico brasileiro em dezembro de 2017 (SISCOMEX, 2022e).

O acordo rege um programa de liberalização comercial entre os agentes do Cone Sul e do Egito. No presente acordo, o Brasil concedeu isenção tarifária para mais de 10 mil códigos tarifários, abrangendo mais de 99% do universo tarifário, enquanto foi concedido para o Brasil cerca de 5,2 mil códigos, representando aproximadamente 50% do universo tarifário isento de impostos de importação para os produtos brasileiros (SISCOMEX, 2022e).

O cronograma de desgravação tarifária está acordado para a isenção total em até dez anos após o primeiro decreto presidencial sobre o acordo, com previsão para a desgravação completa em Setembro de 2026.

Na contramão dos acordos de complementação econômica supracitados, os acordos de liberalização assinados durante o Governo Lula com Israel e Egito concederam maior isenção tarifária do que receberam de suas contrapartes, o que sinaliza para um processo de liberalização comercial e fortalecimento das relações com a região do Oriente Médio, independentemente da inequidade nos benefícios recebidos pelos agentes neste processo.

3.3 ACORDOS DE COMÉRCIO PREFERENCIAL: SACU E ÍNDIA

Os acordos de comércio preferencial (ACP) com a Índia e a União Aduaneira da África Austral ocorreram durante o Governo Lula e a Gestão Amorim, em 2004 e 2008 respectivamente.

Embora não sejam acordos de livre comércio, os ACP têm caráter liberal, com a facilitação do comércio internacional a partir de taxas alfandegárias reduzidas e com a retirada de barreiras não-monetárias.

Estes acordos marcaram mais uma empreitada do Brasil em prol da aproximação Sul-Sul, com acordos liberalizantes que favoreceram o intercâmbio comercial entre os países ao Sul Global.

3.3.1 Acordo SACU - Mercado Comum do Sul

A União Aduaneira da África Austral é um bloco econômico em estágio de união aduaneira que se encontra ao sul do continente africano, sendo composta por cinco países: África do Sul, Botswana, Lesoto, Essuatíni (antiga Suazilândia) e Namíbia.

De acordo com Manwa (2015), a SACU representa menos de 2% da produção global, sendo um bloco de menor expressão de comparado com os demais. Ainda segundo o mesmo, o bloco ingressou em subsequentes processos de liberalização comercial com países estrangeiros (ou blocos), como o MERCOSUL e a EFTA (*European Free Trade Association*).

Apesar da menor estatura no cenário internacional, os agentes africanos apresentam PIB per capita próximo ao paraguaio no período 2003-2010 (BANCO MUNDIAL, 2023).

E taxas de crescimento similares aos demais países do MERCOSUL, com destaque para o maior crescimento registrado no período para a Namíbia no ano de 2004, com 10,9% e com o maior recuo para a Botswana em 2009, com a redução de sua produção interna superior à 15% (BANCO MUNDIAL, 2023b).

A promoção deste acordo é ainda mais significativa após constatar que as economias outorgantes têm trajetória semelhante no período e produção per capita também similar, derrubando uma possível alegação de um acordo desvantajoso com nações pequenas e de economias inexpressivas.

O acordo SACU-MERCOSUL foi assinado pelos agentes sul-americanos em 2008 e pelos sul-africanos em 2009, entrando para o ordenamento jurídico brasileiro em Abril de 2016 (SISCOMEX, 2022f).

De acordo com o SISCOMEX (2022f), o MERCOSUL concedeu cinco tipos de preferências tarifárias: 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, abrangendo 1.100 códigos tarifários, equivalente a 16,86% do universo tarifário, com destaque para a desgravação total para itens como: Cavalos, peixes, grãos, compostos químicos, fármacos e maquinário pesado para o segundo setor.

Em contrapartida, a SACU concedera para o bloco sul-americano quatro tipos de desgravação tarifária: 10, 25, 50 e 100%, compondo cerca de 1.050 linhas tarifárias, inferior às concessões do MERCOSUL. A desgravação é destacada pelos seguintes itens: Carnes, leguminosos, vegetais, grãos, químicos, medicamentos, polímeros, motores, autopeças, aparelhos radiotelefônicos (SISCOMEX, 2022f).

Após as negociações com a SACU, Lula chegou a apontar que uma “nova geografia comercial” ganhava espaço com a assinatura do acordo (AMORIM, 2022). Embora exitoso, Amorim (2015) via o acordo comercial como limitado e restritivo, almejando ampliar o alcance deste acordo no futuro para uma ambiciosa zona de livre-comércio para todo o Sul Global, algo que não ocorreria.

Apesar de ser um acordo mais frágil que os anteriores, com poucas linhas tarifárias atendidas e com ainda menor desgravação total dos produtos, o acordo com a SACU promoveu a inserção do subcontinente sul-americano na África Austral, trazendo vantagens aos exportadores do MERCOSUL que poderiam chegar no continente africano com impostos de importação reduzidos ou isentos, a recíproca também se aplica.

3.3.2 Acordo Índia - Mercado Comum do Sul

Durante a Gestão Amorim, os caminhos de Brasil e Índia se cruzaram por diversas vezes, com destaque para a coalisão que os países fizeram no âmbito das negociações da Rodada de Doha junto à OMC, promovendo uma união dos países do Sul Global pela liberalização comercial dos itens de origem agropecuária ou extrativista (AMORIM, 2013).

Em outro momento, os países formaram um fórum de diálogo e desenvolvimento, o IBAS, juntamente com a África do Sul. Protagonistas na promoção do Sul Global nos fóruns internacionais e em blocos e fóruns econômicos, o Brasil e a Índia se complementaram, à medida que alcançavam todas as regiões austrais: através da participação brasileira na América Latina e África, e da indiana junto à Ásia e ao Oriente Médio.

A aproximação do Brasil com a nação asiática possibilitou a assinatura do acordo de comércio preferencial entre MERCOSUL e Índia em Janeiro de 2004, entrando para o ordenamento jurídico brasileiro em meados de 2009 (SISCOMEX, 2022g).

O acordo trata de uma liberalização parcial dos produtos e serviços, com desgravação tarifária de 10, 20 e 100% para determinados itens. Há de se ressaltar que este acordo é ainda mais restritivo que o acordo de comércio preferencial com a SACU, uma vez que engloba menos da metade dos códigos tarifários do acordo supracitado.

O MERCOSUL concedeu a Índia as preferências tarifárias sobre 452 códigos, algo próximo a 7% do universo tarifário. Com poucos bens em desgravação completa (100%), e com a maioria em 10 ou 20% de redução tarifária, os produtos com preferências totais são: Fosfato, óleos de petróleo, óleo diesel, turbinas a gás, máquinas para têxteis, motores, geradores elétricos e aparelhos médicos (SISCOMEX, 2022g).

Já a nação indiana concedeu a desgravação tarifária em 450 códigos, similar a concessão do MERCOSUL, destes somente 21 códigos estão em liberalização comercial, os demais também correspondem a 10 e 20% de redução nos impostos de importação. Dentre os códigos em livre-comércio, destacam-se: Peles de animais (couros), centrais telefônicas, modems, impressoras e terminais de atendimento bancário (SISCOMEX, 2022g).

Embora o acordo seja limitado, este insere o Brasil em um fluxo de comércio no continente asiático, em especial o indiano, que possuía à época o segundo maior mercado consumidor do mundo.

Essa parceria com a nação indiana possibilitou aos outorgantes construir uma linha de interação de diálogo e de comércio para além-mar, o que seria corroborado pelo acordo do MERCOSUL com a SACU, após quatro anos, e na promoção dos BRIC, que haviam sido idealizados no começo do milênio e viriam sua formalização ao final da década de 2000.

4 FLUXOS COMERCIAIS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

O segundo capítulo colaborou com a análise diplomática do Brasil no contexto internacional, enquanto o terceiro elucidou os acordos outorgados pelo Itamaraty com as nações parceiras no mesmo período. O quarto (e derradeiro) capítulo encarregar-se-á de observar os fluxos comerciais do Brasil no estrangeiro ao longo do período 2003-2010.

Os dados apresentados estarão cotados em US\$ FOB (*Free on Board*), medida internacional utilizada em dados de comércio exterior que se refere aos produtos que já passaram a alfândega exportadora e estão embarcados, ou seja, nessa métrica não são contabilizados os custos de transporte e seguros, sendo contados somente o valor bruto dos produtos (IPEA, 2006).

A seguir haverá a análise quantitativa e descritiva das exportações e importações do Brasil com as principais nações parceiras: Argentina, Chile, Venezuela, EUA, União Europeia, Japão e China, assim como dos países com quem o Itamaraty outorgou acordos comerciais: Israel, Egito, SACU, CAN, Peru, Cuba e Índia.

Ainda na próxima seção, haverá a análise da evolução comercial junto a um país que não são é um dos principais parceiros brasileiros e muito menos teve acordos comerciais outorgados no período 2003-2010, sendo este o Canadá, a fim de ser utilizado como variável de controle para a análise da evolução comercial junto aos países signatários de acordos comerciais com o MERCOSUL.

4.1 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO COM AS NAÇÕES OUTORGANTES

No período 2003-2010, o Brasil promoveu acordos comerciais com muitas nações do Sul Global. A seguir observar-se-ão os fluxos de comércio no período e sua evolução, sob a qual argumentar-se-á a eficiência dos acordos para a promoção de um comércio internacional mais pujante no período.

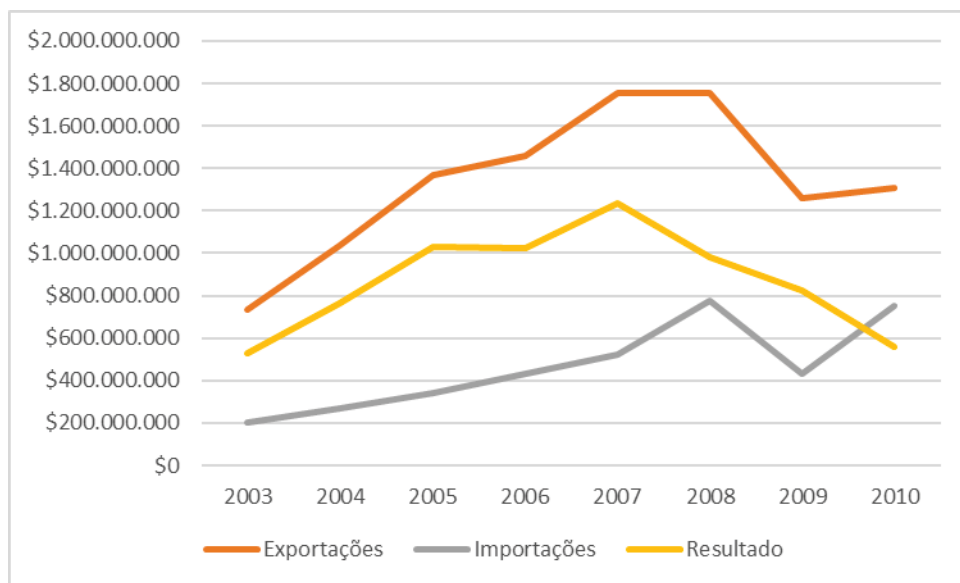
4.1.1 África Austral

Como supracitado, a SACU é um bloco econômico composto por cinco países sul-africanos: África do Sul, Botswana, Lesoto, Essuatíni (antiga Suazilândia) e Namíbia.

No biênio 2008-2009 foi celebrado o acordo de liberalização comercial parcial entre a SACU e o MERCOSUL.

A evolução do comércio com a África do Sul, principal país do bloco, durante o período de 2003-2010 foi:

Gráfico 1 – Balança Comercial: África do Sul (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023a).

Como observado, houve uma trajetória de crescimento na interação comercial entre o Brasil e a nação sul-africana, com resultados superiores ao ano anterior em todo o período, com exceção ao biênio 2008-2009, o que pode ser explicado como consequência da crise financeira mundial de 2008 (Crise dos Subprimes).

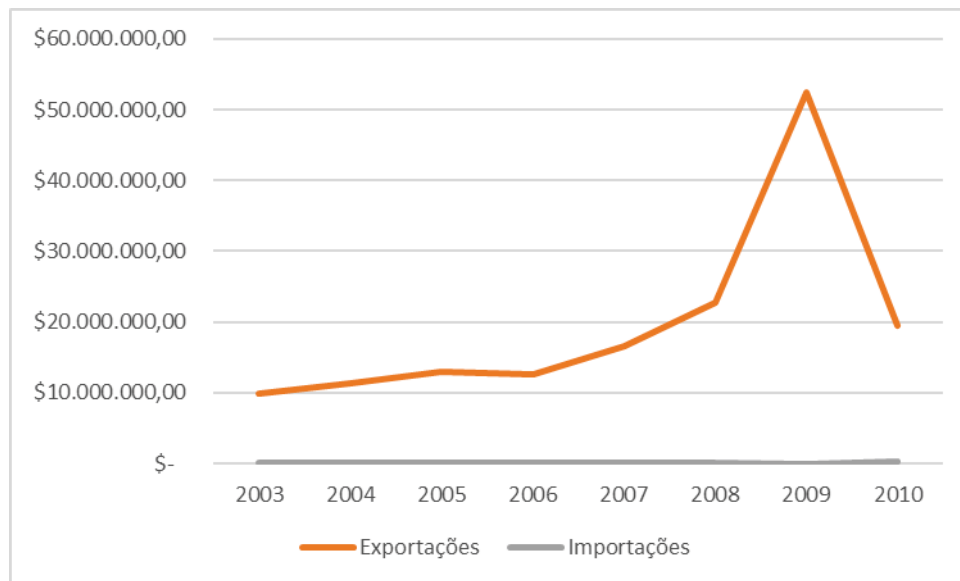
É importante mencionar que o resultado da balança comercial entre o Brasil e a nação sul-africana teve seu auge no ano de 2007, mas passou a retroceder nos últimos anos do Governo Lula. Mesmo com a manutenção das exportações brasileiras para os africanos no ano de 2008, as importações de produtos sul-africanos foram significativamente acrescidas, com uma taxa em torno de 60%.

Esse aumento na interação comercial entre os países vai ao encontro das políticas de aproximação diplomática entre as nações, com a criação do fórum IBAS

ainda no começo do Governo Lula e das negociações envolvendo a inclusão da África do Sul no seletor bloco BRIC.

A seguir serão apresentados os dados da evolução do comércio internacional do Brasil com a Namíbia, país este que possui o segundo maior produto interno do bloco:

Gráfico 2 – Balança Comercial: Namíbia (2003-2010)



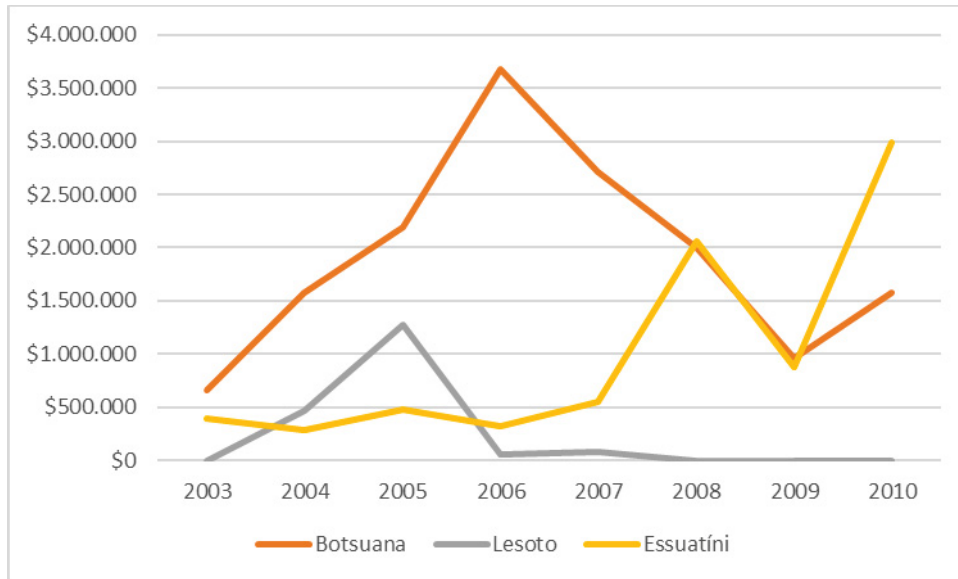
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023b).

No período o Brasil registrou irrisórias importações da Namíbia, tendo seu maior valor no ano de 2010, quando chegou próximo de US\$ 220 mil, fora isso a média no intervalo é de US\$ 78.388 (COMEX STAT, 2023b).

Enquanto as importações são diminutas, o Brasil obteve grandes resultados comerciais com o parceiro africano, com um significativo crescimento nas exportações entre 2003 e 2010, além de um pico nas exportações no ano de 2009, no qual houve ampliação superior a 150%.

Já nos demais parceiros austro-africanos, Lesoto, Essuatíni e Botsuana, a evolução comercial foi de:

Gráfico 3 – Exportações: Botsuana, Lesoto e Essuatíni (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023c).

Embora os três países tenham população entre 2,5 e 1,3 milhões de habitantes, há uma clara diferenciação entre a abertura comercial destes, principalmente quando se refere ao Brasil.

Lesoto não teve nenhuma importação brasileira em 2003 e 2008-2010, sendo quatro anos (dos oito analisados) sem qualquer fluxo de comércio para a nação africana.

Nas importações do bloco para o Brasil há um alto grau de diferenciação entre os países, enquanto Essuatíni tem média superior a US\$ 300 mil no período, Lesoto tem pouco mais de US\$ 8 mil e Botsuana quase US\$ 13 mil (COMEX STAT, 2023c).

Vale salientar um aquecimento nas importações com os três países a partir de 2008-2009, período da assinatura do acordo, quando as importações para o Brasil cresceram mais de sete vezes do que o ano anterior, partindo de US\$ 240,7 mil em 2008 para mais de US\$ 20 milhões em 2010.

4.1.2 Índia

Seguindo para o continente asiático, mais precisamente a península do sul da Ásia, tem-se a Índia (ou Bharat) que celebrou durante a Gestão Amorim um Acordo de Comércio Preferencial com o MERCOSUL. Embora limitado, o acordo

promoveu a maior inserção do bloco sul-americano na região mais populosa do globo, a partir do ano de 2004, quando na assinatura do acordo comercial.

A evolução do fluxo de comércio do Brasil com a nação banhada pelo Oceano Índico foi:

Gráfico 4 – Balança Comercial: Índia (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023d).

Diferentemente da SACU, a balança comercial do Brasil com a Índia é desfavorável para o país, com contínuos déficits comerciais e com pequenos superávits no período, o saldo médio da balança comercial dentre os anos de 2003-2010 foi um déficit de aproximadamente US\$ 300 milhões.

Denota-se uma crescente interação comercial entre os países no período analisado, com uma única ressalva ao ano de 2009, ademais o fluxo comercial de produtos se manteve crescente em todos os anos.

Existe uma aceleração grande nas importações indianas vindo ao Brasil no período 2005-2008, crescendo a taxas médias de 55,8%, ao mesmo tempo em que as exportações brasileiras se mantinham na ordem de US\$ 1 bilhão.

O grande destaque para as exportações brasileiras no Governo Lula foi no ano de 2009, quando houve um crescimento superior à 200%, com as exportações brasileiras para a Índia saltando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 3,41 bilhões. Ocorrendo simultaneamente com uma derrubada das importações, foi no ano de 2009 que o Brasil registrou o maior saldo da balança comercial junto à Índia.

4.1.3 Israel e Egito

A conturbada região da Península do Sinai que separa os países Israel e Egito já foi palco de grandes embates e disputas políticas, outrora pertencendo ao povo judaico e atualmente aos egípcios. Por coincidência, foi justamente nessa região que o Brasil promoveu seus maiores acordos de liberalização comercial no período, com Israel em 2007 e com o Egito em 2010.

Conforme citado anteriormente, o acordo de livre-comércio com Israel englobou a maioria do universo tarifário de ambos os outorgantes, tão logo a evolução comercial com a nação israelense se deu assim no período 2003-2010:

Gráfico 5 – Balança Comercial: Israel (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023e).

Não muito diferente da trajetória com a Índia, a balança comercial entre Brasil e Israel registrou fortes déficits para o Brasil, que não teve ao menos um ano em superávit em suas relações com a nação judaica.

Há de se observar uma trajetória de crescimento no fluxo de comércio entre os países no período 2003-2010, com única ressalva para o ano de 2009, os demais anos sempre tiveram seu fluxo de comércio acrescido pelo ano subsequente, com o aumento na interação comercial entre os países (COMEX STAT, 2023e).

Ademais, pode-se perceber uma explosão nas importações dos produtos israelenses no Brasil no ano subsequente a assinatura do acordo de livre-comércio

com Israel, 2008, com crescimento de 80% nas importações enviadas ao Brasil (COMEX STAT, 2023e).

Embora o cronograma de desgravação tarifária tenha sido concluído somente 10 anos após a assinatura do acordo, houve este aumento significativo nas importações para o Brasil logo no primeiro ano pós acordo MERCOSUL-Israel.

Entre o começo e o final do período, as exportações brasileiras para Israel cresceram em 81,2%, enquanto as importações advindas de Israel tiveram uma taxa de crescimento superior à 217%.

Já no país do outro lado da desértica fronteira do Sinai, o Egito, as relações diplomáticas foram muito bem-sucedidas, com a aproximação dos líderes dos poderes executivos e de suas cúpulas internacionalistas. Na economia, a evolução do fluxo de comércio com o Egito decorreu da seguinte forma:

Gráfico 6 – Balança Comercial: Egito (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023f).

Na contramão do que aconteceu com Israel, a evolução do comércio com o Egito foi de grande sucesso, resultando em fortes superávits para o Brasil, com uma taxa de crescimento acumulada nas exportações de 325% no período, chegando próximo de US\$ 2 bilhões em produtos enviados ao país africano (COMEX STAT, 2023f).

Acompanhando este forte crescimento nas exportações, houve a manutenção das diminutas importações originárias do Egito, que não passaram de

US\$ 218 milhões no período, com uma média de pouco mais de 45 milhões de dólares (COMEX STAT, 2023f).

A trajetória ascendente nas exportações e no resultado da balança comercial corroboram com a aproximação Sul-Sul, na qual o Brasil aumentou sua participação nos países do Sul Global, podendo perceber que a ideia dessa aproximação iria muito além do discurso de Amorim e Lula.

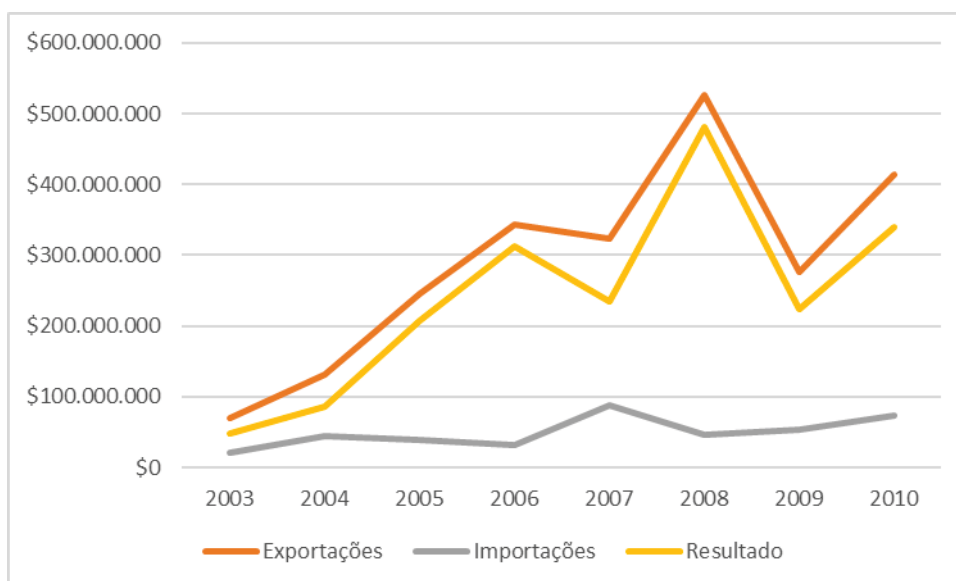
Fator importante de ressaltar é que assim como os fluxos de comércio com os demais países supracitados, a trajetória das importações é ascendente, mas possui um grande desvio no ano de 2009, o que pode ser visto como uma readequação dos agentes brasileiros em meio à Crise Financeira de 2008 de evitar as importações em um cenário de incertezas.

4.1.4 Cuba

É de conhecimento público a boa relação entre Lula e o ex-líder cubano Fidel Castro, com elogios de ambos os lados e com a defesa dos interesses do parceiro.

No acordo firmado em 2006, Cuba concedeu mais ao MERCOSUL do que recebeu, continuando um pouco mais fechada ao exterior do que o bloco sul-americano. A evolução do fluxo de comércio com a nação caribenha foi de:

Gráfico 7 – Balança Comercial: Cuba (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023g).

O fluxo de comércio com Cuba foi extremamente positivo para o Brasil, que teve uma explosão nas suas exportações para a nação caribenha, saindo de pouco menos de US\$ 100 milhões para quatro vezes mais. Já as importações advindas da ilha cresceram uma taxa acumulada de 238% (COMEX STAT, 2023g).

Em contrapartida ao que fora argumentado anteriormente sobre as importações do Egito e dos demais países no momento de crise, quem sofreu neste cenário foram as exportações do Brasil para Cuba em 2009, com uma menor participação dos produtos de origem brasileira na ilha caribenha. Essa significativa redução foi de 33% se comparado com o ano de 2008, o que reduziu o superávit do Brasil em relação a Cuba no ano.

As tímidas importações da nação cubana tiveram seu melhor momento em 2007, chegando próximo aos US\$ 90 milhões, nada perto das exportações brasileiras, que naquele momento eram duas vezes maiores do que os importados de origem cubana (COMEX STAT, 2023g).

4.1.5 Comunidade Andina de Nações e Peru

A CAN teve algumas formações ao longo das últimas décadas, contudo durante as negociações com o MERCOSUL, sua composição era: Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

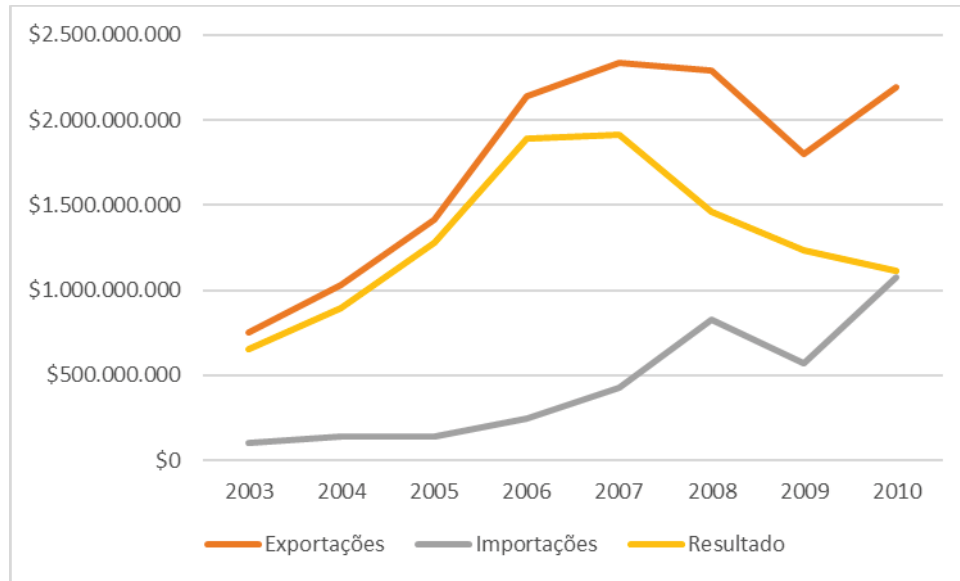
O Peru optou por negociações em separado com o Brasil (ACE 58/ 2005) e a Bolívia não participou do ACE 59, sendo assim os países citados como CAN a seguir são: Colômbia, Equador e Venezuela.

Os vizinhos sul-americanos formaram o segundo bloco econômico de maior importância na América Latina e foi a partir deste acordo, celebrado em 2004, com o primeiro bloco que construíram um passo inicial em busca de uma zona de livre-comércio do subcontinente.

A Venezuela aderiu ao MERCOSUL pouco tempo depois da assinatura do ACE 59, por isso sua análise se dará em separado dos demais membros andinos, sendo analisada juntamente com Argentina, Uruguai e Paraguai no subcapítulo seguinte.

A evolução do comércio internacional com a Colômbia decorreu de tal forma no período 2003-2010:

Gráfico 8 – Balança Comercial: Colômbia (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023h).

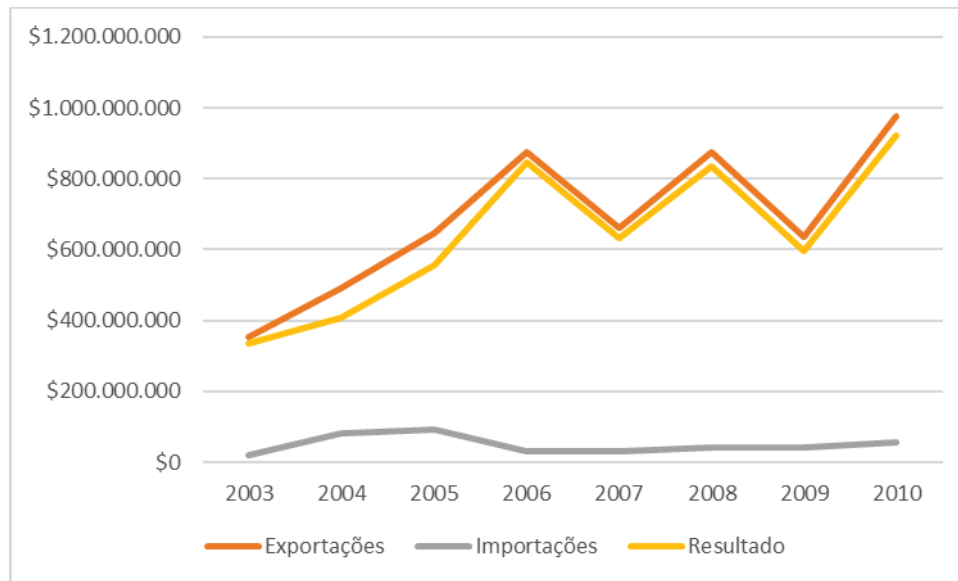
As exportações brasileiras sempre tiveram grande destaque perante os importados colombianos, o que gerou grandes superávits no período. No primeiro mandato de Lula, as exportações tiveram seu momento mais ascendente, passando de menos de um bilhão de dólares para mais de US\$ 2 bilhões em apenas três anos (COMEX STAT, 2023h).

A relativa estagnação nos importados colombianos teve sua aceleração a partir do ano de 2006 até 2010, quando mais que dobrou seu envio de produtos para o país vizinho. A taxa de crescimento das importações advindas da nação andina no período é enorme, com uma taxa acumulada de 996% entre 2003-2010, a Colômbia saiu de uma pequena participação (inferior a US\$ 100 milhões) para mais de US\$ 1 bilhão em 2010 (COMEX STAT, 2023h).

Muito embora as exportações tenham se mantido crescentes no período, o resultado da balança comercial entre os países começou a decrescer em 2008, tendo chegado à máxima histórica em 2007, quase atingindo os US\$ 2 bilhões e caindo para pouco mais da metade deste valor no período de dois anos.

Apesar do cronograma de desgravação tarifária ter atingido sua completude somente em 2015, o ano da assinatura do acordo (2005) marcou uma guinada no fluxo de comércio entre os parceiros sul-americanos. E o mesmo se revela para o caso do Equador:

Gráfico 9 – Balança Comercial: Equador (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023i).

Como dito anteriormente, a assinatura do acordo promoveu a maior interação entre o Brasil e a Colômbia, no caso do Equador isso também ocorreu, todavia somente por parte do Brasil, que viu suas exportações para a nação andina decolarem, enquanto as importações advindas do Equador foram mantidas no mesmo patamar pré-acordo.

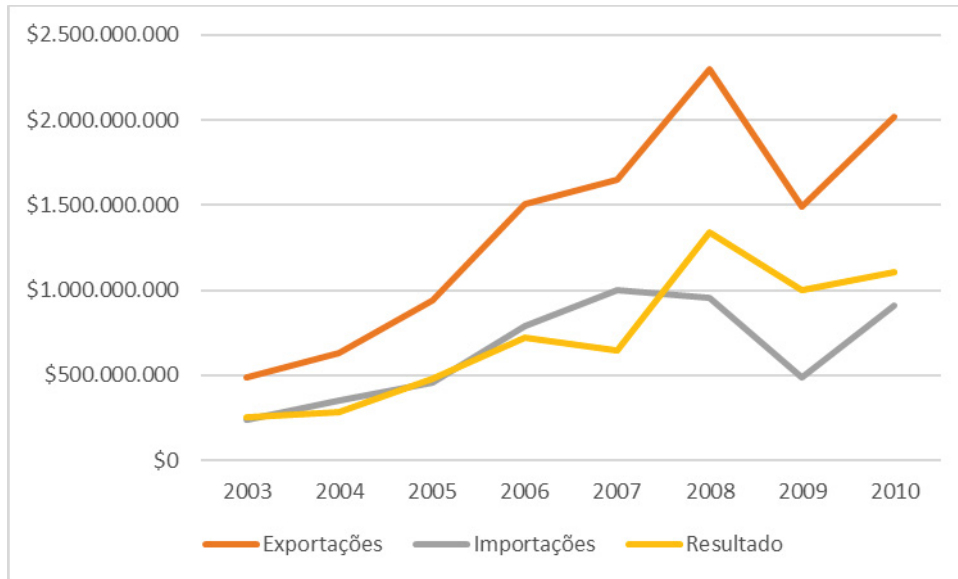
Com uma rápida ascendente entre 2003-2006, o Brasil mais do que dobrou sua participação no Equador, porém a partir do ano de 2007 se instaurou um período de altos e baixos entre as exportações brasileiras para este país.

Vale ressaltar que Rafael Correa ascendeu ao poder em 2007 e defendeu uma plataforma política que incluía o calote de dívidas internacionais (inclusive com o Governo Federal do Brasil).

Este fator da insegurança jurídica e política pode ter causado um pensamento temerário dos exportadores brasileiros em negociarem com Quito, levando o comércio internacional com o país a bruscas alterações de rumo entre 2007 e 2010.

As relações comerciais com a nação peruana serão analisadas a seguir:

Gráfico 10 – Balança Comercial: Peru (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023j).

Similar a trajetória do comércio internacional com a Colômbia, o Brasil alcançou grande crescimento em suas exportações para a nação peruana no período anterior à crise financeira de 2008-2009, com uma trajetória essencialmente ascendente superando a taxa acumulada de 314% no período (COMEX STAT, 2023j).

Em 2003 havia certo equilíbrio entre as exportações e as importações, o que gerou pequeno resultado de superávit no ano, contudo as exportações brasileiras tiveram um grande salto em detrimento das importações advindas do Peru que em nenhum momento ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão, ocasionando em um grande superávit ao final do ciclo, em 2010, quando o resultado fora superior aos importados peruanos.

Há de se mencionar que assim como todos os outros países anteriormente citados, aquele que ocupava a posição de destaque (superavitário) teve grande redução em suas exportações no período da crise financeira global, reduzindo muito seus números no biênio 2008-2009. Contudo, com uma recuperação em “V” a partir do ano de 2010 na maioria dos casos, quando o status quo pré-crise era recuperado, mesmo que parcialmente, logo em seguida.

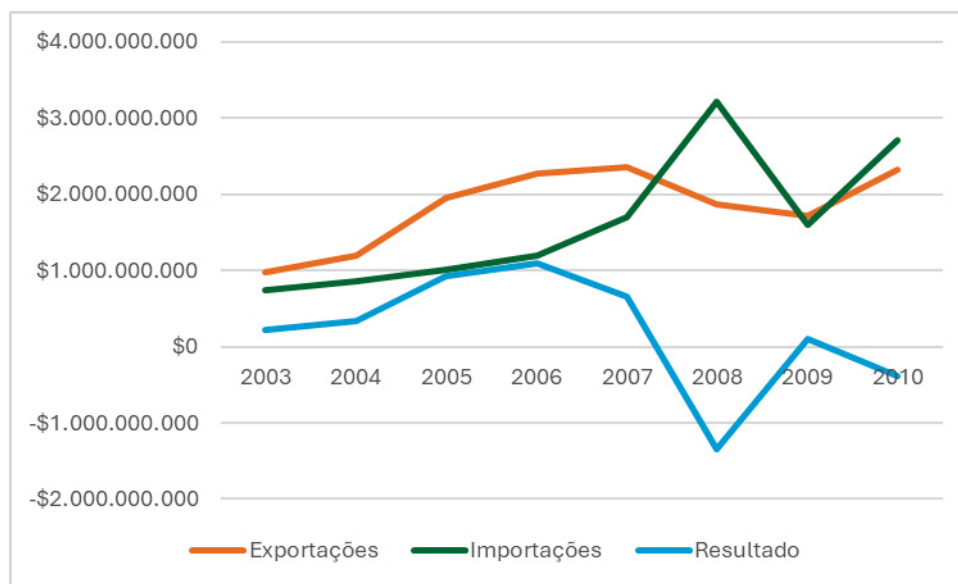
4.1.6 Canadá

Como citado anteriormente, haverá a seguir uma análise da evolução comercial junto a uma nação que não possuía acordos de complementação econômica com o MERCOSUL e que sequer promoveu este diálogo no período 2003-2010, assim servindo como variável de controle para a análise do impacto da assinatura dos acordos entre o MERCOSUL com os países supracitados.

De acordo com o MRE (2024), as relações entre Brasil e Canadá são cordiais, com gestos de cooperação mútua, mas sem tamanha interação diplomática como com o vizinho norte-americano. Ainda segundo o mesmo, as relações canadianas-brasileiras datam dos anos 1940, resultado eventualmente em acordos técnicos e científicos.

Segue a evolução do fluxo comercial entre Brasil e Canadá:

Gráfico 11 – Balança Comercial: Canadá (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023u).

Diferentemente dos parceiros analisados anteriormente, o Canadá tem curiosa trajetória no fluxo de comércio junto ao Brasil, com significativos superávits obtidos no período e com um ano fora do padrão, 2008, quando o Brasil amargou um déficit superior a US\$ 1,3 bilhão.

Quanto as exportações para o Canadá, pode-se perceber uma rápida aceleração entre 2003-2005, quando passava de US\$ 1 bilhão exportado para o dobro em somente vinte e quatro meses. Nos anos seguintes, as exportações se

mantiveram no mesmo patamar de 2005, com pequeno crescimento até o final do período abordado.

O crescimento acumulado das exportações do Brasil para o Canadá entre 2003-2010 foi de 137%, enquanto as importações sobrepujaram os resultados das exportações, alcançando a marca de 262%.

Há de se notar um resultado superior na interação comercial com os países supracitados, uma vez que o crescimento das exportações ao Canadá foi superior somente ao da África do Sul e de Israel. Já as importações sobrepujaram os demais parceiros somente quando comparados a Cuba, Equador e Israel, ademais, todos os outros parceiros que promoveram acordos comerciais com o MERCOSUL obtiveram resultados superiores aos da variável controle.

Uma tendência que se verifica tanto para a variável controle quanto para os demais países analisados é a taxa acumulada de crescimento das importações sendo significativamente superior a taxa das exportações, o que pode apontar para um grau de abertura maior do Brasil para os parceiros externos do que o contrário, causando certo esgotamento da margem de superávit na balança comercial junto a estes países de menor importância comercial para o Brasil.

4.2 A TRAJETÓRIA COMERCIAL COM OS MAIORES PARCEIROS

Em linhas gerais, os países com quem o MERCOSUL promoveu os acordos comerciais no período 2003-2010 não eram os maiores parceiros comerciais do Brasil. Tendo isso em vista este subcapítulo elucidará a trajetória do fluxo de comércio do país com seus maiores parceiros comerciais: Estados Unidos, China, Japão, MERCOSUL, Chile, México e União Europeia.

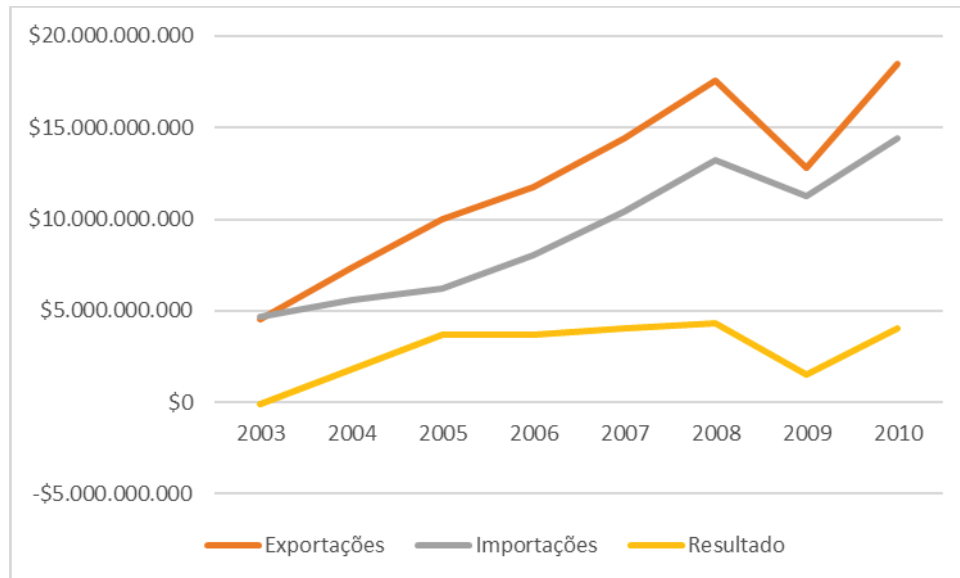
4.2.1 Mercado Comum do Sul

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi principiada em 2006 e concluída em 2012, com o mesmo status dos demais de membro pleno do bloco. Os outros três membros, além do Brasil, são aqueles perpassados pelo Rio do Prata: Paraguai, Uruguai e Argentina.

A boa relação mantida pelo Itamaraty sob a gestão Amorim com os demais parceiros do MERCOSUL possibilitou a conclusão de vários acordos com nações parceiras e o fomento do comércio internacional intrabloco.

A evolução comercial com a Argentina decorreu da seguinte forma:

Gráfico 12 – Balança Comercial: Argentina (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023k).

Considerando a União Europeia como um bloco consolidado e único, a Argentina era em 2003 o quarto maior destino das exportações brasileiras, somente atrás de EUA, UE e China, sendo o destino de mais de 6% dos produtos exportados pelo Brasil (COMEX STAT, 2023k).

Por outro lado, a Argentina ocupava um alto posto nas importações para o Brasil, com mais de 9,4% de participação nos importados, o que a colocava no posto de terceiro maior parceiro brasileiro, somente atrás de EUA e União Europeia.

Na trajetória de crescimento acima pode-se perceber um padrão similar entre ambos, com uma forte guinada entre 2003-2008, partindo de menos de US\$ 5 bilhões para mais de US\$ 15 bilhões, no caso das exportações brasileiras. Tanto nas exportações quanto nas importações existe o recuo característico do ano de 2009 e a pronta recuperação no ano de 2010, que supera os níveis pré-crise (COMEX STAT, 2023k).

Quanto ao resultado comercial, a posição brasileira foi positiva em todos os anos analisados, com exceção de 2003 quando houve um pequeno déficit, mas em média todos os anos produziram bons resultados.

No que diz respeito à mudança nos itens comercializados entre os países, as exportações do Brasil para a Argentina eram lideradas por: Veículos de médio porte (5,63%), Caminhões a Diesel (2,58%), Compostos Inorgânicos (2,47%) e Minério de Ferro (1,97%). Já ao final do período em 2010, os destaques eram: Veículos de médio porte (11,2%), Veículos de pequeno porte (3,5%), Minério de Ferro (3,05%) e Transmissores e aparelhos televisivos (2,77%) (OEC, 2023a).

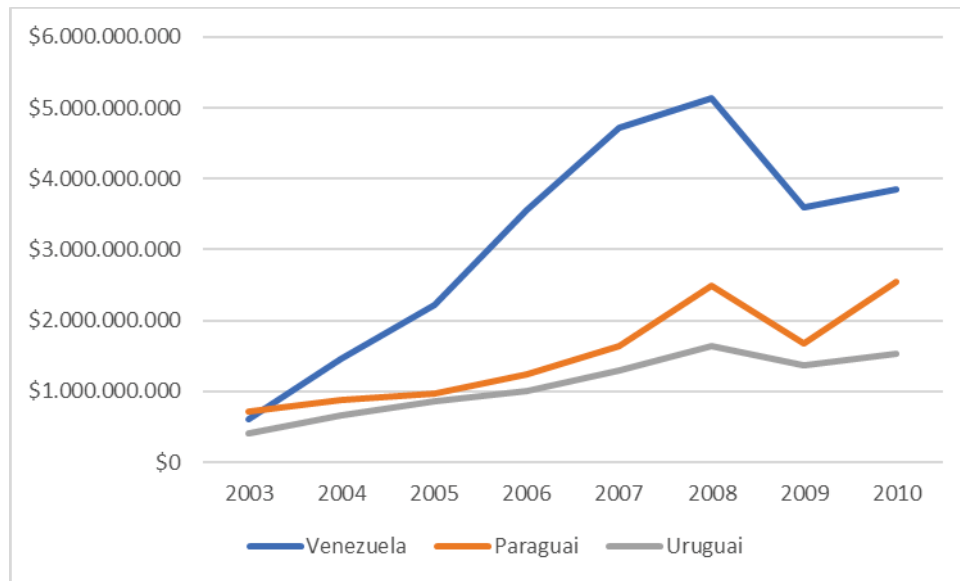
Essa especialização no comércio de veículos automotivos também se valia do lado argentino, com o destaque dos envios para o Brasil em 2010 sendo: Veículos de médio porte (10,6%), Caminhões a Diesel (9,84%), Veículos de pequeno porte (7,24%) e Petróleo (6,99%). Já em 2003 os destaques eram outros, sendo: Trigo (17,7%), Petróleo (9,66%), Petróleo cru (3,11%) e Gás Liquefeito de Petróleo (2,78%) (OEC, 2023a).

Notadamente, os países se especializaram no comércio veicular neste período, com uma crescente participação destes em suas pautas exportadoras para o país vizinho. Há de se ressaltar a importância dos minerais no comércio entre Brasil e Argentina, com o comércio de betuminosos e de minério bruto sendo muito destacado.

Outro ponto é a queda relativa do Trigo argentino nas importações argentinas para o Brasil, que ocupavam o maior posto em 2003, com mais de US\$ 830 milhões para menos de US\$ 780 milhões em 2010, equivalente a somente 5,35% dos importados da Argentina (OEC, 2023a).

Indo para os países com menor expressão no bloco MERCOSUL e considerando a adesão da Venezuela, a trajetória das exportações brasileiras correu da seguinte forma:

Gráfico 13 – Exportações: Venezuela, Paraguai e Uruguai (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023I).

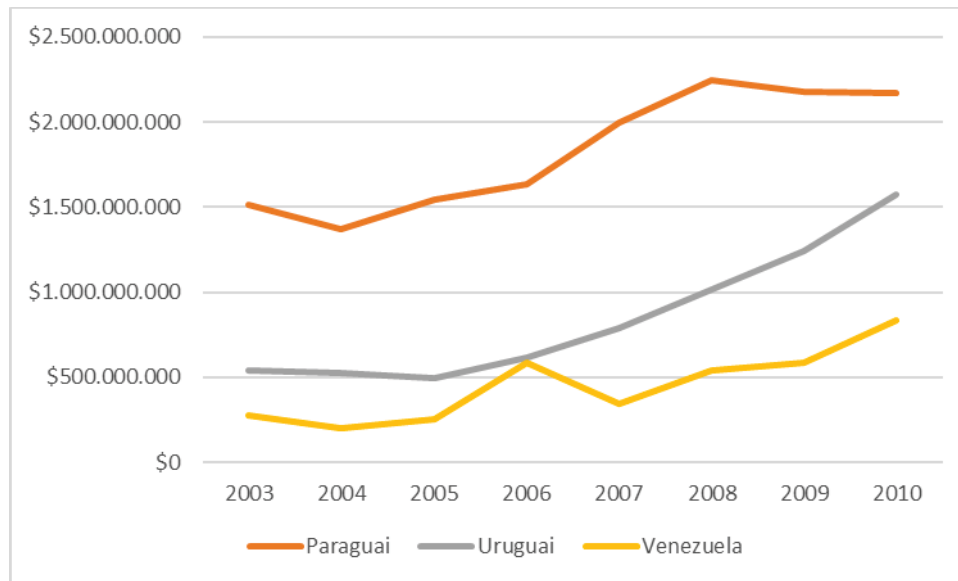
Partindo de um mesmo patamar em 2003, a trajetória das exportações para a Venezuela se distanciou muito das demais, com uma rápida ascendente entre 2003-2008, o país passaria de menos de US\$ 650 milhões em 2003 para mais de US\$ 5 bilhões em 2008, com uma taxa acumulada de crescimento superior a 740% neste período (COMEX STAT, 2023I).

Quanto ao Paraguai e ao Uruguai, também houve uma crescente no fluxo de exportações, contudo mais tímida se comparada àquela da Venezuela, com o Paraguai se colocando como terceiro maior parceiro do Brasil no bloco, pouco à frente do Uruguai na maioria do período.

É válido pontuar a recuperação em V das exportações para o Paraguai quando no momento da crise financeira global, prontamente se recuperando no ano seguinte, mas o mesmo não ocorreu com as comercializadas com a Venezuela que obtiveram uma pequena recuperação em 2010 após a derrocada financeira de 2008-2009.

Sobre as importações da Venezuela, Paraguai e Uruguai para o Brasil tem-se que:

Gráfico 14 – Importações: Venezuela, Paraguai e Uruguai (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023I).

Segundo os dados dispostos acima, nota-se uma grande distinção entre o papel do Paraguai e dos demais, com Assunção ocupando um posto muito mais significativo durante todo o período, colocando-o como o segundo maior fornecedor do Brasil no MERCOSUL, somente atrás da Argentina.

É perceptível a trajetória de crescimento das importações advindas das três nações sul-americanas no período 2003-2010, com ênfase para o fortalecimento das importações uruguaias e venezuelanas, que tiveram taxas acumuladas de 193% e 202% respectivamente (COMEX STAT, 2023I).

Tanto nas exportações quanto nas importações, pôde-se perceber uma maior participação da Venezuela por meados de 2005-2006, mesmo momento em que o país protocolava o pedido de adesão no MERCOSUL. Um ponto positivo para o Brasil em relação à nação bolivariana é o protagonismo das exportações brasileiras em detrimento de um pequeno nível de importados originários da Venezuela, o que resultou em grandes superávits comerciais para o Brasil no período, em média US\$ 2,994 bilhões por ano.

Os resultados comerciais com a Cisplatina e com o Paraguai são mais tímidos, com pequeno superávit brasileiro em relação ao Uruguai e com um déficit junto ao Paraguai em quase todos os anos analisados, com um resultado negativo médio de US\$ 447,8 milhões ao ano.

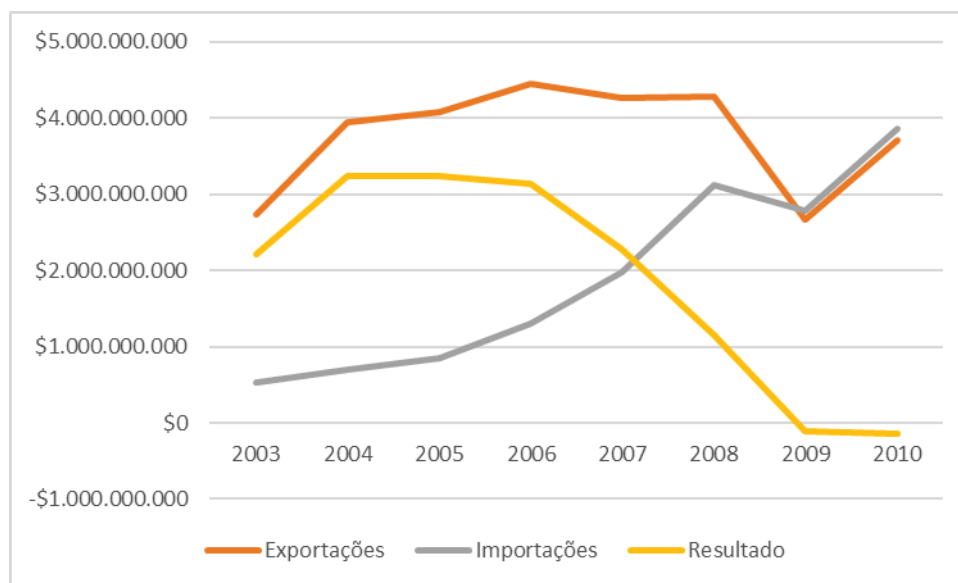
4.2.2 Chile, México e Japão

Parceiros de “quase” primeira ordem, Chile, México e Japão são as nações que mais comercializam com o Brasil em seus respectivos continentes, somente atrás dos “gigantes” de cada região: Argentina na América do Sul, EUA na América do Norte e China na Ásia.

Chile e México foram países que viveram momentos distintos no período 2003-2010, com a ascensão do Partido de Ação Nacional no México após 71 anos do Partido Revolucionário Institucional, via-se uma mudança de rumo da política interna mexicana. Por outro lado, a nação chilena faria o caminho inverso, com a insurgência de Lagos e Bachelet como presidentes de esquerda substituindo uma longa tradição de líderes centristas ou à direita.

Segue a trajetória de crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e México:

Gráfico 15 – Balança Comercial: México (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023m).

Diferentemente de todos os anteriores, a balança comercial do Brasil com o México tem uma virada durante o período, com a alternância de uma posição superavitária favorável nos seis primeiros anos, para uma posição deficitária no biênio 2009-2010.

Com exportações oscilantes para o México e com uma forte crescente de importações advindas da nação latina, a confortável posição da balança comercial se esgotava ao final do Governo Lula. Reflexo disso é o dado de crescimento acumulado no período, com menos de 40% nas exportações brasileiras e com mais de 624% nos importados mexicanos (COMEX STAT, 2023m).

Mudando para o Chile, a posição da balança comercial brasileira não é muito distinta:

Gráfico 16 – Balança Comercial: Chile (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023n).

Assim como na balança junto ao México, a posição superavitária do Brasil em relação ao Chile se esgota durante o período 2003-2010, com sucessivas quedas no resultado a partir de 2006, a série histórica chega a registrar pequeno déficit no ano de 2009 (COMEX STAT, 2023n).

As crescentes exportações brasileiras para o Chile são sobrepujadas por um crescimento ainda mais robusto das importações, as quais cresceram à uma taxa acumulada de 410%, enquanto as exportações são inferiores à 130%. Coincidentemente, a recrudescência da posição chilena ocorreu no momento da alternância de poder entre Ricardo Lagos e Michele Bachelet em 2006.

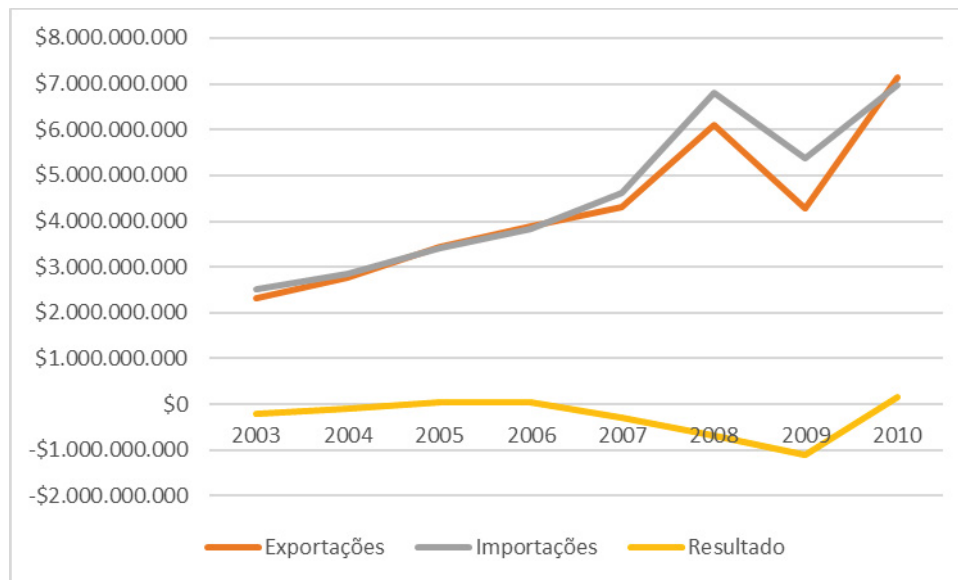
Como em casos anteriores, há de se notar a recuperação em V no triênio 2008-2010 de ambos os países, entre os momentos que antecediam e sucediam a

crise financeira global, sendo exatamente nessa recuperação que as posições de importador e exportador se tocavam, esgotando o resultado superavitário.

Do outro lado do Oceano Pacífico, o Japão como uma Monarquia Constitucional, com o Imperador Akihito como chefe de Estado e com o cargo de chefe de Governo sendo ocupado pelo Primeiro-Ministro, o país tornou-se um grande parceiro do Brasil desde a redemocratização, momento este que coincidiria com a substituição do militarista Hirohito pelo pacifista Akihito.

A evolução do fluxo de comércio internacional com a ilha asiática decorreu da seguinte forma:

Gráfico 17 – Balança Comercial: Japão (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023o).

A trajetória de crescimento no comércio entre as nações foi similar, com as linhas se sobrepondo por quase toda a trajetória, com exceção do biênio 2008-2009, ademais a exportação e a importação junto ao Japão foi equilibrada por todo o período, o que ocasionou pequenos déficits de até US\$ 281 milhões e ainda menores superávits, de até US\$ 160 milhões (COMEX STAT, 2023o).

Analisando a parte tem-se o período entre 2008 e 2009, correspondente a crise financeira global e o qual marcava o descolamento das trajetórias de comércio entre Brasil e Japão.

As exportações para o Japão recuaram significativamente mais do que os importados advindos da Terra do Sol Nascente. Pode-se argumentar que isso se

deve à uma maior dependência das estruturas produtivas brasileiras dos produtos importados japoneses, intensivos em tecnologia e capital humano, enquanto a demanda japonesa para o Brasil se restringia, em grande medida, a artigos de origem agropecuária e extrativista, como o Minério de Ferro que à época correspondia a mais de 47% da pauta exportadora para o Japão (OEC, 2023b).

No começo do período as exportações brasileiras para o Japão eram lideradas por: Minério de Ferro (19,6%), Alumínio (16,1%), Carne de Ave (10%) e Soja (6,03%). Em contrapartida, as importações japonesas no Brasil em 2003 eram protagonizadas por: Máquinas e Partes Mecânicas (29,2%), Eletrônicos e componentes (24,8%) e Veículos automobilísticos (15,7%) (OEC, 2023b).

Ao final do período pouco mudaram as demandas brasileiras do Japão, as quais ainda eram intensivas em tecnologia de ponta, investidas em máquinas, eletrônicos e automóveis. Na contramão dessa permanência nas preferências brasileiras, a demanda japonesa foi modificada, especializando-se quase que exclusivamente no Minério de Ferro (45,9%) e mantendo as demandas por bens da agropecuária e minerais extraídos (OEC, 2023b).

É interessante perceber que tanto para o Chile, México e Japão, o ano de 2009 marcava o pior déficit da série analisada para o Brasil, embora sejam pequenos déficits que mal ultrapassam a casa de US\$ 1 bilhão.

O ano de 2009 seria essencialmente prejudicial ao Brasil através de grandes recuos em suas exportações para os países banhados pelo Oceano Pacífico, recuos estes ainda mais sensíveis do que aqueles vividos pelas importações, que embora sejam significativos foram menores do que os sofridos pelo Brasil.

4.2.3 União Europeia

A União Europeia é um bloco econômico internacional que está à frente do MERCOSUL em seu processo de integração, alcançando na década de 1990 o patamar de moeda única.

As origens do bloco europeu remontam a meados dos anos 1950, no pós-2ª Guerra Mundial, quando foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), composta por: Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, França e Itália (UE, 2023a).

O Tratado de Roma (1957) seria o responsável por principiar um mercado comum e uma união aduaneira na Europa Ocidental, intitulada como Comunidade Econômica Europeia, que com o passar do século XX adicionaria mais membros a descontinuada CECA: Dinamarca, Reino Unido e Irlanda nos anos 1970 e nos anos 1980 se somariam Grécia, Espanha e Portugal (UE, 2023b).

Nos anos 1990 seria estabelecida a união aduaneira com a livre circulação de mercadorias e pessoas através do Tratado de Maastricht (1992) que também criava oficialmente a União Europeia. Na esteira dos acontecimentos dessa década, seriam incluídos ao bloco Áustria, Finlândia e Noruega e mais importante, seria criado o Euro, a moeda única da EU, em 1999 (UE, 2023c).

Ademais, ingressariam já nos anos 2000 dez países ao bloco: Chipre, Estônia, Eslovênia, Polônia, República Tcheca, Hungria, Eslováquia, Lituânia, Malta e Letônia (UE, 2023d).

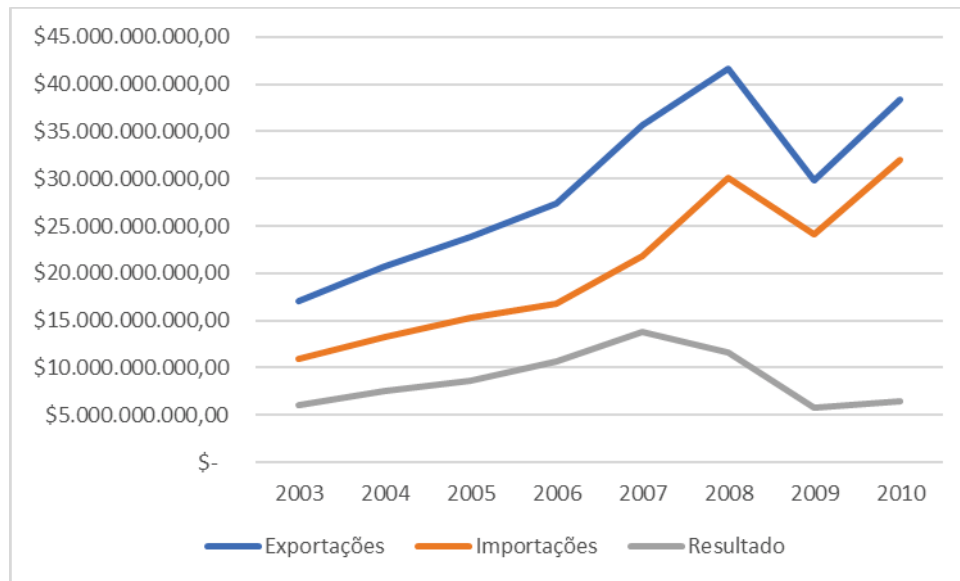
Considerando a UE como um bloco único e consolidado, com sistema legislativo plurinacional e com parlamento instituído, a análise a seguir discorrerá sobre a evolução do fluxo de comércio do Brasil com um de seus maiores parceiros durante o Governo Lula: a União Europeia.

De acordo com o Comex Stat (2023p), no começo da Gestão Amorim em 2003, a União Europeia representava mais de 25,5% do destino das exportações brasileiras, assim como as importações trazidas da UE somavam acima de 26% do total importado Brasil afora.

Ao final do Governo Lula, a participação da União Europeia tinha se tornado um pouco menor no comércio internacional brasileiro, representando 20,8% das exportações e 21,3% das importações. Embora os dados parciais apresentem uma redução na participação da UE na pauta comercial do Brasil, em números absolutos é constatado o oposto, com um crescimento de 125% das exportações e com mais de 200% das importações originárias da União Europeia entre 2003-2010 (COMEX STAT, 2023p).

Durante todo o período, entre um quarto à um quinto do fluxo de comércio brasileiro tinha origem ou era destinado para o bloco econômico europeu, com destaque para os Países Baixos, Alemanha, Itália, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha e Portugal. Juntos, os parceiros selecionados corresponderam de 88 a 91% das exportações do Brasil para a União Europeia e de 81% a 85% das importações advindas de território europeu.

Gráfico 18 – Balança Comercial: Maiores parceiros da União Europeia (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023p).

No comércio internacional com os parceiros selecionados, o crescimento foi vertiginoso durante o período 2003-2010, apesar da pequena ressalva de 2009 (crise financeira global), o aumento nas exportações e nas importações foi contínuo por todo o período.

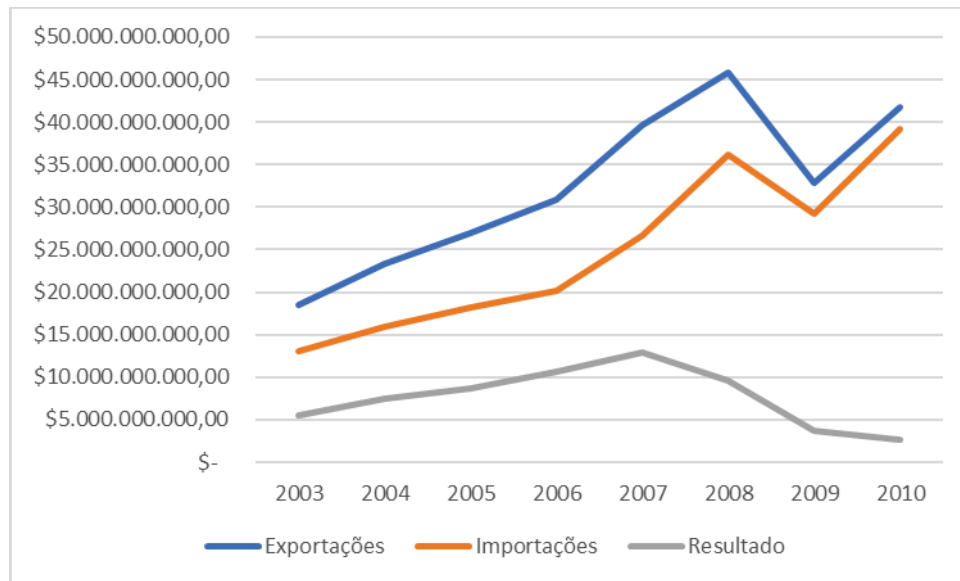
O destaque vai para o período de 2003 a 2007, no qual o Brasil pode ampliar seu resultado da balança comercial, expandindo suas exportações à uma taxa superior do que os importados, ocasionando em um superávit recorde de quase US\$ 14 bilhões em 2007 (COMEX STAT, 2023p).

A crise financeira do biênio 2008-2009 foi prontamente respondida no ano seguinte. Em 2010, quando uma recuperação em V das exportações e das importações ocorreu, com a última superando o nível pré-crise.

Pode-se argumentar que o comércio internacional com estes países selecionados da União Europeia é muito favorável ao Brasil, o qual obteve um superávit médio de US\$ 8,78 bilhões por ano no período (COMEX STAT, 2023p).

Uma vez que estes países juntos correspondem a mais de 80% do comércio internacional brasileiro com a UE, é factível que o resultado para todo o bloco seja semelhante:

Gráfico 19 – Balança Comercial: União Europeia (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023p).

Mimetizando o movimento dos principais países, a União Europeia como um todo tem trajetória similar, com grandes superávits comerciais para o Brasil e com taxas de crescimento altas por todo o período. Em linhas gerais, a taxa de crescimento acumulada das exportações para a UE foi de 125%, enquanto as importações foram mais agressivas, com uma taxa acumulada superior a 200%.

Destaca-se a derrocada da posição brasileira no resultado comercial a partir de 2008 até o final do Governo Lula, quando a vantagem na balança ia se esgotando, chegando a menos de US\$ 3 bilhões em 2010, posição essa muito reduzida se comparada ao ápice do resultado comercial em 2007, que se aproximava dos US\$ 13 bilhões.

O destaque das exportações em 2003 era de bens de origem agropecuária, como: soja, farinha de soja, suco de frutas, carnes, tabaco, café, milho e couro animal, com maior destaque para os relacionados a soja que somavam mais de 24,8% das exportações para a União Europeia (OEC, 2023c).

Outro ponto presente em todas as pautas importadoras da União Europeia de produtos brasileiros eram o petróleo, o alumínio, o ouro, a celulose e o minério de ferro, exaltando ainda mais a posição do Brasil de exportador de matéria prima para os países de primeiro mundo, como o continente europeu.

Ao final do período analisado, em 2010, a serventia do Brasil para estes países continuava a mesma, restringindo-se ao comércio de bens do setor primário

da economia, aumentando ainda mais a participação dos derivados de soja, do petróleo e dos ferrosos (OEC, 2023c).

Uma pequena ressalva que deve ser feita, é a aparição de veículos e aeronaves no comércio internacional com a UE, sendo uma participação secundária, mas importante sinal do ganho de competitividade dos meios de transporte fabricados no Brasil.

Em 2003 as importações da União Europeia para o Brasil eram as mais significativas de todo o mundo, juntas elas se sobrepunham aos Estados Unidos, a Argentina e a China, tornando a UE a maior fornecedora de bens para o Brasil, com mais de 26% da pauta importadora brasileira (COMEX STAT, 2023p).

Ao contrário das exportações supracitadas, as importações para o Brasil eram capitaneadas por itens de maior capital humano e tecnologia, como: Turbinas a gás, maquinário, fertilizantes químicos, medicamentos, motores, automóveis, vacinas, peças de aeronaves e pesticidas. Esta categoria de bens de alta complexidade somava mais de 66% dos importados enviados da UE para o Brasil (OEC, 2023c).

Pouco mudou ao final do Governo Lula, quando as importações provenientes da Europa ainda eram em sua grande maioria itens de alta complexidade e com muito capital humano investido, com uma pequena ressalva para o petróleo refinado e para o carvão que despontavam como as prioridades do Brasil na Holanda, Reino Unido e Noruega.

4.2.4 Estados Unidos da América

A relação do Brasil com os Estados Unidos sempre foi de proximidade diplomática, no remoto século XIX quando o Brasil proclamara sua independência de Portugal, os EUA prontamente reconheceram a legitimidade do país. As relações diplomáticas *de facto* começariam em 1905 quando a Embaixada dos Estados Unidos se estabelecia no Rio de Janeiro (US EMBASSY, 2023).

Para além dos fatores diplomáticos, os Estados Unidos vêm ocupando há muitas décadas uma posição de destaque na pauta exportadora e importadora brasileira, sendo por muito tempo o principal consumidor das exportações do Brasil e o principal fornecedor de importados.

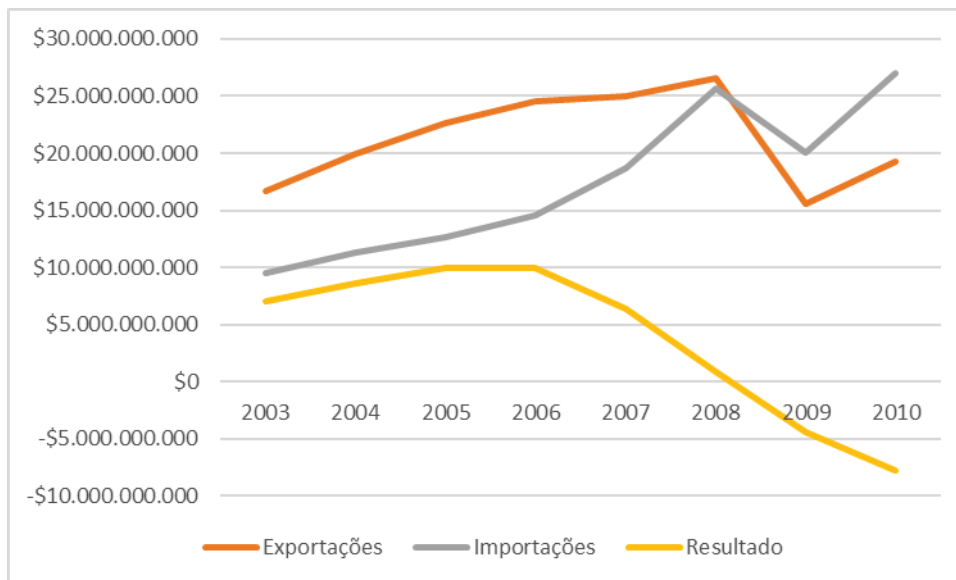
O cenário em 2003 não podia ser diferente, com os Estados Unidos sendo o maior parceiro comercial do Brasil, com grande distância do segundo maior, a Argentina. Naquele momento, os EUA eram o destino de 22,5% das exportações brasileiras e forneciam mais de 20% dos importados no Brasil (OEC, 2023c).

Embora a parceria entre Washington e Brasília parecesse inabalável, com a extrema dependência do comércio com os EUA, a década de 2000 marcaria uma virada do *status quo* comercial brasileiro: a ascensão da China no cenário internacional em meio à crise financeira global.

A isolada posição de prestígio dos EUA na pauta exportadora do Brasil seria sobrepujada pelo crescimento da China, em pleno boom econômico, a qual demandou muitos produtos do primeiro setor, justamente aquele em que o Brasil tem sua vantagem comparativa e excelência em produtividade.

Apesar de a posição americana ter sido alcançada pelos chineses na parceria com o Brasil em meados de 2009, os Estados Unidos continuariam sendo os maiores fornecedores de importados até o final do Governo Lula e tornavam-se o segundo maior destino dos exportados brasileiros.

Gráfico 20 – Balança Comercial: EUA (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023q).

O crescimento das exportações para os EUA é observado até o ano de 2008, assim como as importações que vinham crescendo a taxas ainda maiores. Contudo, o biênio 2009-2010, imediatamente posterior a maior crise econômica

vivida pelos norte-americanos nos últimos 80 anos, marcava um fechamento parcial do país para os exportados brasileiros, com uma queda superior a 20% entre 2008 e 2009.

Assim como nos países anteriormente analisados, a crise financeira global inaugurava um período de recessão e enfraquecimento do comércio internacional, com a derrocada da posição brasileira entre 2009 e 2010.

Se este comportamento ocorresse em países ainda que distantes das principais cadeias globais de valor, era esperado que o choque no foco da crise seria ainda mais grave, com ainda maior recessão, levando à bancarrota muitos empresários e indivíduos norte-americanos, os quais deixariam de demandar insumos de origem internacional, afetando fortemente a pauta exportadora brasileira.

O período não foi de todo ruim para o Brasil, porém. Significativos superávits foram acumulados durante o período 2003-2007, a uma média de US\$ 8,41 bilhões por ano, o que auxiliaria na modificação da posição do país no cenário internacional que aos poucos recuperava as reservas internacionais esgotadas durante o Governo FHC, que terminavam 2010 acima de US\$ 288 bilhões (G1, 2011).

A superavitária posição da balança comercial junto aos EUA dava lugar à uma posição deficitária no último biênio analisado, com uma queda vertiginosa nos resultados comerciais durante o período 2006-2010, o Brasil passaria a acumular déficits robustos, superiores, em média, aos US\$ 6 bilhões anuais (COMEX STAT, 2023q).

O perfil das exportações do Brasil para os Estados Unidos no começo do período era protagonizado por: Aviões e Helicópteros (9,69%), Petróleo refinado (7%), Equipamentos para transmissão televisiva (5,48%), Calçados (5,33%) e Petróleo cru (4,35%). Ao final de 2010, o perfil das exportações seria radicalmente modificado, sendo liderado por: Petróleo cru (19,6%), Café (5,35%), Celulose (4,05%) e Ferro Gusa (3,04%) (OEC, 2023d).

A drástica alteração no perfil da pauta exportadora do Brasil para os Estados Unidos reitera a posição de fornecedor de matéria prima para os países industrializados, evidenciando que o Brasil possui vantagem comparativa sobre os bens do primeiro setor.

Quanto aos bens de alto capital humano, como as aeronaves que tinham grande destaque ao começo do período, percebe-se uma acentuada queda no valor comercializado deste item, que parte de US\$ 1,71 bilhão em 2003 para menos de

US\$ 500 milhões em 2010, algo compatível com a perda de competitividade das aeronaves brasileiras no mercado norte-americano, o qual suprimiu a oferta da EMBRAER por empresas francesas, como a Airbus (OEC, 2023e).

A pauta importadora do Brasil junto aos EUA era liderada por bens intensivos em capital humano e tecnologia, como aparelhos eletroeletrônicos, produtos químicos e meios de transporte. Pouco se modificou ao final do período, quando telefones, computadores, turbinas a gás e químicos continuavam sendo adquiridos em larga escala, a única ressalva é o aumento do consumo de Petróleo refinado, o qual somava a quantia de US\$ 2,4 bilhões enquanto em 2003 não passava dos US\$ 26 milhões (OEC, 2023d).

A manutenção do *status quo* do Brasil em relação aos Estados Unidos decorre apesar do crescimento comercial envolvido entre os países, pois embora as exportações e as importações junto aos norte-americanos tenham decolado, o país sul-americano mantém seu status de ‘celeiro do mundo’ e de extrator de minérios e betuminosos, relegando ao Brasil uma posição de menor complexidade comercial e de mero exportador de matéria prima.

4.2.5 China

A República Popular da China é um dos países mais produtivos no mundo, sempre figurando nas primeiras posições nos principais rankings de inovação, produtividade, desenvolvimento e complexidade. Contudo isso nem sempre foi assim.

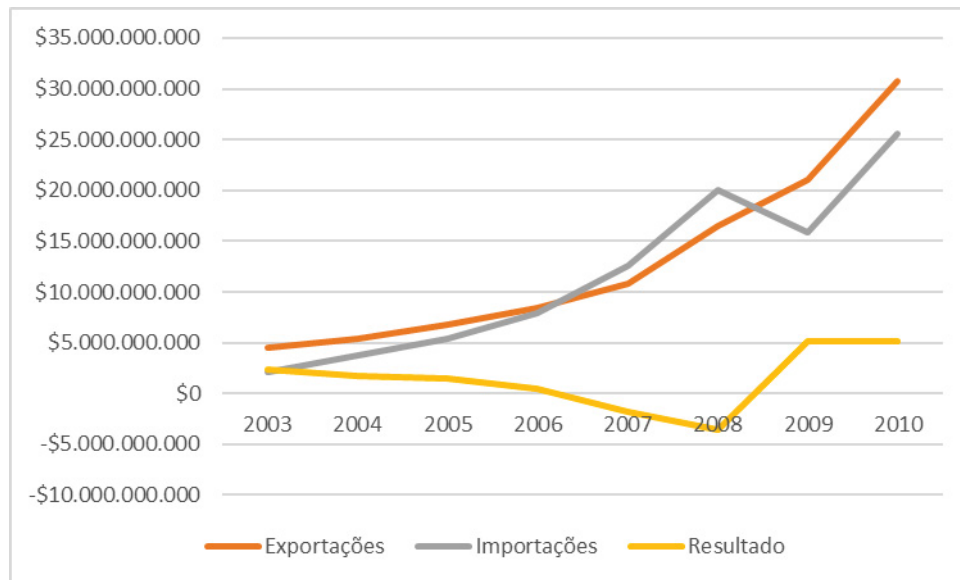
Em um passado não muito distante, em 2003, Hu Jintao (líder do PCC) assumia a presidência da China, com a missão de propagar desenvolvimento e de fomentar o crescimento do gigante asiático. Nessa época, a China figurava somente como a 6ª maior economia do mundo, atrás de países com pequenas populações, tal qual a França, a Alemanha e do seu antigo rival, o Japão (BANCO MUNDIAL, 2023c).

O período de 2003-2010 foi excepcional para a China, que viu sua economia crescer a uma taxa superior a 250%, passando de “tímidos” US\$ 1,66 trilhão para mais de US\$ 6 trilhões, tornando-se a segunda maior economia global, somente atrás dos EUA (BANCO MUNDIAL, 2023c).

Coincidentemente, o Governo Lula teve a oportunidade de comercializar com a China em um dos momentos de maior expansão econômica de um país na história, e foi nesse momento de industrialização chinesa e de alta produtividade que houve uma crescente demanda de insumos primários e de bens do primeiro setor, justamente aquele em que o Brasil tem grande destaque no cenário internacional.

Este comentário se reflete nos dados das exportações brasileiras, quando em 2003 a China era o destino de somente 6% dos envios, e em 2010 esse percentual já ultrapassava os 14%, tornando-se com certa folga o maior destino das exportações do Brasil (OEC, 2023c). A seguir analisar-se-ão os dados da balança comercial entre Brasil e o gigante asiático:

Gráfico 21 – Balança Comercial: China (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023r).

Uma balança comercial equilibrada é o que pode ser observado entre 2003-2010, com pequenos déficits e ainda menores superávits, a média se aproxima de pouco mais de US\$ 1,368 bilhão de superávit. O destaque vai para o biênio 2009 e 2010 quando o resultado foi extremamente positivo para o Brasil, gerando resultados superiores a US\$ 5 bilhões por ano (COMEX STAT, 2023r).

A significativa aceleração do fluxo comercial entre Brasil e China é notória no início do século XXI, com um crescimento de 578% nas exportações e as importações superiores a 1000% mostram um pujante aquecimento das relações comercial chino-brasileiras.

Enquanto as relações com os EUA sofreram alterações e percalços durante o mesmo período, todos os anos houve maior fluxo comercial do que o ano anterior entre Brasil e China, o que demonstra uma ampliação da posição da China na pauta comercial brasileira, que a partir de 2009 tornou-se o país com quem o Brasil mais negocia pelo mundo (COMEX STAT, 2023r).

Na contramão do que ocorria com os demais parceiros comerciais analisados anteriormente, o biênio 2009-2010 não demonstrou um momento de desaquecimento comercial nas relações entre Brasil e China, muito pelo contrário, com um crescimento significativo nas exportações para o gigante asiático, que foram acrescidas em 27% se comparado com o ano de 2008.

Pode-se cogitar que esse aumento na interação comercial entre o Brasil e a China mesmo em período de grave crise financeira global se deve a uma distância da China aos problemas financeiros e aos bancos multinacionais do Ocidente, os quais têm pouca participação nas decisões de consumo e investimento de um país que vive sob um regime autoritário autossuficiente economicamente e com alto grau de investimento público.

A pauta exportadora do Brasil para a China em 2003 era liderada por itens originários do primeiro setor, como: soja (27,6%), minério de ferro (16,1%), óleo de soja (6,01%), celulose (5,53%) e ferro semiacabado (5,43%). Ao final do período, as exportações ainda eram concentradas em itens de origem agrícola e extrativista mineral, porém houve maior participação destes itens na pauta exportadora: minério de ferro (43%), soja (23,2%), petróleo cru (13,2%) (OEC, 2023f).

Assim como no caso dos EUA, o Brasil intensificou sua posição de exportador de bens do primeiro setor, para a China principalmente sobre três itens: ferro, petróleo e soja, que se somados aos seus derivados ocupavam mais de 83% das exportações brasileiras para Pequim.

Evidentemente que a China como um país intensivo em mão de obra e em tecnologia tenha sua vantagem comparativa incidindo no segundo setor, em bens industrializados e de alta complexidade, o que já se via no fluxo comercial chinês para o Brasil em 2003, quando as importações eram lideradas por: máquinas, produtos químicos e bens têxteis, com destaque para os acessórios de transmissão (7,31%), equipamento de vídeo (3,1%), filamento sintético (3,98%) e demais bens eletroeletrônicos. Uma ressalva interessante é que a China exportava coque e

briquetes de carvão em larga escala para o Brasil, minerais estes que somados ultrapassavam os US\$ 360 milhões (em US\$ 2003) (OEC, 2023f).

A robusta participação de minerais na pauta importadora brasileira seria quase que totalmente esvaziada ao final de 2010, quando houve uma concentração ainda maior em itens de intensivos em tecnologia, com destaque para telefones, televisores LCD, computadores, equipamentos de ar-condicionado, circuitos integrados e acessórios de transmissão, somados estes itens intensivos em tecnologia representavam mais de 60% das demandas brasileiras da China (OEC, 2023f).

Novamente na contramão daquilo que era defendido por economistas ligados ao Partido dos Trabalhadores, o Brasil não adotou políticas comerciais condizentes com o PSI de Furtado e Tavares, restringindo-se a uma posição de importador de itens de origem industrial e com alto teor tecnológico, enquanto mantinha sua posição de exportador de itens originários do primeiro setor e manufaturas básicas.

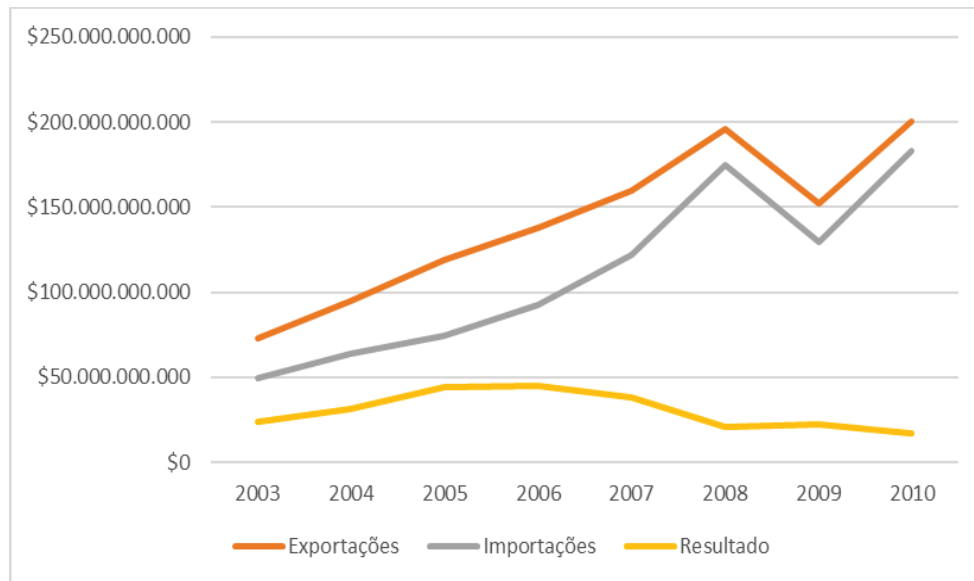
Considerando que Lula da Silva era o primeiro Presidente da República de espectro político à esquerda desde João Goulart, havia uma desconexão entre aquilo que era utilizado em palanques políticos e do pragmatismo de Lula da Silva e de sua equipe econômica.

Outrora defensores do modelo do PSI e apoiadores das políticas de intervenção estatal na condução da economia, o Presidente da República e seus ministros foram na contramão daquilo que o PT e seus mais ferrenhos partidários discursavam. De acordo com Gonçalves (2012), o Brasil passaria por um processo de “desenvolvimentismo às avessas” durante o Governo Lula, quando houve uma reprimarização da pauta exportadora aliada a um movimento de desindustrialização que tornou os produtos brasileiros intensivos em tecnologia menos competitivos no mercado internacional.

4.3 A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL

A partir das informações expostas anteriormente neste capítulo, pôde-se observar que o Brasil tem ocupado uma posição superavitária junto a muito países parceiros no período 2003-2010, portanto em linhas gerais a balança comercial brasileira no período observado foi:

Gráfico 22 – Balança Comercial (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat (2023s).

A balança comercial brasileira durante o Governo Lula registrou subsequentes superávits, com as exportações sensivelmente maiores do que as importações apesar do esvaziamento desse superávit a partir de 2008, quando o superávit médio ultrapassava os US\$ 36 bilhões em 2007 para algo próximo a US\$ 21 bilhões em 2008 (COMEX STAT, 2023s).

Pode-se cogitar que este esvaziamento da posição confortável da balança externa brasileira seja, em parte, reflexo da crise financeira global que atingiu fortemente os maiores parceiros do Brasil, os quais em um momento de grave recessão fecharam-se para o exterior, assim encolhendo suas demandas de importação.

Outro fator para analisar este cenário é o crescimento significativo das importações enviadas para o Brasil, as quais cresceram a uma taxa acumulada de 254% entre 2003 e 2008, enquanto as exportações cresceram “somente” 169% (COMEX STAT, 2023s).

Com isso, a posição extremamente positiva da balança comercial brasileira foi se dissipando, dando lugar a um superávit muito menos robusto, que em seu pior ano chegava a US\$ 17 bilhões em 2010, uma redução drástica se comparada àqueles US\$ 45 bilhões obtidos em 2006.

Considerando somente os maiores parceiros, China, EUA e UE, a taxa acumulada das importações cresceu 80% a mais do que a taxa acumulada das

exportações, algo que reduziu significativamente a posição superavitária do Brasil e promoveu um esvaziamento da confortável balança comercial brasileira no período 2003-2010.

Os maiores destinos das exportações brasileiras em 2003 eram: EUA (22,5%), China (6,07%), Argentina (5,85%), Holanda (5,26%) e Alemanha (4,54%) (OEC, 2023c). Já os blocos econômicos que mais demandavam do país eram: NAFTA (28%), UE (23%) e MERCOSUL (7,8%) (COMEX STAT, 2023t).

Ao final do período muito havia mudado, e a participação da UE na pauta exportadora brasileira já era superior à do NAFTA e a China já liderava as demandas com 14,7%, seguido por: EUA (9,8%), Argentina (8,84%), Holanda (4,31%) e Alemanha (4,13%) (OEC, 2023c).

A permanência da União Europeia como um dos maiores parceiros do Brasil mesmo no momento da ascensão do gigante asiático é notória, se considerarmos a UE como um bloco unido e com parlamento comum, pode-se observar que o bloco europeu se torna o maior destino dos exportados brasileiros (18,67%), a frente da China (14,7%) e dos estado-unidenses (9,8%).

Quanto a composição da pauta exportadora, analisa-se que em 2003 ela era composta, em grande medida, de itens do primeiro setor, como: soja (5,54%), minério de ferro (4,64%), farinha de soja (3,82%), petróleo cru (3,42%) e açúcar (3,28%). Uma ressalva a ser feita é a exportação de veículos motorizados e derivados que se somados ultrapassam a casa dos 10% (OEC, 2023c).

A especialização, *de facto*, na produção de bens do primeiro setor ocorreu ao final do período, quando o minério de ferro e o petróleo cru somados já ultrapassavam os 22,3%, seguidos por açúcar (6,65%), soja (5,36%), carne de aves (3,34%) e café (2,53%). A indústria automobilística e de aeronaves mantém sua significativa posição, com: aeronaves (2,41%), carros (2,24%) e motores e autopeças (1,66%) (OEC, 2023c).

As importações foram reflexo daquilo demandado da China, EUA e UE, em grande medida sendo itens de alto capital humano e tecnologia, além de petróleo e eletricidade, sendo liderados em 2003 por: petróleo (6,99%), motores e autopeças (3,89%), petróleo refinado (2,99%), medicamentos (2,18%), circuitos integrados (2,12%) e eletricidade (1,97%) (OEC, 2023c).

Quanto aos energéticos, é possível deduzir que a maior parte tem origem do Paraguai (98,8%), sendo aquele excedente que é comprado da parte paraguaia

referente a Usina Binacional de Itaipu, algo superior a US\$ 1 bilhão em 2003. Fugindo um pouco do senso comum, a maioria do petróleo cru adquirido pelo Brasil tinha origem africana, mais especificamente da Nigéria (35,4%), Argélia (24,2%) e do Congo (1,54%), além da pequena ilha caribenha Santa Lúcia que fornecia 17,8% do petróleo cru adquirido pelo Brasil (OEC, 2023c).

Os maiores fornecedores de importados ao Brasil eram liderados por: EUA (21,4%), Alemanha (8,92%), Argentina (8,8%), China (4,61%) e Japão (4,2%). Ao final do período haveria um recrudescimento da posição chinesa e um esvaziamento do *share* norte americano sobre os importados enviados ao país, que agora eram capitaneados pelos EUA (15,3%), China (14,5%), Argentina (7,57%), Alemanha (7,11%) e Coréia do Sul (4,46%) (OEC, 2023c).

Aos moldes do que fora relatado acima acerca das exportações, a UE como um bloco único teve grande participação nas importações destinadas ao Brasil, colocando-a como a maior fornecedora do país desde 2003 até 2010, sendo que no começo do período sua participação era de aproximadamente 24% e ao final do Governo Lula essa parceira teria caído para o patamar de 19,6%, mesmo assim permanecia a frente de gigantes como os EUA e a insurgente China (COMEX STAT, 2023t).

Como em 2003, a demanda por petróleo e por produtos intensivos em capital humano e tecnologia se perpetuava, sendo que as principais demandas do Brasil do exterior eram lideradas por: petróleo refinado (5,83%), petróleo cru (5,1%), carros (4,76%), motores e autopeças (3,33%) e gás liquefeito de petróleo (2,2%) (OEC, 2023C).

Os veículos foram majoritariamente adquiridos junto a Argentina (40,9%), Coréia do Sul (22,5%) e México (14,7%), algo muito diferente dos motores e autopeças que tinham participação significativa de diversos países desenvolvidos, como: Itália, Japão, Alemanha, França, Bélgica, EUA, Coréia do Sul, Suécia e Espanha, respectivamente.

No que tange aos combustíveis fósseis, a composição da pauta importadora do item refinado era liderada por: EUA (21,8%), Argélia (18%), Índia (15,5%) e Argentina (9,08%). Já no petróleo cru, a participação da Nigéria ganhou peso e agora refletia a origem majoritária do combustível adquirido pelo Brasil com 57,9%, sendo seguida por Santa Lúcia (17,8%) e Iraque (6,81%). O GLP era um monopólio quase que exclusivo da Bolívia, que fornecia 54,5% do adquirido no país,

disparadamente a frente da Argentina com 6,81%, EUA (6,56%) e Nigéria (6,24%) (OEC, 2023c).

É interessante salientar que este mercado dos combustíveis fósseis era superior a 13% das importações brasileiras, totalizando mais de US\$ 25 bilhões em 2010, algo muito impactante se rememorarmos que essa dependência do exterior acerca de petróleo ocorria bem no momento em que havia aquele furor causado pela descoberta das grandes jazidas do Pré-Sal no final de 2007 (GLOBO CIÊNCIA, 2012).

A promoção de acordos comerciais com nações pouco exploradas no comércio internacional brasileiro pode ter amplificado os resultados do fluxo comercial com estas nações, uma vez que os tributos de importação foram significativamente reduzidos e a liberalização comercial permitiria a ampliação da interação comercial entre nações pouco correlatas, como Brasil e Egito, por exemplo.

O acordo entre o MERCOSUL e a SACU foi assinado no período da crise norte-americana, 2008-2009, por consequência não foi possível captar resultados positivos da adoção destas políticas de comércio preferencial, assim como no caso do acordo com o Egito que teve sua assinatura no último ano abordado na presente pesquisa.

Contudo, ao analisar os demais países que tiveram pactos com o MERCOSUL neste período e possível perceber uma reação significativamente positiva no pós-acordo até 2010 se comparados com a variável controle no mesmo período. Índia, Cuba, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru apresentam taxas acumuladas superiores àquelas obtidas junto ao Canadá, tanto no fluxo exportado quanto importado. Outro ponto importante é que as taxas acumuladas de importações, no pós-acordo até 2010, possuem crescimento ainda maior do que taxa de exportações.

Assim como na primeira seção deste capítulo, é notável que as exportações cresceram significativamente no período estudado, contudo foram sobrepujadas pela taxa das importações tanto no período completo quanto na análise pós-acordos. Uma constatação robusta, pois, pode ajudar a entender o motivo do esvaziamento parcial do superávit do Brasil em relação aos países estudados, quanto no geral.

Em suma, o Brasil mantinha seu *status quo* de exportador de matéria-prima e de bens do primeiro setor, ao mesmo tempo em que permanecia um grande

importador de itens de alta complexidade e de combustíveis fósseis, podendo concluir que o Governo Lula pouco investiu em uma tentativa de mudar a pauta importadora brasileira como almejado pelos defensores do PSI.

Apesar de frustrante para aqueles que esperavam uma política de comércio internacional e industrialização mais ao moldes do PSI, pôde-se concluir que o Governo Lula foi exitoso no que tange a obtenção de superávits comerciais robustos e na aproximação com países do Sul Global através da promoção de acordos multilaterais de comércio e preferencial e de tratados de livre comércio, colocando o Brasil ainda mais inserido na cadeias globais de valor e transformando o MERCOSUL em um dos blocos econômicos de maior relevância no cenário internacional, tanto pelo seu impacto comercial como pela crescente importância do Brasil na diplomacia global, muito embora tenha se aproximado de líderes autocratas e de países com pouco impacto nos fóruns internacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do PT ao Governo Federal após a vitória na eleição de 2002 marcou uma guinada tanto no discurso quanto nas práticas do partido. De acordo com Giambiagi (2016), o Governo Lula se aproximou das posições de seus antecessores, FHC e Pedro Malan, mantendo parcialmente o cerne da política macroeconômica.

A escolha de Celso Amorim, um ex-chanceler no Governo Itamar Franco (1992-1994), como o Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 2003 se mostrou acertada, uma vez que o chanceler logrou inserir o país no cenário externo com altivez, como na aproximação Sul-Sul, na investida por uma cadeira no CSNU e por melhores condições no mercado internacional para os países subdesenvolvidos.

A boa relação do Itamaraty e de Lula com a Argentina, Paraguai e Uruguai balizaram a evolução do MERCOSUL, tornando o bloco sul-americano mais consolidado e robusto no cenário internacional, ainda mais com o processo de adesão da Venezuela em meados de 2006, solidificando o bloco tanto ao norte quanto ao sul do subcontinente.

O fortalecimento do Brasil no cenário internacional foi além do MERCOSUL, passando pela atuação no Equador, Bolívia, África Austral e países lusófonos, ampliando uma grande gama de parcerias entre o Itamaraty e demais países em desenvolvimento. Sendo parte da grande estratégia que buscava viabilizar o apoio de muitas nações ao ingresso do Brasil e do G-4 no CSNU, essa política ativa durou por toda a Gestão Amorim à frente do MRE. Embora não tenha obtido êxito, essa interação internacional transformou o país e o chanceler em grandes *players* internacionais, lhes guardando certo protagonismo em discussões externas, como na Declaração de Teerã e na oposição a Guerra ao Terror.

A descontinuidade da Rodada de Doha não era diretamente responsabilidade do Brasil e dos países subdesenvolvidos, mas de uma falta de consenso acerca das concessões econômicas entre o Norte e o Sul Global. Novamente, o chanceler Amorim teria suas expectativas frustradas como em suas tentativas de resolução pacífica junto ao Iraque, ao Irã e aos EUA, assim como na sua busca por uma vaga no CSNU.

Contudo, a análise do segundo capítulo conclui que o MRE e a diplomacia presidencial foram parcialmente exitosas, mesmo com as derrotas supracitadas, ter

promovido mais de seis acordos de liberalização comercial em oito anos foi certamente uma conquista para o MERCOSUL e para o Brasil. Embora os acordos não tenham sido outorgados junto às maiores economias do mundo, estes pactos demonstravam que o Brasil continuava a se expandir para o cenário internacional, propiciando maior grau de abertura do país ao mundo e inserindo o Brasil ainda mais nas cadeias globais de valor.

A abertura comercial foi virtuosa, uma vez que aumentou o fluxo de comércio com nações muito distantes, como a Índia, Israel, Egito e com a África do Sul, para além de pavimentar o caminho das boas relações internacionais que aproximavam Brasília de Johannesburgo e Nova Déli, fortalecendo o fórum IBAS e desembocando no que viria a ser o BRICS alguns anos depois.

A quarta parte da pesquisa consistia em verificar os resultados comerciais do Brasil junto aos países com quem o MERCOSUL promoveu acordos de complementação econômica e com os principais parceiros econômicos do Brasil.

Nessa análise pôde-se concluir que os exportadores obtiveram grande êxito no cenário exterior, com a grande maioria dos anos sendo superiores ao volume importado pelo país, o que produzira grandes superávits comerciais para o Brasil e solidificava a posição do país no mercado externo como um grande comerciante de bens do primeiro setor.

Utilizando-se da variável de controle foi possível perceber que os acordos comerciais entre o MERCOSUL e estas 12 nações foi significativamente exitoso, aumentando substancialmente o fluxo comercial entre os países durante o período pós acordo.

Ademais, deve-se considerar que a taxa acumulada das importações cresceu consideravelmente mais do que a taxa acumulada das exportações entre 2003-2010, o que aos poucos foi diminuindo o significativo superávit médio obtido pelo Brasil.

Foram poucas as ressalvas acerca do superávit comercial brasileiro, como a Índia, Japão e Israel, quanto aos demais países analisados o Brasil somou expressivos superávits por quase todo o período 2003-2010, gerando um robusto resultado médio positivo em US\$ 30 bilhões, protagonizados pelo expressivo desempenho do país junto a União Europeia, os EUA e a Argentina, respectivamente.

A consagração da posição do primeiro setor na pauta exportadora brasileira ocorreu durante o Governo Lula, exatamente naquele que tinha entre alguns de seus intelectuais econômicos certa discordância quanto a dependência do primeiro setor nas exportações. É importante salientar que o mundo passava pelo boom das *commodities* impulsionado pela demanda chinesa, e outras nações ao Sul Global também passaram por uma reprimarização de suas exportações.

O recrudescimento da posição dos bens de origem agropecuária ou extrativista tomou grande espaço na pauta exportadora brasileira, ocupando mais de 60% do volume em dólares que o Brasil exportou ao exterior em 2010. Sob certa ótica isso não é um problema ao constatarmos que o fluxo de exportações cresceu no período abordado, com uma taxa acumulada superior a 175%, mas para os teóricos e defensores do PSI isto pode ser tido como uma questão relevante.

A posição do país como um dos maiores exportadores do primeiro setor no mundo, promoveu bons resultados comerciais ao Brasil, o que solidificou sua posição intensiva em bens primários no mercado internacional. A promoção de acordos comerciais, entre 2003-2010, ampliou o alcance da política econômica internacional do país, que aliada ao expressivo desempenho da diplomacia brasileira, acabou por robustecer a posição do Brasil como um dos mais importantes *players* políticos e econômicos ao Sul Global.

REFERÊNCIAS

ALADI. Acordo de Complementação Econômica assinado entre os governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o governo da República do Peru. **Associação Latino-Americana de Integração**, 05 dez. 2005.

Disponível em:

https://www2.aladi.org/biblioteca/publicaciones/aladi/acuerdos/ace/pt/ace58/ACE_058_Acuerdo_Texto_pt.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

ALADI. Acordo de Complementação Econômica assinado entre os governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o governo da República do Peru – Segundo Protocolo Adicional. **Associação Latino-Americana de Integração**, 07 dez. 2002. Disponível em:

https://www2.aladi.org/biblioteca/publicaciones/aladi/acuerdos/ace/pt/ace58/ACE_058_002_Retificado_pt.pdf. Acesso em 13 out. 2023.

ALMEIDA, P. R. D. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162–184, jan. 2004.

AMORIM, C. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 214–240, dez. 2010.

AMORIM, C. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

AMORIM, C. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, C. **Laços de Confiança**: o Brasil na América do Sul. São Paulo: Benvirá, 2022.

AMORIM, C. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 91, p. 23–52, nov. 2011.

ARCE, A. M.; SILVA, M. A. da. Venezuela e Mercosul: uma inserção via Brasil? **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 12, p. 61–85, 2012.

BANCO MUNDIAL. GDP per capita (current US\$) - South Africa, Namibia, Lesotho, Botswana, Eswatini, Brazil, Paraguay, Uruguay, Argentina. **The World Bank**, 2023.

Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?end=2010&locations=ZA-NA-LS-BW-SZ-BR-PY-UY-AR&start=2003>. Acesso em: 26 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. GDP per capita growth (annual %) - South Africa, Namibia, Lesotho, Botswana, Eswatini, Brazil, Paraguay, Uruguay, Argentina. **The World Bank**, 2023b. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2010&locations=ZA-NA-LS-BW-SZ-BR-PY-UY-AR&start=2003&view=chart>. Acesso em: 26 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. GDP (current US\$) – China, United States, United Kingdom, France, Japan, Germany. **The World Bank**, 2023c. Disponível em:

https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=CN-US-GB-FR-JP-DE&most_recent_value_desc=true&start=2000&year_high_desc=true. Acesso em 08 dez. 2023.

BANDEIRA, M. **As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BATISTA JR, P. N. A Alca e o Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 267–293, maio 2003.

BERRINGER, T; BELASQUES, B. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. **Revista Carta Internacional**, v. 15, n. 3, p. 151-173, 2020.

BBC. Brasil reconhece Estado Palestino com fronteiras de 1967. **BBC**, 03 dez. 2010. Disponível em: bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101203_brasil_palestina_pai_rc. Acesso em: 19 out. 2023.

BBC. Chávez chama Bush de ‘diabo’ em discurso na ONU. **BBC**, 20 set. 2006. Disponível em: bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/09/060920_chavez_onu. Acesso em: 20 set. 2023.

BBC. Por que EUA e aliados invadiram o Iraque há 20 anos? **BBC**, 20 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84m8d4xdzgo#:~:text=Posteriormente%2C%20o%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a,m%C3%ADs%20bal%C3%ADsticos%20de%20longo%20alcance>. Acesso em 03 ago. 2023.

BBC. Entenda as discussões entre Brasil e Paraguai sobre a usina de Itaipu. **BBC**, 25 jul. 2009. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090724_entendaitaipu_fa_np. Acesso em 10 set. 2023.

BBC. Má tradução e atraso de Lula criam mal-estar no Egito. **BBC**, 08 dez. 2003. Disponível em: bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/12/printable/031208_egitorc. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 1991.

BRASIL. Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 1996.

BRICEÑO-RUIZ, J. **O Mercosul na política de integração de Venezuela**. Porto Alegre: Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, janeiro-abril, 2010, pp. 77-96.

BRIGIDO, E. V. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: Estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 2010. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRUNOW, V. O. As relações político-econômicas entre Brasil e Cuba durante o Governo Lula: solidariedade ou expansão do capital transnacional? **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 1, n. 3, p. 339-349, 2013.

CARVALHO, M. I. V. D. **Politização da Política externa e as Negociações da Rodada de Doha**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CASARÕES, G. S. P. A mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.

CASTRO, F. M. O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CESAR, S. E. M.; SATO, E. A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 174–193, 2012.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – África do Sul (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/97790>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Namíbia (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023b. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/97792>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Botsuana, Lesoto e Suazilândia (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023c. Disponível em:

<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/97797>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Índia (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023d. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/97876>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Israel (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023e. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98024>. Acesso em: 15 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Egito (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023f. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98027>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Cuba (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023g. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98030>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Colômbia (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023h. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98122>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Equador (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023i. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98124>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Peru (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023j. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98126>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Argentina (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023k. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98228>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Venezuela, Paraguai e Uruguai (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023l. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98246>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – México (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023m. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98442>. Acesso em: 23 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Chile (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023n. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98444>. Acesso em: 23 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Japão (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023o. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98600>. Acesso em: 26 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Suécia e Tcheca (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023p. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98687>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Estados Unidos (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023q. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/98834>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – China (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023r. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/99376>. Acesso em: 08 dez. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Mundo (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023s. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/99492>. Acesso em: 11 dez. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – União Europeia, América do Norte, MERCOSUL, ASEAN e CAN (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023t. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/99565>. Acesso em: 12 dez. 2023.

COMEX STAT. Exportação e Importação Geral – Canadá (2003-2010). **Comex Stat - MDIC**, 2023u. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/103500>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CORNETET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111–150, 2014.

DIPLOMATIQUE. A festa democrática. **Diplomatique**, 1 set. 2004. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-festa-democratica/>. Acesso em 19 set. 2023.

DUARTE, R. G. **Crise das "papeleras" entre o Uruguai e a Argentina**: evolução histórica e consequências econômicas. 2010. 64 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ELETROS. Zona Franca de Manaus – incentivos fiscais e competitividade. In: **Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos**, 25 set. 2023. Disponível em: <https://eletros.org.br/zona-franca-de-manaus-incentivos-fiscais-e-competitividade>. Acesso em: 13 out. 2023.

FARES, S. T. **O pragmatismo do petróleo**: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007. 266 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FARIA, C. A. P.; NOGUEIRA, J. L. M.; LOPES, D. B. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 175–220, 2012.

FMI. GDP based on PPP, share of world. **Fundo Monetário Internacional**, 2023. Disponível em:

imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 10 out. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Chávez aumenta número de juízes na Corte Suprema venezuelana. In: **Folha de São Paulo**, 25 out. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2510200317.htm>. Acesso em 10 mai. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Gaddafi deu US\$ 1 milhão para campanha de Lula em 2002, diz revista. In: **Folha de São Paulo**, 08 dez. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1941791-gaddafi-enviou-us-1-milhao-para-campanha-de-lula-em-2002-diz-revista.shtml>. Acesso em: 22 out. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lições Contemporâneas. In: **Folha de São Paulo**, 04 abr. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi04049908.htm>. Acesso em: 12 dez. 2023.

G1. Chávez envia condolências ao Brasil por ter um congresso “papagaio”. **G1**, 31 mai. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL45460-5602,00->

[CHAVEZ+ENVIAR+CONDOLENCIAS+AO+BRASIL+POR+TER+UM+CONGRESSO+PAPAGAIO.html](https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL45460-5602,00-CHAVEZ+ENVIAR+CONDOLENCIAS+AO+BRASIL+POR+TER+UM+CONGRESSO+PAPAGAIO.html). Acesso em: 20 set. 2023.

G1. Correa lamenta decisão do Brasil, mas diz que não cederá com o BNDES. **G1**, 22 nov. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL872210-5602,00->

CORREA+LAMENTA+DECISAO+DO+BRASIL+MAS+DIZ+QUE+NAO+CEDERA+COM+O+BNDES.html. Acesso em: 20 set. 2023.

G1. Países do Ibas defendem Jerusalém Oriental para Estado Palestino. **G1**, 15 abr. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/04/paises-do-ibas-defendem-jerusalem-oriental-para-estado-palestino-1.html>. Acesso em: 09 out. 2010.

G1. Reservas internacionais encerram 2010 em US\$ 288,5 bilhões. **G1**, 03 jan. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/01/reservas-internacionais-encerram-2010-em-us-2885-bilhoes.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GIAMBIAGI, F. **Economia Brasileira Contemporânea**. Barueri: GEN Atlas, 2016.

GLOBO CIÊNCIA. Descoberto em 2007, pré-sal guarda 50 bilhões de barris de petróleo. **Globo Ciência**, 19 mai. 2012. Disponível em:

<https://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2012/05/descoberto-em-2007-pre-sal-guarda-50-bilhoes-de-barris-de-petroleo.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas.

Revista Brasileira de Economia Política, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

GURGEL, A. C. Impactos da liberalização comercial de produtos do agronegócio na Rodada de Doha. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 2, p. 133–151, abr. 2006.

IPEA. O que é? FOB. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2006.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 10 nov. 2023.

JANK, M. S.; ARAÚJO, L. R. A agenda brasileira nas negociações agrícolas da Rodada de Doha da OMC. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 2, n. 3, jul. 2003.

KUME, H.; PIANI, G. **Alca**: uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, n. 1058).

LEANDRO, L. B. F. **A criação e consolidação do BRICS na nova ordem internacional**. 2022. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LEESON, R.; PALM, C. **Milton Friedman on Freedom**: Selections from the Collected Works of Milton Friedman. Stanford: Hoover Institution Press, 2017.

Disponível em: miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/271044/full. Acesso em: 08 mai. 2023.

- LEITE, A. C. C.; DANTAS, A. C. Cooperação Técnica Brasil - Japão e os delineamentos em torno da Política Externa Brasileira do Governo Lula. **Mural Internacional**, v. 4, n. 1, p. 13-18, jun. 2013.
- LEME, A. A. S. P. **A declaração de Iguaçu (1985): a nova cooperação Argentino-Brasileira**. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- LESSA, M. A. Governo Lula e Rodada Doha: a aposta valeu a pena? **Revista NEIBA**, v. 5, p. 1-11, 2016.
- LIMA, M. C. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In PIMENTEL, J. V. S. (org.). **O Brasil, os Brics e a agenda Internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento à nação do Presidente da República em cadeia de rádio e TV, sobre o pagamento da dívida com o FMI**. Brasília, 16 de janeiro de 2006.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Polis, 1984.
- MANWA, F. **Impact of trade liberalisation on economic growth: The case of the Southern African Customs Union (SACU) countries**. 2015. 285 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Southern Cross University, Austrália, 2015.
- MARIANO, M. P. **A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. 2007. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.
- MERCOSUL. Protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. **MERCOSUL**, 2006. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-ao-mercosul/>. Acesso em 20 set. 2023.
- MERCOSUL. Rede de Acordos. **MERCOSUL**, 2023. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/relacionamento-externo/red-de-acordos/>. Acesso em 10 out. 2023.
- MRE. República Árabe do Egito. **Ministério das Relações Exteriores**, 02 jul. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-arabe-do-egito>. Acesso em: 22 out. 2023.
- MRE. Canadá. **Ministério das Relações Exteriores**, 04 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/canada>. Acesso em: 21 fev. 2024.

NUNES, F. L. Política Externa brasileira e sua relação com Cuba: de Fernando Henrique a Lula (1995-2010). *Revista Historiador*, n. 12, p. 83-110, dez. 2019.

OECD. Brazil / Argentina. **Observatory of Complexity Economic**, 2023a. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/arg>. Acesso em: 21 nov. 2023.

OECD. Brazil / Japan. **Observatory of Complexity Economic**, 2023b. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/jpn>. Acesso em: 26 nov. 2023.

OECD. Brazil. **Observatory of Complexity Economic**, 2023c. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OECD. Brazil / United States. **Observatory of Complexity Economic**, 2023d. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/usa>. Acesso em: 03 dez. 2023.

OECD. Planes, Helicopters, and or Spacecrafts. **Observatory of Complexity Economic**, 2023e. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/hs/planes-helicopters-and-or-spacecraft?yearSelector1=2010>. Acesso em: 03 dez. 2023.

OECD. Brazil / China. **Observatory of Complexity Economic**, 2023d. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/chn>. Acesso em: 10 dez. 2023.

OLIVEIRA, G. H. **Os discursos do Brasil na ONU durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e Lula da Silva (2003 - 2010): políticas públicas em evidência**. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 55–69, jul. 2005

OLIVEIRA, H. A. D. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7–30, jan. 2004.

O'NEIL, J. **Building Better Global Economic BRICs**. Global Economics Paper, n. 66, nov. 2001. Disponível em:

elcorreo.eu.org/IMG/pdf/Building_Better_Global_Economic_Brics.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **In larger freedom: towards development, security and human rights for all.** Relatório do Secretário Geral, 2005. Disponível em: digitallibrary.un.org/record/550204. Acesso em 07 mai. 2023.

PT. “Desigualdades 4.0”, por Marcio Pochmann. **Partido dos Trabalhadores**, 10 mai. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-desigualdades-4-0-por-marcio-pochmann/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PEREIRA, L. S. G. **Da espera à ousadia: o papel das ideias no pleito pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU nos governos Cardoso e Lula.** 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RAMANZINI JÚNIOR, H. **O Brasil e as negociações no sistema GATT/OMC: uma análise da Rodada Uruguai e da Rodada Doha.** 2012. 137 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, C. O. A política africana do Governo Lula (2003-2006). **Tempo Social**, v. 21, n. 2, 2009.

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. D. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 255–287, jan. 2015.

RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p. 35–58, jul. 2010.

SANTOS, N. B. D. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História** (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 189–216, jul. 2014.

SENADO FEDERAL. Aprovado protocolo que inclui a Venezuela no Mercosul. **Senado Federal**, 15 dez. 2009. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/12/15/aprovado-protocolo-que-inclui-a-venezuela-no-mercosul>. Acesso em 20 set. 2023.

SILVA, A. M. M. P. **O BRIC na política externa do governo Lula(2003-2010): do conceito à coalizão.** 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, A. L. R.; LEÃES, R. F. A convergência Turco-Brasileira na Declaração de Teerã. **Mural Internacional**, v. 5, n. 2, p. 148–162, 2014.

SILVA, A. L. R. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143–184, jan. 2015.

SISCOMEX. Mercosul – CAN (ACE 59) Brasil – Equador. **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-can-ace-59-brasil-equador>. Acesso em: 11 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – Peru (ACE 58). **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-peru-ace-58>. Acesso em: 12 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – Cuba (ACE 62). **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-cuba-ace-62>. Acesso em: 16 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – Israel. **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022d. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-israel>. Acesso em: 19 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – Egito. **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022e. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-egito>. Acesso em: 22 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – SACU. **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022f. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-sacu>. Acesso em: 25 out. 2023.

SISCOMEX. Mercosul – Índia. **Sistemas de Comércio Exterior**, 2022g. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-india>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOARES, C. M. **Insulamento burocrático do Itamaraty?** Uma análise a partir das políticas de cooperação nos governos Lula, Dilma e Temer. 2019. 60f. Monografia (Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TESSARI, G. R. Integração regional, fundos estruturais e estabilidade institucional no Mercosul: a criação do FOCEM. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, 2012.

THE CAIRNS GROUP. About the Cairns Group. **The Cairns Group**, 2023. Disponível em: <https://www.cairnsgroup.org/Pages/Introduction.aspx>. Acesso em 07 ago. 2023.

TUDE, J. M.; MILANI, C. S. A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 85–103, 2013.

UE. História da União Europeia 1945-59. **União Europeia**, 2023a. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59_pt. Acesso em: 27 nov. 2023.

UE. História da União Europeia 1970-79. **União Europeia**, 2023b. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1970-79_pt. Acesso em: 27 nov. 2023.

UE. História da União Europeia 1990-99. **União Europeia**, 2023c. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1990-99_pt. Acesso em: 27 nov. 2023.

UE. História da União Europeia 2000-09. **União Europeia**, 2023d. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-09_pt. Acesso em: 27 nov. 2023.

US Embassy. História dos Estados Unidos e do Brasil. **US Embassy**, 2023. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/politicas-e-historia/history-of-the-us-and-brazil-portugese/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VAZQUEZ, M.; BRICEÑO-RUIZ, J. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Revista Nueva Sociedad**, dez. 2009. Disponível em: nuso.org/articulo/o-mercosul-na-epoca-de-lula-e-kirchner-um-balanco-seis-anos-depois. Acesso em: 05 mai. 2023.

VIDAL, C. F. O protagonismo brasileiro diante da Declaração de Teerã. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 18, p. 41-61, 2013.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 153–172, set. 2005.

VISENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005).

Revista Civitas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005.

VISENTINI, P. F. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010).

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 1, n. 1, p. 23-35, 2012.

VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D. A política africana do Governo Lula. **Núcleo**

Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais – UFRGS, 2008. Disponível

em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo

“soft”? As Relações Brasil-África no Governo Lula. **Século XXI: Revista de**

Relações Internacionais, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2010.